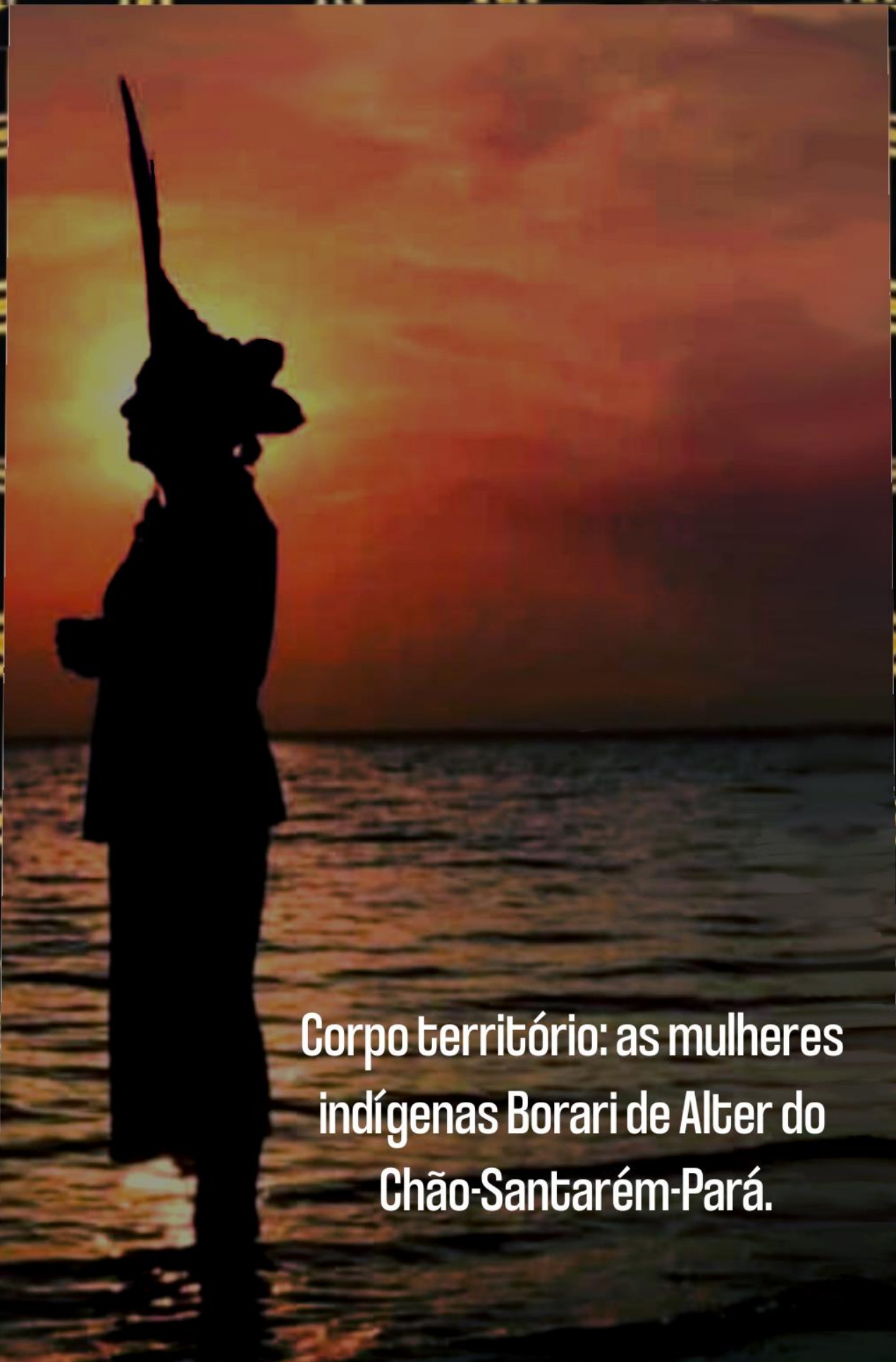


A silhouette of a woman stands on a beach, looking out at the ocean under a dramatic sunset sky. She is wearing a long, dark dress and a tall, pointed headdress. The sun is low on the horizon, casting a warm, orange glow across the sky and reflecting on the water. The entire image is framed by a decorative border with a repeating geometric pattern in yellow and black.

**Corpo território: as mulheres
indígenas Borari de Alter do
Chão-Santarém-Pará.**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



SUZANNY CUNHA DA MOTA

**CORPO-TERRITÓRIO: AS MULHERES INDÍGENAS BORARI DE
ALTER DO CHÃO - SANTARÉM/PARÁ**

Dourados-MS
2025

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**CORPO-TERRITÓRIO: AS MULHERES INDÍGENAS BORARI DE
ALTER DO CHÃO - SANTARÉM/PARÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Discente: Suzanny Cunha da Mota

Orientadora: Prof. Dra. Juliana Grasiéli Bueno Mota

Dedico a minha dissertação para minha avó Celerina Santana, mulher preta, ribeirinha, dançarina de maracatu, dona de uma sabedoria que me inspirou na escrita da dissertação e me fez ir atrás da minha ancestralidade, tinha minhas dúvidas quanto à minha descendência, no decorrer da pesquisa, descobri pelo meu pai, que minha bisavó Maria Cândida Santana – Maroca, era uma mulher indígena, logo meus traços, olhos pequenos e puxados, foram herdados dela. Hoje eu posso afirmar que em minhas veias corre sangue indígena, minha ancestralidade é indígena, sou uma mulher indígena amazônida com muito orgulho!

Para as mulheres indígenas Borari, toda minha admiração e respeito, em especial a cacica Neca Borari, minha interlocutora, dona de uma sabedoria inigualável, líder de seu povo, a força do povo Borari. Ela que não desiste da luta do coletivo, por autonomia, pelos direitos, pela demarcação do território Borari de Alter do Chão em defesa da Floresta Amazônica e do rio Tapajós.

Viva as mulheres indígenas amazônidas protagonistas de suas lutas coletivas!

À minha filha, Rebecca Pietra Mota Rabelo, que encontrou uma maneira especial de estar comigo durante a escrita desta dissertação. Foi ela quem me ofereceu ajuda, criando as capas deste trabalho — capas que ficaram impecáveis e acrescentaram um diferencial único. Minha artista favorita, talentosa e criativa, aceitou embarcar comigo nessa jornada, tornando-a menos solitária.

Juntas, descobrimos um jeito de compartilhar esse momento, fortalecendo ainda mais nosso elo de amizade, companheirismo e amor. Houve discussões, discordâncias, mas, no final, tudo se encaixou. Sou imensamente grata, minha filha, por todo o apoio e por nunca soltar minha mão nos momentos em que mais precisei. Seus abraços foram meu refúgio, minha fonte de força para seguir firme nessa caminhada.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

M917c Mota, Suzanny Cunha Da

Corpo-território: as mulheres indígenas de Alter do Chão - Santarém/Pará [recurso eletrônico] /
Suzanny Cunha Da Mota. -- 2025.

Arquivo em formato pdf.

Orientador: Juliana Grasiéli Bueno Mota.

Dissertação (Mestrado em Geografia)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2024.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Corpo-território. 2. Mulheres indígenas Borari. 3. Conflitos. 4. Resistência. 5. Alter-do-Chão.
I. Mota, Juliana Grasiéli Bueno. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**CORPO-TERRITÓRIO: AS MULHERES INDÍGENAS BORARI DE
ALTER DO CHÃO - SANTARÉM/PARÁ**

BANCA EXAMINADORA:

Professora Dr.^a Juliana Grasiéli Bueno Mota (UFGD – Orientadora)

Professora Dr.^a Roberta Carvalho Arruzzo (UFRRJ)

Professora Dr.^a Isis do Mar Marques Martins (UFPA)

Professora Dr.^a Cláudia Regina Nichnig (UFSC)

Agradecimentos

Minha caminhada acadêmica teve início em 2017, após dezesseis anos ausente dos estudos. Voltei com determinação, traçando planos para minha carreira, impulsionada pelo meu companheiro de vida, Leandro Paim. Foi ele quem me incentivou a retomar as formações e, ainda em 2013, me trouxe a Dourados para auxiliá-lo em sua pesquisa de doutorado. Naquele momento, instigou em mim o sonho que mais tarde eu realizaria: cursar o mestrado na UFGD.

A você, Leandro, toda a minha gratidão e admiração. Obrigada por nunca me deixar desistir, por me consolar e me aconselhar nos momentos em que mais precisei, por ser meu porto seguro.

Hoje com lágrimas nos olhos, quero agradecer primeiramente a Deus, por ser meu refúgio e por me trazer paz. Nesses últimos anos eu me senti sozinha, logo após minha mudança para Dourados, confesso que a ansiedade tomou conta de mim por um longo tempo, tomada pela saudade de minhas irmãs, meu pai, meus sobrinhos e da minha rede de amigos que tive que deixar em Santarém em 2022, a minha fé em Deus me ajudou a ter forças e seguir caminhando.

Na certeza de que minha caminhada acadêmica não se encerra aqui, nessa etapa, quero agradecer imensamente à minha orientadora, Professora Doutora Juliana Mota, pela paciência, conversas, puxões de orelha, amizade e companheirismo durante esses quase três anos em que caminhamos juntas, sou grata por toda ajuda.

Dedico a dissertação, em memória de minha mãe Berenice Maria Cunha da Mota, minha maior incentivadora no que tange os estudos e minha inspiração nos momentos de desespero, nos quais eu pensava nela e me vinha a frase: “Não desista, você consegue e é capaz!” Mãe eu consegui, essa minha conquista eu dedico a você.

Agradeço as minhas irmãs, Suellen e Suanny que mesmo longe se fazem presente em minha vida, por meio dos inúmeros telefonemas, a vocês toda minha gratidão e amor. Ao meu pai seu João, agradeço a ajuda em estar esclarecendo fatos sobre minha avó e bisavó e por todas as ligações.

Agradeço ao meu filho Pietro Mota pela preocupação, por suas conversas, pelos conselhos e por todos os abraços e beijos cheios de amor, que recebi quando estava sentada na minha cadeira escrevendo a dissertação

Agradeço a cacica, minha interlocutora, que sempre me recebeu, até nos dias de domingo. Ao diretor da Associação Indígenas Borari, que sempre respondeu as minhas

mensagens, me recebeu em Alter do Chão e me ajudou a marcando as entrevistas com a cacica, a vocês toda a minha gratidão por toda ajuda.

Nessa caminhada, conheci duas mulheres incríveis, que hoje posso chamar de amigas e que me ajudaram nessa caminhada da escrita da dissertação, Geovana Kellen de Azevedo Guimarães, você foi muito importante para a realização da minha pesquisa, gratidão por todas as conversas, por se disponibilizar a me ajudar em estar realizando uma entrevista com a cacica, pelas palavras de incentivo, pelo presente que você enviou para mim esse ano, eu te admiro muito e agradeço a Deus por ter colocado você em minha vida. Agradeço a minha amiga Professora Doutora Joziane de Azevedo Cruz, a qual conheci em maio de 2024, na escola onde estou trabalhando, por me oferecer ajuda na correção da dissertação, pelas conversas, pelas palavras de incentivo, de consolo, de força, que você sempre me falou, gratidão por toda ajuda.

SUMÁRIO

Introdução	18
CAPÍTULO 1	27
CORPO-TERRITÓRIO E O PROTAGONISMO DAS MULHERES INDÍGENAS	27
1.1 O POVO BORARI DE ALTER DO CHÃO E A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES INDÍGENAS.....	27
1.2 A ORGANIZAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BAIXO TAPAJÓS	33
1.3 O MOVIMENTO DE MULHERES INDÍGENAS NO BRASIL E AMÉRICA LATINA	39
1.4 NOSSO CORPO, NOSSO ESPÍRITO: A MARCHA DAS MULHERES INDÍGENAS	46
1.5 CORPO-TERRITÓRIO COMO UTOPIA E EMANCIPAÇÃO.	53
CAPÍTULO 2	60
A GEOGRAFIA E A PESQUISA DE CAMPO: METODOLOGIA QUALITATIVA DE OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE NO TERRITÓRIO INDÍGENA BORARI DE ALTER DO CHÃO.....	60
2.1 ABORDAGEM DA METODOLOGIA QUALITATIVA DE OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE.....	60
2.2 A PESQUISA DE OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE NO TERRITÓRIO BORARI DE ALTER DO CHÃO.....	62
2.3 A PESQUISA DE OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE: MEMÓRIAS SAGRADAS E A RESISTÊNCIA CULTURAL DOS BORARI DE ALTER DO CHÃO.	87
CAPÍTULO 3	97
CORPO-TERRITÓRIO: OS CONFLITOS PELA TERRA INDÍGENA BORARI EM ALTER DO CHÃO	97
3.1 A ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA E A LUTA DAS INDÍGENAS BORARI. ...	98
3.2 A GRILAGEM DE TERRA NO TERRITÓRIO BORARI DE ALTER DO CHÃO.	105
3.3 O TURISMO DE MASSA QUE AFETA O TERRITÓRIO INDÍGENA BORARI.	113
3.4 CORPO-TERRITÓRIO: PELO OLHAR DA MULHER INDÍGENA BORARI.	121
Considerações Finais	126
REFERÊNCIAS	132

CORPO-TERRITÓRIO: AS MULHERES INDÍGENAS BORARI DE ALTER DO CHÃO - SANTARÉM/PARÁ

Resumo

Esta pesquisa busca compreender os conflitos que ocorrem no território indígena Borari de Alter do Chão e suas implicações no corpo-território das mulheres indígenas Borari. Esses impactos decorrem do avanço da fronteira e da atuação de agentes externos que impulsionam a especulação imobiliária, a grilagem de terras, as queimadas na floresta e o crescimento do turismo de massa, afetando diretamente a comunidade. Historicamente, as mulheres Borari desempenham um papel central na resistência e liderança desde o período colonial. Constantemente atacadas em diferentes esferas contra sua identidade, seu povo e seu território, elas ocupam espaços políticos e de representação para fortalecer a voz coletiva e consolidar uma barreira de defesa. Nesse contexto, o conceito de corpo-território emerge como uma ferramenta política fundamental para o movimento indígena latino-americano, sendo um instrumento de resistência, emancipação e descolonização. Esse princípio transcende a noção de território como mera propriedade, compreendendo-o como um espaço de vida e conexão ancestral, espiritual e cultural dos povos indígenas. No Oeste do Pará, a fundação do Conselho Indígena Tapajós Arapiuns fortaleceu a atuação das mulheres Borari, impulsionando-as a liderar movimentos coletivos para enfrentar ameaças crescentes, proteger seus direitos e garantir a preservação de seu território. A pesquisa adotou a metodologia de observação participante, evidenciando o papel das memórias sagradas na preservação da identidade Borari. Elementos como histórias cantadas, saberes ancestrais, rituais, artesanato e a cerâmica tapajônica são fundamentais para manter viva essa cultura, além de reafirmarem os laços de ancestralidade com o território. Por fim, o corpo-território é abordado enquanto conceito central na luta das mulheres indígenas Borari pela demarcação de suas terras. Ele revela a profunda relação entre o corpo feminino indígena e seu espaço ancestral, enfatizando que o corpo não deve ser visto apenas em seu aspecto físico ou biológico, mas como uma extensão viva do território, marcada por resistência, cultura, espiritualidade e ancestralidade.

Palavras-chaves: Corpo-território; Mulheres indígenas Borari; conflitos; resistência; Alter do Chão.

BODY-TERRITORY: THE BORARI INDIGENOUS WOMEN OF ALTER DO CHÃO - SANTARÉM/PARÁ

Abstract

This research aims to understand the conflicts occurring in the Borari Indigenous Territory of Alter do Chão and their implications for the body-territory of Borari Indigenous women. These impacts stem from frontier expansion and the actions of external agents that drive real estate speculation, land grabbing, forest fires, and the growth of mass tourism, directly affecting the community. Historically, Borari women have played a central role in resistance and leadership since the colonial period. Constantly under attack in different spheres against their identity, their people, and their territory they occupy political and representative spaces to amplify the collective voice and establish a defensive barrier. In this context, the concept of body-territory emerges as a fundamental political mechanism for the Latin American Indigenous movement, serving as an instrument of resistance, emancipation, and decolonization. This principle transcends the perception of territory as mere property, understanding it as a space of life and an ancestral, spiritual, and cultural connection for Indigenous peoples. In western Pará, the establishment of the Tapajós Arapiuns Indigenous Council has strengthened the role of Borari women, encouraging them to lead collective movements to confront increasing threats, protect their rights, and ensure the preservation of their territory. The research selected the participant observation methodology, highlighting the role of sacred memories in preserving Borari identity. Elements such as sung histories, ancestral knowledge, rituals, handicrafts, and Tapajonic ceramics are essential to keeping this culture alive, as well as reaffirming the ancestral bonds to the territory. Finally, body-territory is addressed as a central concept in the struggle of Borari Indigenous women for the demarcation of their lands. It reveals the profound relationship between the Indigenous female body and its ancestral space, emphasizing that the body should not be seen merely in its physical or biological aspect but as a living extension of the territory, marked by resistance, culture, spirituality, and ancestry.

Keywords: Body-territory; Borari indigenous women; conflicts; resistance; Alter do Chão.

CUERPO-TERRITORIO: LAS MUJERES INDÍGENAS BORARI DEL ALTER DO CHÃO - SANTARÉM/PARÁ

Resumen

Esta investigación tiene como objetivo comprender los conflictos que ocurren en el Territorio Indígena Borari de Alter do Chão y sus implicaciones para el cuerpo-territorio de las mujeres indígenas Borari. Estos impactos provienen de la expansión de la frontera y las acciones de agentes externos que impulsan la especulación inmobiliaria, la usurpación de tierras, los incendios forestales y el crecimiento del turismo masivo, afectando directamente a la comunidad. Históricamente, las mujeres Borari han desempeñado un papel central en la resistencia y el liderazgo desde el periodo colonial. Constantemente atacadas en diferentes esferas contra su identidad, su pueblo y su territorio ocupan espacios políticos y representativos para amplificar la voz colectiva y establecer una barrera defensiva. En este contexto, el concepto de cuerpo-territorio surge como un mecanismo político fundamental para el movimiento indígena latinoamericano, actuando como un instrumento de resistencia, emancipación y descolonización. Este principio trasciende la percepción del territorio como mera propiedad, comprendiendo el territorio como un espacio de vida y una conexión ancestral, espiritual y cultural para los pueblos indígenas. En el oeste de Pará, la creación del Consejo Indígena Tapajós Arapiuns ha fortalecido el papel de las mujeres Borari, alentándolas a liderar movimientos colectivos para enfrentar las crecientes amenazas, proteger sus derechos y asegurar la preservación de su territorio. La investigación adoptó la metodología de observación participante, destacando el papel de las memorias sagradas en la preservación de la identidad Borari. Elementos como historias cantadas, conocimientos ancestrales, rituales, artesanías y cerámica tapajónica son esenciales para mantener viva esta cultura, así como para reafirmar los lazos ancestrales con el territorio. Finalmente, el cuerpo-territorio se aborda como un concepto central en la lucha de las mujeres indígenas Borari por la demarcación de sus tierras. Revela la profunda relación entre el cuerpo femenino indígena y su espacio ancestral, enfatizando que el cuerpo no debe ser visto únicamente en su aspecto físico o biológico, sino como una extensión viva del territorio, marcado por la resistencia, la cultura, la espiritualidad y la ancestralidad.

Palabras clave: Cuerpo-territorio; mujeres indígenas Borari; conflictos; resistencia; Alter do Chão.

LISTA DE ABREVIATURAS

AIBAC – Associação Indígenas Borari de Alter do Chão.
AMARN – Associação de Mulheres do Alto Rio Negro.
ANA – Agência Nacional das Águas.
ANMIGA – Articulação Nacional de Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade.
APA – Área de Preservação Ambiental.
APIB – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil.
APOINME – Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, de Minas Gerais e Espírito Santo.
ARPIN-SUL – Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul.
ATL – Acampamento Terra Livre.
CAT – Centro de Atendimento do Turista.
CITA – Conselho Indígena Tapajós e Arapiuns.
COIAB – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira.
COICA – Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica.
COSANPA – Companhia de Saneamento do Pará.
DMI – Departamento de Mulheres Indígenas.
ENG – Encontro Nacional de Geógrafas e Geógrafos.
FEPIPA – Federação dos Povos Indígenas do Pará.
FUNAI – Fundação Nacional do Índio.
FUNARTE – Fundação Nacional das Artes.
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente.
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IPAM – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia.
ISAM – Instituto Socioambiental de Santarém.
MPE – Ministério Público Estadual.
MPF – Ministério Público Federal.
ONGs – Organizações não-governamentais.
ONU – Organização das Nações Unidas.
ONU MULHERES – Organização das Nações Unidas das Mulheres.
PA – Pará.
PEVs – Pontos de entrega voluntárias.

PPA – Plano Plurianual.

PPGEO/UFPE – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco.

PPGG – UEPA – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Pará.

PPGG/UFPB – Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Paraíba.

RESEX – Reserva extrativista.

SEMED – Secretaria de Educação do município de Santarém.

SESAI – Secretaria de saúde indígena.

SIASI – Sistema de informação de atenção à saúde indígena.

SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia.

STF - Supremo Tribunal Federal.

UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados.

UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará.

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco.

UPIS – União Pioneira de Integração Social.

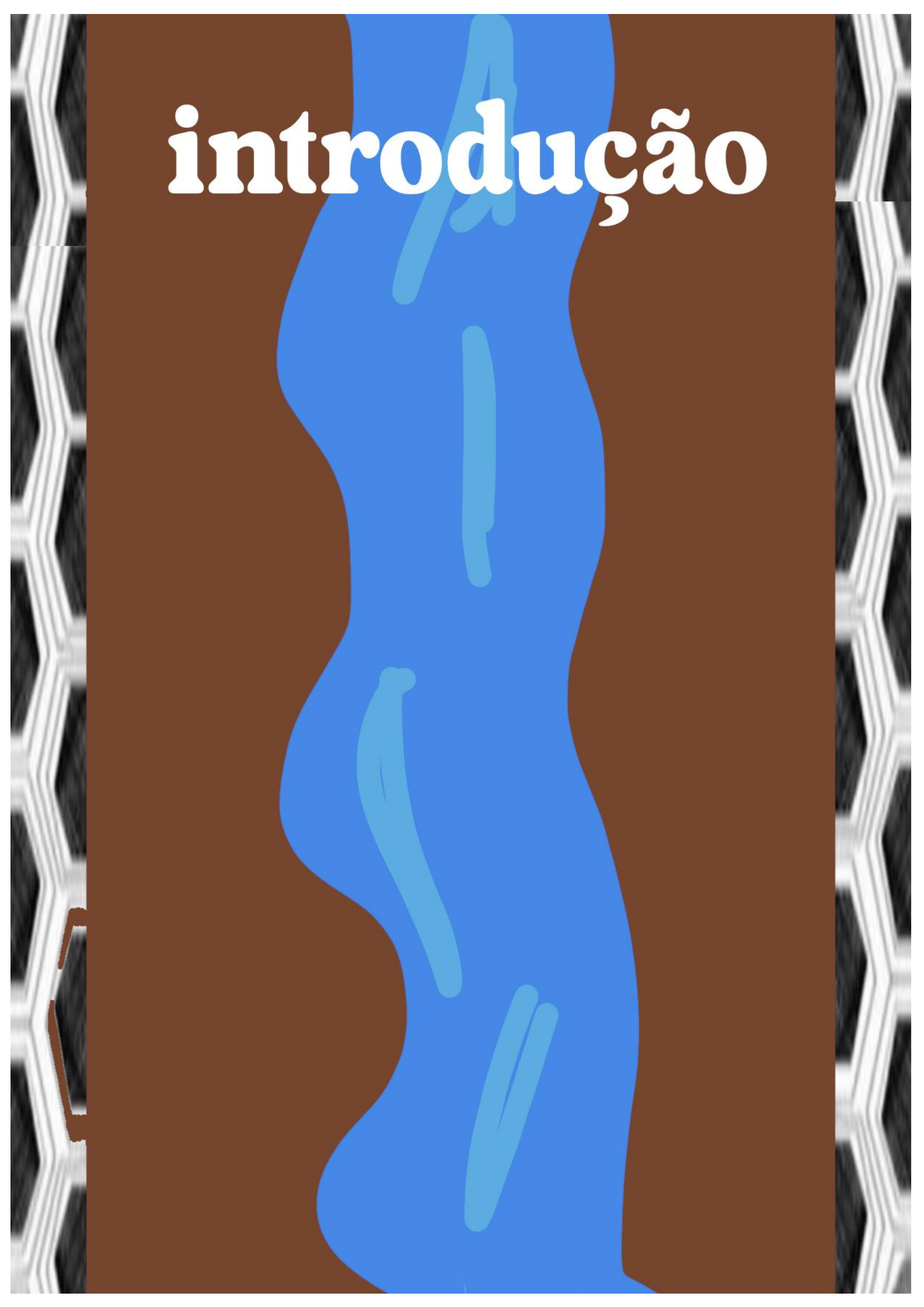
Lista de Mapas

Mapa 1: Alter do Chão em	19
Mapa 2: Região do Baixo Tapajós.....	34
Mapa 3: Mapa da localizado – Povos indígenas na Região do Baixo Tapajós	37
Mapa 4: Trajeto da pesquisa de Campo – Santarém/Alter do Chão.....	69
Mapa 5: Localização da APA Alter do Chão.....	72
Mapa 6: Percurso do campo em Alter do Chão em 29 de janeiro de 2023.....	73
Mapa 7: Resex Tapajós-Arapiuns.....	80
Mapa 8: Localização da Ponta do Cururu.....	82
Mapa 9: Projeto instalação do esgotamento sanitário de Alter do Chão.....	83
Mapa 10: Mapa hotéis e pousadas na região de Alter do Chão.....	116
Mapa 11: Proposta de delimitação T.I. Borari.....	124

Painel de Imagens

Imagem 1: Organograma da metodologia.....	23
Imagem 2: Coletivo de Mulheres Sapú Borari.....	31
Imagem 3: Registro do Curso de Direito Indígena.....	32
Imagem 4: Logo de representação do CITA.....	36
Imagem 5: I Marcha das Mulheres Indígenas.....	47
Imagem 6: II Marcha das Mulheres Indígenas.....	50
Imagem 7: Desfile das mulheres indígenas, descolonizando a moda.....	51
Imagem 8: III Marcha das Mulheres Indígenas.....	52
Imagem 9: Alter do Chão vista de cima.....	63
Imagem 10: Ilha do Amor submersa em julho de 2021.....	66
Imagem 11: Trecho entre o quilômetro 30 da BR-163 e a cidade de Rurópolis...	68
Imagem 12: Registro das águas do Rio Tapajós na Ilha do Amor em Alter do Chão	70
Imagem 13: Escola Municipal Indígena Borari Professor Antônio de Sousa Pedroso.....	74
Imagem 14: Canteiro pintado com o grafismo Borari e símbolo do Sairé, placa com palavras na língua "Nheengatu".....	75
Imagem 15: Vista da Serra da Piraoca e praia do Cajueiro.....	76
Imagem 16: Letreiro localizado na Orla de Alter do Chão.....	77
Imagem 17: Área interna da Associação Indígena Borari – AIBAC.....	78
Imagem 18: Vista do final da trilha na Escola da Floresta.....	85
Imagem 19: Associação Indígena Borari de Alter do Chão.....	88
Imagem 20: Oca em anexo a cozinha da AIBAC.....	89
Imagem 21: Biblioteca Borari Oca do saber.....	90
Imagem 22: Cerâmica Tapajônica Borari.....	91
Imagem 23: Construção de condomínio entre o Lago Verde e o Lago Carauari.	99
Imagem 24: Construções de prédios residenciais na região central de Alter do Chão.....	100
Imagem 25: Hotel localizado na orla de Alter do Chão.....	101
Imagem 26: Residencial à margem do rio Tapajós.....	102
Imagem 27: Prédio residencial.....	103
Imagem 28: Área de construção irregular no Lago do Jacundá.....	104
Imagem 29: Lago do Jacundá, ao fundo, casa construída ilegalmente.....	107
Imagem 30: Incêndio em 2019 na APA Alter do Chão.....	108
Imagem 31: Área atingida pelo incêndio.....	109
Imagem 32: Placa encontrada em um lote localizado dentro da APA Alter do Chão.....	110
Imagem 33: Corpo de bombeiro no combate de incêndio na APA Alter do Chão.....	111
Imagem 34: Mancha das queimadas na área Capadócia em 2022.....	112
Imagem 35: Ilha do Amor.....	114
Imagem 36: Transatlântico parado no rio Tapajós em frente a Santarém.....	117
Imagem 37: Barracas na região central de Alter do Chão Praça Sete de Setembro.....	118
Imagem 38: Alter do Chão em setembro de 2024 e setembro de 2019.....	120

introdução

The background of the slide is a solid brown color. A large, irregular, wavy blue shape is positioned vertically in the center. On the left side, there is a vertical strip with a white, jagged, geometric pattern resembling a stylized honeycomb or a series of connected triangles. The word "introdução" is written in a white, bold, serif font, centered horizontally and partially overlapping the blue wavy shape.

Introdução

*Nascida sobre as águas de linhagem matriarcal
Mãe que sente dor, mas que dá a vida defendendo seu território.*
Cacique Neca Borari, Alter do Chão, 2022.

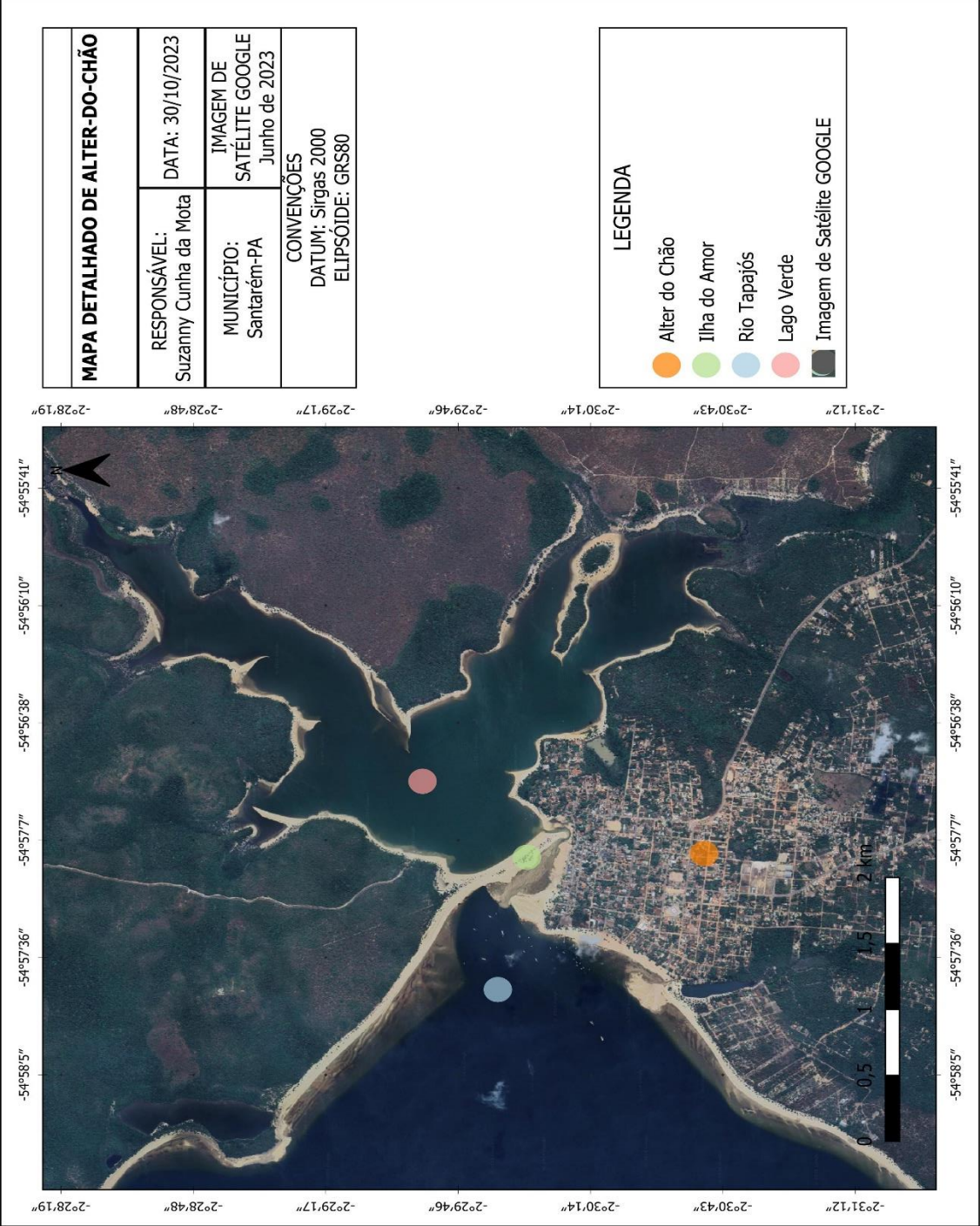
A caminhada com as mulheres Borari de Alter do Chão teve início durante minha graduação em Licenciatura em Geografia na Universidade Federal do Oeste do Pará, UFOPA, em 2019. Foi nesse período que tive primeiro contato com a cacique Borari, no contexto da disciplina de Geografia Cultural, experiência que resultou na escrita de um artigo sobre Festival Borari¹. Por meio desse encontro tive o privilégio de ter o primeiro contato com a cacica Borari e assim de compreender a luta e a resistência das mulheres indígenas de sua comunidade — a partir desse momento, fiquei encantada com suas histórias e a força de sua liderança. Embora frequentasse Alter do Chão desde a infância, até então não havia ouvido falar sobre as mulheres e o povo Borari. Essa nova experiência despertou minha curiosidade em aprofundar meus conhecimentos sobre a temática, sobretudo pelo fato de a organização socioespacial desse povo estar diretamente ligada ao papel das mulheres. Por intermédio desse envolvimento, surgiram distintos questionamentos e inquietações que culminaram nesta pesquisa sobre as mulheres Borari de Alter do Chão.

Minha pesquisa teve início em 2021, com a escrita da minha monografia, posteriormente ampliada no âmbito da pesquisa de mestrado. Desde o meu ingresso na UFOPA, em 2017, almejava a conquista da continuidade da formação acadêmica na pós-graduação em Geografia na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). No decorrer dos cinco anos de graduação, busquei desenvolver um percurso acadêmico consistente, que incluiu a publicação do primeiro artigo e a apresentação no Encontro Nacional de Geógrafas e Geógrafos (ENG), em 2018. Evento que foi um marco no aprimoramento da minha formação, impulsionando minha presença ativa em congressos e produções científicas na área. Em 2022, logo após a defesa da monografia, fui aprovada na pós-graduação, concretizando o meu objetivo de ingressar no mestrado em Geografia, vivência que tem sido fundamental para o meu desenvolvimento acadêmico.

¹ Festival Borari é um festival cultural, momento em que os indígenas Borari realizam uma amostra da cultura dos indígenas Borari, com os rituais dos indígenas Borari, procissão e danças regionais, em três dias de festa.

Alter do Chão, distrito de Santarém, está localizado na região Norte do Brasil, no Oeste do Pará, com acesso pela rodovia PA-457, a 37 quilômetros da sede municipal. O território indígena Borari de Alter do Chão destaca-se por sua beleza de natureza singular, que possui ainda a Ilha do Amor, que recebeu o nome de “Caribe brasileiro” devido à beleza e às premiações recebidas como melhor destino turístico nacional, conforme apresentado no mapa detalhado de Alter do Chão.

Mapa 1: Alter do Chão.



Fonte: Elaborado pela autora, em 2023.

As mulheres indígenas Borari de Alter do Chão utilizam o nome do distrito para se diferenciarem, visto que existem outras duas comunidades Borari no Oeste do Pará: os Borari do Eixo Forte e os Borari do Maró.

A cacica relatou que a resistência das mulheres Borari de Alter do Chão tem sido transmitida de geração para geração. De acordo com o seu relato, a partir de 1975 com a construção da PA-457, o território indígena começou a ser alvo de ocupações por invasores. Desde então, a especulação imobiliária tem se intensificado, impulsionando a resistência das mulheres indígenas Borari. Em 2008, foi fundada a Associação Indígenas Borari de Alter do Chão (AIBAC) com o objetivo de legitimar e fortalecer a luta do povo Borari de Alter do Chão. Dentro da associação, foi criado o coletivo das mulheres Sapú² Borari. A cacique explicou que a escolha do nome se deve ao fato de que, assim como uma árvore não se sustenta sem raízes, a luta das mulheres indígenas Borari depende da união e do engajamento coletivo. O coletivo, exclusivamente composto por mulheres indígenas Borari, tem como principal objetivo o fortalecimento do movimento das mulheres indígenas Borari de Alter do Chão.

Em Alter do Chão, as mulheres indígenas Borari desempenham um papel ativo em diferentes espaços de mobilização, seja nos espaços públicos ou dentro da Associação Indígena Borari, com intuito de dar visibilidade àquelas que sempre estiveram no território indígena em Alter do Chão. Sacchi e Gramkow (2012, p.17), em sua obra *Gênero e Povos Indígenas*, destacam que o estudo de gênero e povos indígenas no Brasil, “é de suma importância para evidenciar e compreender as experiências das mulheres indígenas junto a luta nos movimentos que ocorrem dentro e fora das comunidades indígenas, os estudos dão visibilidade ao papel das mulheres no contexto do universo indígena”.

A pesquisa realizada com as mulheres indígenas Borari, foi realizada por meio dos trabalhos de campo, dos relatos, das entrevistas e da convivência — conduzida desde 2019 —, evidenciou a visibilidade e o protagonismo feminino dentro e fora de Alter do Chão. As mulheres indígenas Borari têm se destacado nas discussões políticas, na luta pelos direitos, como educação, saúde, reconhecimento étnico e a demarcação de seu território.

A pesquisa busca compreender os conflitos que acontecem no território indígena Borari de Alter do Chão e suas implicações diretas sobre o corpo-território das mulheres

² Sapú: “significa raiz na língua indígena Nheengatu.” Nota da autora.

indígenas Borari. Tais efeitos são causados pelo avanço da fronteira e dos agentes externos que contribuem para o crescimento da especulação imobiliária, das grilagens de terras, das queimadas da floresta, do crescimento do turismo de massa que afeta diretamente o território Borari.

A luta e resistência das mulheres Borari em defesa de seu corpo-território são constantes, mostram como a destruição do território, causada pelos agentes externos, correspondentes às empresas imobiliárias, os grileiros e o turismo, afetam os corpos femininos indígenas, nos quais são conectados ao território por sentimentos, ancestralidade e espiritualidade.

Os objetivos específicos utilizados para a tecitura dessa pesquisa estão pautados em: descrever o movimento das mulheres indígenas na escala local, regional, nacional e latino-americano; apresentar a pesquisa qualitativa de observação participante como metodologia central para compreender a realidade do povo indígena Borari; além de mostrar os conflitos e os impactos causados ao corpo-território das indígenas Borari de Alter do Chão e a todo seu povo, com o crescimento da especulação imobiliária e com as grilagens de terras que acontecem no território. Assim como o aumento do turismo e das violências sentidas em seu corpo-território.

A pesquisa tem como objetivo evidenciar a história de resistência das mulheres indígenas Borari em seu território, destacando a sua presença e atuação junto ao seu povo. Observa-se que o povo Borari de Alter do Chão é frequentemente silenciado em dissertações, teses e demais produções acadêmicas, as quais abordam a região sem mencionar sua existência. No entanto, sua presença no território precede a chegada dos não indígenas, conforme atestado pelo laudo antropológico da Fundação Nacional do índio (FUNAI).

A metodologia utilizada para construção da dissertação foi a de abordagem qualitativa de observação participante. É na ciência antropológica que o método de observação participante se consolida. Para o autor Giumbelli (2002, p.92), não existe antropologia e nem geografia, sem trabalho de campo, pois “o volume e a variedade de pesquisas conduzidas no âmbito de espaços e instituições referidos à antropologia que se utilizam de fontes históricas e de técnicas distintas da observação participante não deixam margens à dúvida”.

A geografia realiza o diálogo com as demais áreas das ciências humanas e o trabalho de campo no uso da abordagem de observação participante é imprescindível para

realização das pesquisas, assim como o diário de campo, instrumento em que se anota todas as percepções, as observações, os relatos, o dia a dia durante a pesquisa de campo.

A partir da leitura do livro *Entrenotas* de Cássio Hissa, houve a inquietação sobre a metodologia utilizada nesse trabalho. Para Hissa (2013, p.125), “a concepção teórica de um problema de pesquisa já mobiliza as alternativas de abordagem metodológica”. De tal modo, meu objeto de conhecimento conduziu-me à adoção do método de observação participativa, aplicado diretamente junto aos sujeitos da pesquisa. Ao longo de minha trajetória com as mulheres indígenas Borari, além da realização de entrevistas, acompanhei diversos momentos de mobilização, incluindo reuniões, celebrações e atividades como a limpeza do espaço da Associação Indígena Borari de Alter do Chão (AIBAC). Em tais ocasiões, estive ativamente envolvida nas ações, observei, ouvi atentamente e, em alguns momentos, apenas compartilhei a presença com as Borari, vivenciando suas experiências e dinâmicas comunitárias.

Segundo Mota (2015, p.57), “a observação permite fazer geografias no movimento das gentes do mundo”. Ao longo de minhas andanças durante a pesquisa de campo, observava tudo o que estava ao meu redor, desde o embarque no ônibus, sempre estava lotado — todas minhas idas a campo foram de ônibus —, pois ali se encontravam turistas, moradores de Alter do Chão, estudantes e trabalhadores. Lembro-me dos moradores com as suas sacolas de compras de supermercado, devido os preços dos itens serem mais atrativos na capital Santarém. Nas frequentes incursões ao campo, retornava com novas histórias, perspectivas renovadas e um olhar aprimorado, fruto dos anos de pesquisa e das leituras que enriqueceram meu percurso na pós-graduação.

A geografia tem como destaque o estudo do espaço geográfico e o conceito de território como um dos mais utilizados para a sua compreensão. A ciência geográfica vem realizando outras formas de pesquisa, como a ciência que descreve as experiências vivenciadas nos territórios. Recordo-me que o primeiro livro que tive contato na graduação de licenciatura em geografia, durante a disciplina fundamentos históricos da geografia, foi o *Alexandre Von Humboldt: viajante naturalista e entusiasta da harmonia da natureza*. Esse livro trazia a vida de Alexandre Von Humboldt, sua trajetória intelectual, política, especialmente enfocada no caráter humano e no contexto social do naturalista. Ao partir dessa leitura, e de tantas outras que tive acesso em toda minha vida acadêmica, aprendi a fazer observações com um olhar mais aguçado, percebendo nuances que estavam à minha volta durante toda convivência compartilhada com as mulheres indígenas Borari, além de descrevê-las com ricos detalhes ao longo da pesquisa.

Ao longo da minha trajetória com as mulheres indígenas Borari, busquei observar e descrever sobre elas em cadernos, atualmente compreendidos como os meus diários de campo. A redação de diários de campo é uma técnica amplamente utilizada na geografia. Ao longo desse percurso, conduzi diversas entrevistas e participei de múltiplos encontros do coletivo de Mulheres Sapú-Borari, bem como de celebrações e atividades coletivas de manutenção na Associação Indígena Borari. De acordo com Hissa (2013, p. 135) “o trabalho de campo nas pesquisas é, convencionalmente, compreendido como visita ao mundo ou à realidade”. O campo é o momento em que se vive as experiências do outro, conhecendo outras realidades, aprendendo e vivenciando outros ambientes, outros universos. Essa vivência auxiliou-me a refletir sobre a minha metodologia e que, a partir das leituras realizadas nesse percurso da dissertação, fizeram-me chegar à escolha do método utilizado para realização da pesquisa. Em 2022 viajei para realizar a pesquisa de campo, no qual passei quarenta dias em Santarém, voltando somente em fevereiro de 2023 para Dourados, onde estou morando desde meu ingresso na UFGD.

Para realização da pesquisa qualitativa por meio de observação participante, realizei entrevista com a cacica Ludineia Lobato, que é a principal interlocutora, a qual dialoguei durante toda minha pesquisa. Foram utilizadas fontes iconográficas, cartografias, por meio dos mapas elaborados a partir do trabalho de campo. Realizei um vasto levantamento bibliográfico em livros, teses, dissertações, artigos, sites e demais fontes e, em seguida, elaborei resumos que foram utilizados na escrita dessa dissertação. Abaixo apresento o organograma da metodologia utilizada para realização da pesquisa (Imagem 1).

Imagem 1: Organograma da metodologia.



Fonte: Elaborado pela autora, em dezembro de 2024.

Na dissertação, apresento as artes criadas por minha filha, a artista Rebecca Pietra Mota Rabelo, como uma maneira de incluí-la na dissertação e aproximá-la de mim durante os diversos momentos de escrita. As capas fazem alusão ao conceito de recorte na imagem, o que nos leva a refletir sobre os processos de construção das narrativas das mulheres indígenas de Alter do chão. Essas narrativas podem ser comparadas a colchas de retalhos, que são confeccionadas gradualmente, com cada tirinha transmitindo uma mensagem que, ao ser reunida, forma uma bela estampa artesanal. Ao longo dos capítulos, incluo poesias de minha autoria, inspiradas na obra *Metade cara, metade máscara*, da escritora indígena Eliane Potiguara.

Participei de três disciplinas como aluna especial no programa de pós-graduação em História da UFGD. A primeira, intitulada *Tópicos Especiais III: História, Imaginário e Povos Indígena: Representações Visuais e Cultura Material*, ofertada no primeiro semestre de 2022; a segunda, *Povos Indígenas: História e Historiografia*, que ocorreu no segundo semestre de 2022; e a terceira disciplina *História das Mulheres, Decolonialidade e Estudos De Gênero*, realizada no segundo semestre de 2023. Além disso, participei de duas disciplinas no formato *on-line*. A primeira, *Autoria, Metodologia e Povos Indígenas*, foi ministrada no segundo semestre de 2022 na UFPE, sob orientação da minha orientadora; a segunda, *Mulheres e Territórios: Debates, Conflitos e Práticas Socioespaciais em Feminino*, ocorreu no primeiro semestre de 2023, no âmbito do programa multidisciplinar PPGG/UEPA – PPGeo/ UFPE – PPGG/UFPB. Participar dessas disciplinas proporcionou-me uma vasta base de conhecimento fundamental para o desenvolvimento e para a escrita da minha pesquisa.

A dissertação está organizada em três capítulos. No primeiro capítulo intitulado *Corpo-Território e Protagonismo das Mulheres Indígenas*, descrevo o movimento das mulheres indígenas na escala local, regional, nacional e na América Latina e em como esse movimento vem transformando a luta e resistência dos povos indígenas, cujo intuito é o de proteger os seus corpos, territórios na concepção desses povos. Apresento o povo Borari de Alter do Chão e a organização das mulheres indígenas, com um breve histórico desde o povo até a influência das indígenas Borari, que atuaram na identificação étnica e no pedido de demarcação do território. Ainda discorro sobre como o movimento indígena da Região do Baixo Tapajós se organizou, bem como o modo como fundou o Conselho Indígena Tapajós Arapiuns, e, não obstante, no modo como impulsionou o retorno dos povos indígenas do Rio Tapajós no Oeste do Pará. Apresento o movimento indígena na América Latina e no Brasil, a mobilização que deu visibilidade para as mulheres

indígenas na luta por seus direitos e por seus territórios. Exponho como foi articulada a Marcha das Mulheres Indígenas, realizada pela primeira vez em 2019 e organizada pelo movimento indígena no Brasil, na qual passou a acontecer nos anos seguintes, sendo de grande importância para o movimento das mulheres indígenas no Brasil. Por fim, exibo o conceito de corpo-território, um conceito político e metodológico desenvolvido na América Latina pelas mulheres indígenas, para descolonizar o pensamento eurocêntrico herdado pela colonização.

No segundo capítulo intitulado *A Geografia e a Pesquisa de Campo: Metodologia Qualitativa de Observação Participante no Território Indígena Borari de Alter do Chão – Amazônia Paraense*, apresento a pesquisa qualitativa de observação participante enquanto metodologia central da dissertação, para que seja possível a compreensão acerca da realidade do povo indígena Borari. Argumento que a pesquisa qualitativa é uma alternativa nas ciências sociais e humanas, que visa uma abordagem profunda que possui significados e disponibiliza novas possibilidades no campo que visa a realidade social. Não obstante, apresento as minhas vivências, andanças, observações, anotações realizadas junto às mulheres indígenas Borari, assim como o último campo realizado entre os anos 2022/2023. Além disso, aponto a importância da cultura, os seus impactos na cultura dos indígenas Borari em seu território, sendo a forma de identidade, resistência e pertencimento deste povo.

Por fim, no terceiro e último capítulo, intitulado *Corpo-Território: os Conflitos Pela Terra Indígena Borari em Alter do Chão*, apresento os conflitos e os impactos causados ao corpo-território das indígenas Borari, bem como a todo seu povo, dado o crescimento da especulação imobiliária, com as grilagens de terras, o aumento do turismo em massa naquele território e as violências sentidas em seus corpos-territórios. Narro sobre os impactos sofrido pelo território Borari de Alter do Chão com o avanço do mercado imobiliário, fazendo com que ocorra destruição da floresta Amazônica, dos espaços de lazer, o que levou ao processo de gentrificação. Discorro acerca de a ocupação das Áreas de Proteção Ambiental, de propriedades da união, do território do povo indígena Borari, causando muitos incêndios criminosos, o desmatamento ilegal afetando diretamente aqueles que defendem seu território, os indígenas Borari de Alter do Chão. Ainda apresento como o crescimento acelerado do turismo de massa veio acompanhado do aumento de empresas do setor imobiliário, que expandiram a região central de Alter do Chão, sempre nos arredores do Rio Tapajós, do Lago Verde e da praia.

CAPÍTULO



A representante das indígenas
Borari, filha do Rio Tapajós

Bessa
24/07

CAPÍTULO 1

CORPO-TERRITÓRIO E O PROTAGONISMO DAS MULHERES INDÍGENAS

Este primeiro capítulo descreverá o movimento das mulheres indígenas na escala local, regional, nacional e latino-americana. Ele apresenta o povo Borari de Alter do Chão, a organização das mulheres indígenas e a influência das mulheres indígenas Borari, que atuaram na identificação étnica e na luta pelo pedido de demarcação de seu território. A organização indígena do Baixo Tapajós, enquanto movimento indígena da Região do Baixo Tapajós se organizou, fundou o Conselho Indígena Tapajós Arapiuns e impulsionou o retorno dos povos indígenas do Rio Tapajós no Oeste do Pará. Em seguida, discorrerá sobre o movimento de mulheres indígenas no Brasil e América Latina, destacando a visibilidade alcançada pelas mulheres indígenas na luta por seus direitos e por seus territórios. A marcha das mulheres indígenas, realizada pela primeira vez em 2019, foi um marco importante na trajetória do movimento indígena do Brasil que evidenciou a força da mobilização e da articulação coletiva das mulheres indígenas do país. Por fim, corpo-território enquanto uma utopia e emancipação, explicará o conceito de corpo-território, conceito que simboliza uma ferramenta analítica, reflexo de uma metodologia política desenvolvida para enfrentar o avanço dos projetos neoextrativistas que têm como objetivo descolonizar o pensamento eurocêntrico.

A colonização trouxe preconceito, negação e exterminou os primeiros habitantes dessa terra chamada Brasil. Destruiu vidas, terras, coletivos, comunidades, povos indígenas, um período nebuloso, de poucas esperanças e muita dor. Os povos indígenas latino-americanos, organizados em seus movimentos, movimentos das mulheres indígenas, elas que segundo a história sempre estiveram nas tomadas de decisões de seus povos e que hoje voltam com a força de suas ancestrais, respeitando a mãe-terra, aquela que sustenta as florestas, os rios, os animais, os povos indígenas, que sabem que o futuro é ancestral, uma conexão entre o passado e o futuro que precisa de continuidade, onde os conhecimentos e os saberes dos povos indígenas são a base para construção do futuro da nossa Mãe-Terra!

Suzanny Cunha, julho de 2024.

1.1 O POVO BORARI DE ALTER DO CHÃO E A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES INDÍGENAS

Nascidos das águas,
Do Rio Tapajós e Lago Verde
O rio que traz a vida ao povo Borari,
Unidos por sua ancestralidade,
Pela cultura herdada pelo seu povo,
Que deixou indícios de sua existência,
Anteriormente a chegada do homem branco,

Resistindo,
Insistindo,
Resistência e autonomia são palavras que representam esse povo,
Povo da Floresta Amazônica do Pará,
Povo do Território indígena Borari.
Suzanny Cunha, julho de 2024.

O povo Borari, habita duas localidades distintas situadas na Região do Baixo Tapajós. A primeira é o território Borari de Alter do Chão, composto por quatro comunidades indígenas: São Pedro/Curucurui, Caranazal, São Raimundo e Alter do Chão. As três primeiras localizam-se no Eixo Forte, às margens da rodovia PA-457 (Dr. Everaldo de Souza Martins), que liga Santarém ao Distrito de Alter do Chão. A segunda localidade é a Terra Indígena do Maró, que possui identidade étnica e território devidamente demarcado.

Segundo relatos da cacica Ludineia Lobato e de alguns livros, os Borari eram povos que praticavam mobilidade espacial, caracterizada pelo deslocamento entre o interior da floresta Amazônica paraense e as margens do Rio Tapajós e as imediações do Lago Verde. Esse movimento era determinado pelas estações do ano, com os Borari deslocando-se para o interior da floresta durante o período chuvoso, mantendo cuidados com as roças, e retornando para suas casas em Alter do Chão no verão amazônico.

De acordo com o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra indígena Borari de Alter do Chão, elaborado pela Fundação Nacional do Índio, e com base nos relatos do povo Borari de Alter do Chão e nas publicações sobre a história e fundação de Alter do Chão, o território de Alter do Chão é oficialmente reconhecido como terra indígena. Essa região, situada no Baixo Rio Tapajós, é habitada pelos Borari, povo indígena que reside à margem do Lago Verde e do Rio Tapajós, em Santarém, no Oeste do Pará. A população indígena Borari é composta por 1.116 indígenas (ISA, 2014). A língua falada pelos dos Borari de Alter do Chão é o Nheengatu³, conhecida como língua geral dos indígenas da Amazônia brasileira.

O termo Borari, de acordo com Ferreira (2008, p.15) que relatou em seu livro *O Berço do Çaire*, corresponde ao “que a senhora Terezinha Lobato, antiga moradora do lugar, que tem sua argumentação fundamentada na oralidade, contou que o termo é uma variação de Puerari, que em tupi, significa árvore de contas ou sementes, uma árvore que em noites de temporais passeava no Lago Verde jogando suas frutas multicoloridas, com

³ Língua Nheengatu: Família Tupi-Guarani, sendo derivada do tronco tupi, e originado do antigo tupinambá amazônico.

os quais os nativos faziam sua coleta e transformavam em colares”. Porém, há outra versão do significado da palavra Borari “flecha envenenada”, de acordo com os relatos dos nativos ancestrais Borari, que contavam que os indígenas Borari quando guerreavam, extraíam o veneno (curare) das costas de rãs e passavam na ponta de suas lanças para lutar e acertar seus opositores.

De acordo com Ferreira (2008, p. 16), “a tribo Borari habitava originalmente a Serra do Mocotó, em Alter do Chão, local onde ainda hoje são encontrados fósseis que comprovam essa ocupação ancestral”. O nome ‘Alter do Chão’ seria, segundo o mesmo autor, “uma homenagem escolhida por Mendonça Furtado à missão de Nossa Senhora da Purificação, pela bravura do povo Borari na defesa de suas terras, um reconhecimento à resistência de um povo que marcou profundamente a história da região” (Ferreira, 2008, p. 15).

Os indígenas Borari de Alter do Chão são aqueles que estão à frente da luta e da resistência de seu território indígena do Distrito de Alter do Chão, que não é conhecido como território dos nativos Borari, mas como um dos dez principais pontos turísticos do Brasil. O distrito é visitado por milhares de turistas que desconhecem que ali se trata de terra indígena, como é recorrentemente esclarecido pela cacica Ludineia Lobato (Neca Borari, 2023): “Alter do Chão é terra dos Borari!”. A partir desta fala da cacica percebe-se a afirmação étnica da líder das mulheres Borari.

Para Gago (2020, p.107), “a conjunção das palavras corpo-território fala por si mesma, diz que é impossível recortar e isolar o corpo individual do corpo coletivo, o corpo humano do território e da paisagem”. O corpo-território para as indígenas não é apenas uma pessoa, com sua parte física individual, trata-se, portanto, de um corpo individual que está ligado ao coletivo e em defesa da vida como reflexo de pertencimento da terra, do território e de sua ancestralidade, possuindo importante papel político-social. Corpo-território para as Borari é a própria vida, o corpo coletivo, que traz a comunidade, animais, nascentes, riachos, homens, mulheres e crianças, sinônimo do território Borari de Alter do Chão.

Alter do Chão pulsa a memória do povo indígena Borari, quando vila no período colonial, os indígenas que ali habitavam, mantinham suas moradias situadas na área central da vila, onde permanecem até os dias atuais, sendo a rua da Igreja Católica um marco da presença de moradias dos indígenas Borari.

Um outro ponto que marca a história dos Borari é a sua história oral, que por meio de relatos passados de gerações em gerações preservam as memórias, saberes e

experiências individuais e coletivas, ampliando a compreensão da história de seus ancestrais. Por meio dos relatos, constatou-se que em Alter do Chão as mulheres indígenas são as detentoras da memória ancestral e são elas que assumem um papel de grande importância na preservação de sua identidade.

Essas memórias e a luta pela demarcação do Território Indígena Borari de Alter do Chão estão documentadas no Relatório de Identificação e Delimitação de 2009, elaborado pelo Ministério da Justiça, Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Diretoria de Assuntos Fundiários e Coordenação Geral de Identificação e Delimitação. Este documento — Relatório Funai — serve para além de uma reivindicação pela demarcação de seu território, que perpassa o reconhecimento de Alter do Chão como terra indígena, é um documento que atesta a ancestralidade Borari na região do Baixo Tapajós.

Relatos e pesquisas realizadas junto ao povo Borari, especialmente com as mulheres da comunidade de Alter do Chão, indicam uma longa tradição de histórica de liderança feminina. O território Borari possui uma linhagem matriarcal, com as mulheres exercendo o papel importante no processo de organização da vida deste povo. Essa estrutura social destaca o protagonismo e o empoderamento feminino indígena Borari e a importância das mulheres na tomada de decisões em suas comunidades. Para Sacchi (2022, p. 175), “a liderança é construída através do trabalho cotidiano, da formação e da profissionalização das mulheres em diferentes áreas de conhecimento e sua atuação de modo responsável e sensível às necessidades coletivas”.

Para Sacchi; Gramkow (2012, p. 19), “às práticas das mulheres indígenas visam ao bem coletivo, portanto, sua ‘igualdade’ política é conquistada quando podem preservar sua identidade feminina tradicional, priorizando, em seu trabalho e o bem comunitário”. O protagonismo das indígenas Borari, com a criação do cacicado, é um marco significativo dentro do movimento indígena de Alter do Chão, no qual se faz perceber e reconhecer o protagonismo das mulheres indígenas Borari, para além dos lugares comuns, sendo elas líderes políticas e espirituais do seu povo.

Os indígenas Borari possuem em seu comando três caciques e uma Cacica. A cacica que se chama Ludinéa Lobato Gonçalves Dias (Neca Borari), a principal interlocutora da pesquisa, juntamente com os indígenas Borari criaram a Associação Indígena Borari de Alter do Chão (AIBAC). Por meio da Associação foi fundado o Coletivo de Mulheres Sapú Borari (Imagem 2), Sapu no idioma nheengatu significa raiz. As indígenas colocaram esse nome, pois sem raiz a estrutura de uma árvore não se

sustenta, ou seja, sem as indígenas Borari o movimento indígena em Alter do Chão fica enfraquecido.

Imagem 2: Coletivo de Mulheres Sapú Borari.



Fonte: Tomás Bassi, Associação Indígena Borari, em 23 de abril de 2018.

Não há um consenso quanto ao ano exato de fundação do coletivo. No entanto, documentos oficiais indicam que sua origem está entre os anos de 2009 a 2013. Desde então, tem desempenhado um papel fundamental no fortalecimento da organização das mulheres indígenas Borari, na defesa de seus direitos, na promoção de sua cultura e identidade, além de representar um marco no empoderamento feminino dentro dessa comunidade.

Conforme relatou a cacica Neca Borari, as grandes mudanças na vida da sua comunidade iniciaram-se em 1975, principalmente no que tange a luta contra os invasores de seu território, o que fez com que a comunidade enfrentasse desafios com as invasões dos não indígenas em vários espaços, inclusive o da praia. Devido à resistência dos Borari, a praia permanece um espaço de trabalho exclusivo para a comunidade indígena. Além disso, na década de 1980, essa população conquistou territórios em Alter do Chão, onde construiu escolas, creches e um cemitério, garantindo melhores condições de vida e fortalecendo sua identidade cultural. A luta dos Borari foi, portanto, fundamental para a construção e preservação desses espaços.

Os Borari enfrentam constantes desafios na defesa de seu território, pressionados pela especulação imobiliária, por grileiros e pela falta de políticas públicas efetivas. A

comunidade luta por seus direitos previstos na Constituição de 1988, como saúde indígena diferenciada, com foco na saúde da mulher, na educação de qualidade, desde a creche até a universidade, seguridade social, incluindo salário-maternidade e aposentadoria. Para fortalecer essa luta, a cacica, incentivou a criação de organizações dentro do coletivo Sapú Borari, promovendo a participação ativa das mulheres e a construção de um projeto político social coletivo para todo coletivo indígena Borari de Alter do Chão.

Na sede da AIBAC, as indígenas Borari, organizam um conjunto de atividades que visam gerar renda, preservando a cultura e os conhecimentos ancestrais. Como o curso de Direitos Indígenas (Imagem 3), as indígenas aprendem sobre os seus direitos originários, além de conhecerem as leis, os mecanismos para defender seus direitos, além de participarem ativamente da vida política dentro da comunidade. As oficinas de artesanato, como a de missangas e a de cestarias, valorizam técnicas tradicionais e geram renda para as artesãs. Ademais, as oficinas de culinária, com foco na utilização de ingredientes da floresta, como a castanha do Pará e o cupuaçu, promovem a valorização da alimentação tradicional e a geração de renda por meio da venda de produtos artesanais. Essas iniciativas desempenham um importante papel na preservação e no fortalecimento da identidade cultural, em especial no que diz respeito ao modo de fazer e às práticas que moldam a identidade cultural dos Borari de Alter do Chão. Esses cursos contribuem para o empoderamento feminino das indígenas Borari, promovem a valorização, proteção e transmissão da perpetuação dos conhecimentos de seus ancestrais.

Imagem 3: Registro do Curso de Direito Indígena.



Fonte: Cleber Borari, Associação indígena Borari, 2018.

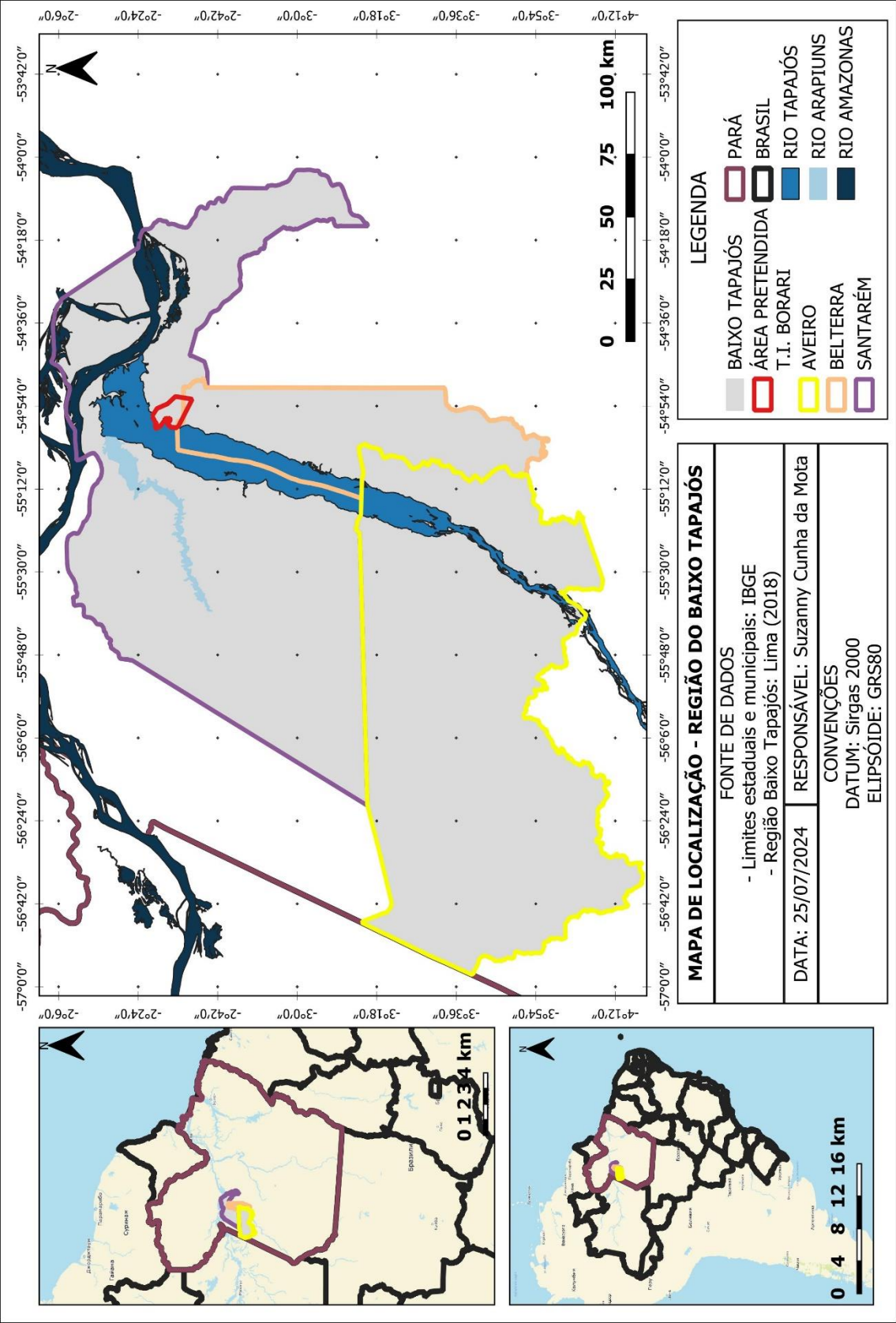
As indígenas Borari desempenham papel fundamental na liderança do movimento indígena, tanto dentro da comunidade, quanto em espaços mais amplos de articulações. Mediante sua participação em assembleias, reuniões e fóruns, elas garantem que as vozes e as demandas do povo Borari de Alter do Chão sejam ouvidas e consideradas nas decisões que afetam diretamente suas vidas. Essa atuação contribui para a construção de um movimento indígena mais forte, unido e capaz de defender os direitos de toda comunidade a fim de viabilizar o respeito, a notoriedade e o reconhecimento da identidade da mulher indígena, em uma sociedade marcada pelo machismo, pela violência de gênero e pelo racismo. A luta por esses direitos é constante e fundamental para um futuro mais justo e para todas as indígenas Borari da comunidade.

1.2 A ORGANIZAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BAIXO TAPAJÓS

Terra colonizada, destroçada,
Onde os primeiros habitantes são os
intrusos,
Lutaram, lutam e sempre lutarão,
Pelos seus direitos,
Pela sua floresta,
Pelo território demarcado,
Identidade afirmada,
O indígena é da terra,
Do rio,
Do Brasil.
Suzanny Cunha, maio de 2024.

Na confluência dos rios Amazonas e Tapajós, a ser ilustrado no Mapa 2, está localizada a Região do Baixo Tapajós, que abrange o município de Santarém, Belterra e Aveiro no Oeste do Pará. Essa região possui papel importante por conta da sua hidrografia, no qual estão localizados dois importantes rios de água doce: o Rio Tapajós e o Rio Arapiuns. Esses rios juntos formam uma intensa rede de igarapés e lagos. Essa região é predominante na floresta Amazônica, com uma biodiversidade rica em fauna e flora, sendo o *habitat* de diversas comunidades tradicionais e ribeirinhas. A região abriga várias unidades de conservação, como a Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, que tem como objetivo a preservação e proteção da biodiversidade e da sustentabilidade do meio ambiente.

Mapa 2: Região do Baixo Rio Tapajós.



Fonte: Elaborado pela autora, julho de 2024.

O Oeste do Pará foi palco da reorganização do movimento indígena do Baixo Tapajós. Por meio desse movimento, os povos indígenas do Baixo Tapajós, resgataram suas identidades étnicas, desafiando a narrativa que os classificavam erroneamente como comunidades caboclas⁴.

As comunidades, anteriormente denominadas de caboclas, passaram a reivindicar seus direitos coletivos e a se afirmarem indígenas pela defesa de seus territórios, defendendo a floresta Amazônica e a continuidade de sua existência na região do Baixo Tapajós. Como traz Porto-Gonçalves (2012, p. 67), em seu livro *Amazônia, Amazônias*, “a modernidade busca permanentemente o (des)envolvimento, isto é, procura quebrar o envolvimento, a coesão interna de povos e regiões, submetendo-os à sua lógica de produzir-produzir com uma distribuição desigual da riqueza”.

Esse processo de retomada da identidade indígena permitiu que os povos da região, que habitam as margens do rio Tapajós, reafirmassem sua ancestralidade e lutassem por seus direitos, contribuindo para a construção de uma narrativa mais justa e inclusiva sobre a história indígena da região do Baixo Rio Tapajós. A presença dos indígenas no Baixo Tapajós (Pará) é intensa e antiga, como relata o autor Vaz Filho (2010, p. 59), “através do conhecimento já disponível, sabe-se que a ocupação tapajônica se iniciou no final do primeiro milênio e chegou até o século XVII”.

Diante do avanço de expansão da fronteira, na Região Norte, no oeste do Pará, os territórios se colocaram em alerta para o risco de devastação da fauna e da flora. De acordo com Little (2002, p. 4), “a história das fronteiras em expansão no Brasil é, necessariamente, uma história territorial, já que a expansão de um grupo social, com sua própria conduta territorial, entra em choque com as territorialidades dos grupos que residem aí”. O avanço da expansão da fronteira uniu a coletividade dos povos indígenas do Baixo Tapajós, fortalecendo o movimento indígena, que juntos lutam e defendem a ocupação e a exploração de seus territórios.

Em 23 de maio de 2000 o movimento indígena, com intuito de consolidação no Baixo Tapajós e com um novo pensar no modo de organização político-social, iniciou o sistema específico de representação política fundando o Conselho Indígena Tapajós e Arapiuns (CITA), que é o representante sociopolítico de 13 povos indígenas do Baixo Tapajós. Está situado no Oeste do Pará e cujo objetivo principal é o de impulsionar a coletividade em sua representação na luta pela garantia dos direitos previstos aos povos

⁴ Comunidades Caboclas são aquelas formadas por mestiços de branco com indígena.

indígena na Constituição de 1988, além de promover o bem-estar cultural, político, econômico e social.

Imagem 4: Logo de representação do CITA.



Fonte: Instagram do Conselho Indígena Tapajós e Arapiuns, 2024. Disponível em: <https://www.instagram.com/citabt?igsh=ZmVxMnFwMmRtZW8y>. Acesso em: jul. 2024.

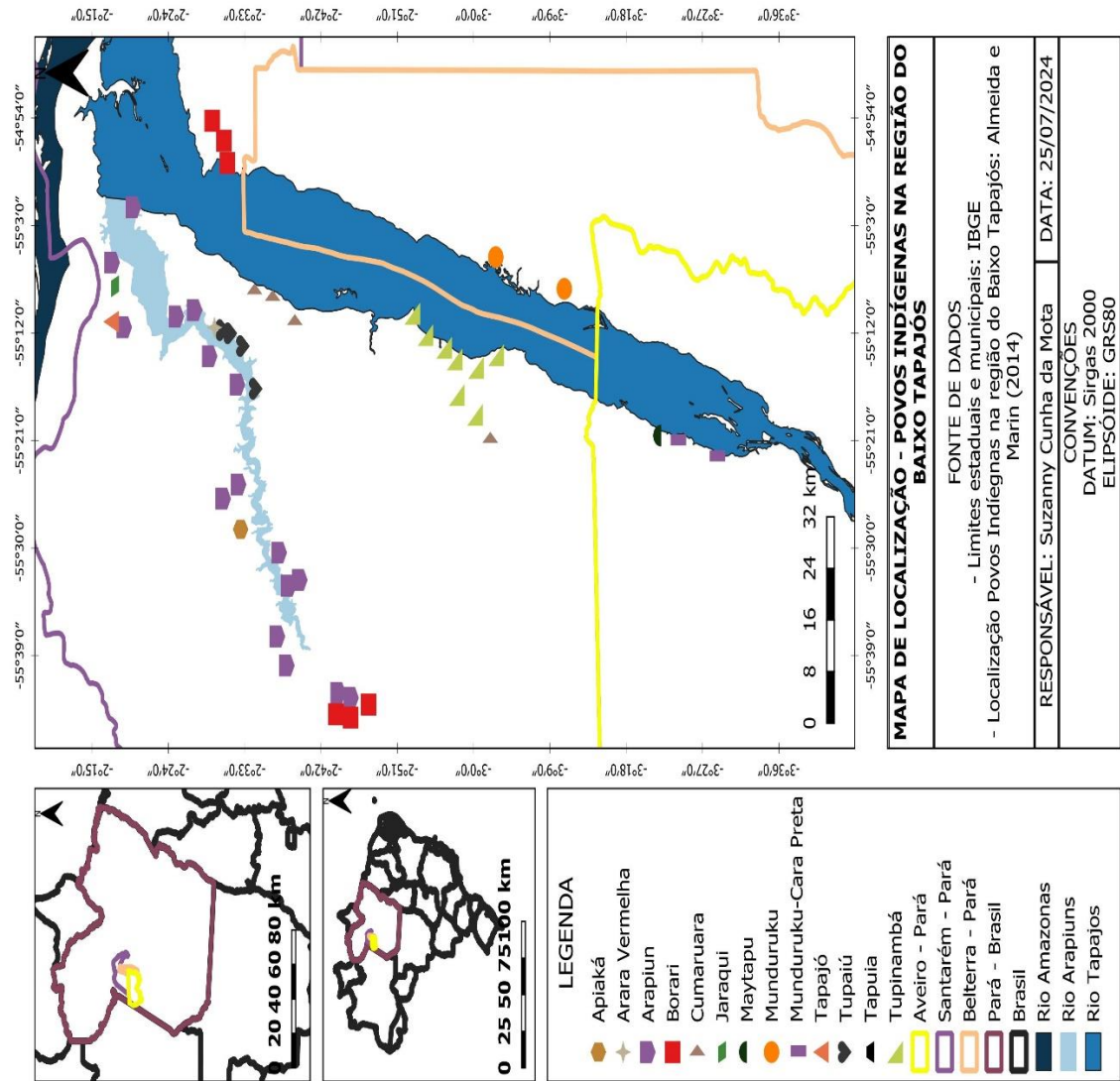
A logo representativa do CITA (Imagem 4) constitui um símbolo da história, cultura, resistência e identidade dos povos indígenas do Baixo Tapajós. O arco e a flecha que compõem a letra “C” representam a luta desses povos. A fusão das tiras de grafismo indígena e a urna funerária dá forma à letra “I”, evocando a ancestralidade e a continuidade cultural indígena. As cores contrastantes que delineiam a letra “T” simbolizam a Região do Baixo Tapajós, destacando a dualidade entre o rio Tapajós e a Floresta Amazônica. Por fim, a arara-azul, que compõe a letra “A”, representa a vitalidade das lideranças indígenas e reafirma a resistência dos povos originários da região.

Os treze povos indígenas que fazem parte do CITA, estão localizados ao longo do Rio Tapajós e Rio Arapiuns, ao longo dos municípios de Santarém, Belterra e Aveiro. Cada comunidade da região possui sua importância ancestral, cultural, ambiental e da proteção da floresta e dos rios.

O CITA possui sua sede nas cidades de Santarém/PA, sendo representante de 13 povos indígenas do Baixo Tapajós que correspondem aos: Arapiun, Apiaka, Arara Vermelha, Borari, Munduruku Cara-Preta, Jaraki, Kumaruara, Maytapu, Munduruku, Tapajó, Tapuia, Tupayú, Tupinambá, que abrange três municípios do Oeste do Pará

(Santarém, Belterra e Aveiro), dezessete territórios e mais de cem aldeias. Abaixo o Mapa 3, com a localização dos 13 povos indígenas que fazem parte do CITA, situado no Região do Baixo Tapajós.

Mapa 3: Mapa da localizado – Povos indígenas na Região do Baixo Tapajós.



Fonte: elaborado pela autora, julho de 2024.

A organização do movimento indígena vem demonstrando a grande capacidade de organização e resistência coletiva das comunidades indígenas do Baixo Tapajós, sendo um grande instrumento de visibilidade à luta, que por meio das articulações com as demais organizações indígenas do país, vem impedindo variados projetos que ameaçam principalmente os seus territórios.

O CITA atua diretamente na defesa dos territórios indígenas do Baixo Tapajós, promovendo ações políticas, lutando pelo acesso às políticas públicas na área da educação, da saúde e da seguridade social. A organização surge para alavancar o

movimento indígena do Baixo Rio Tapajós, nas discussões locais, regionais e nacionais. Desse modo, o CITA está unido à outras organizações indígenas do Brasil, como a FEPIPA (Federação dos Povos Indígenas do Pará), Coiab (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira), APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil) e COICA (Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica).

Dentro do CITA existe o Departamento de mulheres indígenas, coordenado por Eli Tupinanbá, da Aldeia São Francisco, situada na Resex Tapajós-Arapiuns (Reserva extrativista), visto que as mulheres indígenas são as principais protagonistas dentro da luta indígena na Região do Baixo Tapajós, como descreveu Vaz Filho (2010, p. 59), “pelos relatos dos missionários e pelos dados arqueológicos disponíveis, sabemos que essa sociedade era bastante hierarquizada e que as mulheres tinham um papel político e religioso destacado”.

A fundação do CITA foi fundamental para somar à luta das comunidades indígenas, fortalecendo a visibilidade indígena, sendo um instrumento de união e representação desses povos, ampliando a capacidade de negociação, de pressão política e visibilizando a luta pela demarcação e defesa dos territórios indígenas.

Entre os desafios enfrentados em seus territórios, está a devastação da Floresta Amazônica Paraense, o desmatamento ilegal para a retirada de madeira e para implantação da agropecuária, que representa ameaça à biodiversidade e ao modo de vida das comunidades indígenas. O garimpo predatório é outro desafio enfrentado, com a utilização do mercúrio, que vem poluindo o rio, contaminando os alimentos e causando graves problemas de saúde à população indígena que depende da caça e da pesca para sua subsistência.

A construção de hidrelétricas, com projetos de barragens ao longo do rio, ameaça à integridade e a sobrevivência dos rios e das comunidades indígenas que dependem dos recursos hídricos para sobreviverem. Todas essas atividades impactam de distintas maneiras, como a alteração do clima e a perda da biodiversidade nos territórios indígenas, colocando em risco a vida e a segurança das comunidades indígenas do Baixo Tapajós.

A organização dos Povos Indígenas Tapajós e Arapiuns é de grande importância para a preservação cultural, no que tange a exigência dos direitos dos indígenas e, para além disso, no que concerne a permanência e defesa de seus territórios, um movimento de resistência sociocultural que visa autonomia e respeito aos indígenas. Para o fortalecimento da organização indígena do Rio Tapajós, o CITA vem realizando

assembleias, palestras, encontros e oficinas. Essas ações possuem o intuito de consolidar a organização junto a seus líderes e em conjunto com os demais indígenas; além de intensificar a luta pela demarcação dos territórios, o bem-estar social, cultural, político dos 13 povos indígenas do Baixo Tapajós. A região foi afetada pelo colonialismo na busca de dissipar a existência indígena, porém o movimento, vem se consolidando e unindo as comunidades indígenas da Região do Baixo Tapajós, fortalecido com a criação do Conselho Indígena Tapajós e Arapiuns.

1.3 O MOVIMENTO DE MULHERES INDÍGENAS NO BRASIL E AMÉRICA LATINA

Sempre em movimento,
Na luta coletiva,
Defendendo a mãe Terra,
A mãe natureza,
Com olhar único de mulher, de mãe,
Que protege,
Que defende,
Que Luta incansavelmente,
Que une os povos indígenas,
Do Brasil, da América Latina,
Na busca pelo futuro ancestral,
Pela terra segura,
Sem desmatamento,
Sem a morte dos Rios,
Sem a morte de animais,
Sem a morte de seus povos,
Sem sangue,
Sem choro,
Celebrando a floresta em pé,
Os guardiões da natureza,
Celebrando a vida,
Os corpos,
O Território,
A mãe Terra.
Suzanny Cunha, julho de 2024.

As mulheres indígenas na América Latina têm se articulado como sujeito político, pautando-se por demandas igualitárias, como a luta pela demarcação de seus territórios, distribuídos entre diversas comunidades indígenas. Nesse contexto, a rede do movimento indígena latino-americano se firma, possibilitando que as lideranças das mulheres indígenas assumam um papel de protagonismo não apenas dentro do movimento indígena, mas também em espaços políticos estratégicos, como as universidades e cargos políticos.

Evidencia-se, portanto, a relevância dessas redes nacionais e internacionais, no reforço ao que concerne o empoderamento das mulheres indígenas, garantindo sua

participação ativa em espaços historicamente inacessíveis ou negligenciados. Seja no campo político, nos debates decisórios ou nas resoluções de políticas públicas, essas redes contribuem para ampliar sua visibilidade e influência, rompendo com a invisibilização que antes a excluía. Para Barbosa e Nóbrega (2023, p. 32), “no âmbito das resistências indígenas latino-americanas, destaca-se a ação política das mulheres indígenas, que constroem lutas diárias em articulações locais, nacionais e transnacionais”.

O movimento de mulheres indígenas na América Latina surge como uma organização de luta e de força motriz na luta contra o modelo capitalista exploratório dos territórios indígenas. As mulheres indígenas, detentoras de conhecimentos ancestrais, defendem seus territórios às suas comunidades que abrangem todos aqueles fazem parte das comunidades indígenas, articulando as suas vozes em âmbito local, nacional e internacional.

Para Barbosa *et al.* (2020, p. 11), “as mulheres indígenas têm assumido, no contexto histórico das lutas, um papel vital na defesa da terra, de seus territórios e de suas comunidades ameaçadas pelo novo padrão de acumulação”. Destaca-se que as lutas das mulheres indígenas que possuem foco ambiental, não se dissociam dos povos indígenas, elas são as principais detentoras de conhecimento sobre os seus territórios, seus povos, herdados por meio de sua ancestralidade, o que faz com que as mulheres indígenas defendam seus lugares do avanço desenfreado do capitalismo, que visa somente o lucro e a degradação da natureza e, com isso, das terras dos povos originários de toda América Latina.

As mulheres indígenas da América Latina vêm travando lutas com foco principal na questão ambiental, como Barbosa e Nóbrega explicam:

Na contemporaneidade, há uma multiplicidade de lutas empreendidas pelas mulheres indígenas no contexto latino-americano. Dentre os casos mais emblemáticos, destacam-se as lutas das mulheres zapatistas e das mulheres do Congresso Nacional Indígena (CNI), no México; das mulheres Mapuche, no Chile; do Movimento de Mulheres Indígenas, no Brasil (doravante, MMI); e do Feminismo Comunitário, na Bolívia e na Guatemala. Constituem processos políticos que têm desenvolvido a crítica ao antropoceno e ao capitaloceno na transição do século XX ao XXI, incidindo em um enfoque metodológico e epistemológico para pensar outras concepções de território, territorialidade, em uma perspectiva comunitária. (Barbosa; Nobrega, 2023, p. 36).

O antropoceno é o termo utilizado por cientistas para caracterizar o período atual da história do Planeta Terra. Para Crutzen (2002), o termo “antropoceno é usado para nomear uma nova era geológica, a partir das grandes intervenções humanas, o que tem interferido nos ciclos que moldam e sustentam as múltiplas formas de vida no planeta

Terra”. O termo capitaloceno é usado para descrever a presente era geológica da Terra. O conceito de antropoceno e capitaloceno, modelo de desenvolvimento vigente, é criticado pelo movimento das mulheres indígenas latino-americano, visto que esse modelo capitalista causa vários impactos negativos para os territórios e para a natureza, que não pensa nos povos que habitam o planeta Terra, visando somente o lucro e a degradação desordenada do meio ambiente.

Dessa forma, a luta do movimento indígena das mulheres na América Latina tem propósito não somente de garantir os direitos para elas, visto que o seu empenho vai abranger, todos os indígenas de suas comunidades, uma vez que os povos originários lutam para proteger seus territórios dos impactos ambientais causados pelo capitalismo. Dessa forma, defendem a Terra de sua total devastação. Para Barbosa e Nobrega (2023, p. 37), “em virtude do fato de que a luta das mulheres indígenas não está dissociada da luta dos povos indígenas, sua ação política incorpora a defesa dos territórios, da coexistência com a natureza”.

Quando falamos do corpo-território para as mulheres indígenas, logo vem no pensamento do forte vínculo da terra a seus corpos, visto que não é somente um pedaço de terra, para elas seus territórios são sagrados, um ente vivo, que faz ligação com a espiritualidade, herdados de seus ancestrais, herança milenar e que deve ser preservada com a perspectiva de coletividade. Em Cruz Hernandez (2017, p. 43), o corpo-território é “uma epistemologia latino-americana e caribenha feita por e a partir de mulheres de povos originários que vivem em comunidade; ou seja, a articulação corpo-território coloca no centro o comunitário como forma de vida”. Assim, como a maioria das discussões feministas, os conceitos partem das práticas políticas do movimento das mulheres indígenas.

A partir do crescimento político do movimento das mulheres indígenas na América Latina grandes conquistas foram alcançadas, no Brasil foi eleita a Deputada indígena Joênia Wapichana, a primeira mulher indígena a ocupar um cargo de liderança no Congresso Nacional, além da criação, em 2023, do Ministério dos Povos Indígenas, cuja ministra se trata da indígena Sônia Guajajara, do Povo Guajajara/Tentehar. Como é percebido, houve diversos avanços no campo político e de representação do movimento das mulheres indígenas brasileiras.

A trajetória do movimento das mulheres indígenas na América Latina possui grande representatividade e ganhos expressivos dos direitos, de proteção de seus corpos-

territórios na defesa da terra e de seus corpos. Em seu artigo Barbosa e Nobrega (2023) relatam:

Na trajetória política das mulheres indígenas da América Latina, a emancipação e a libertação da opressão do patriarcado, do machismo e do racismo só se concretizam ao se colocar “a vida no centro”. Por tal razão, a consigna política “nossa luta é pela vida” se faz cada vez mais presente no discurso político das mulheres indígenas. No caso, representa a defesa dos territórios e dos comuns, bem como a emancipação do coletivo, uma vez que os homens indígenas também são submetidos às opressões coloniais e capitalistas. Encarna-se a “epistemologia de nosotras”, própria da dimensão epistêmica da complementariedade e do território (Barbosa; Nobrega, 2023, p. 42).

De acordo com Sacchi (2022, p. 167), “a Associação de Mulheres do Alto Rio Negro (AMARN), é constituída em 1987 e representa as mulheres de diferentes etnias da região do rio Negro, sendo uma das primeiras organizações indígenas fundadas na região amazônica”. A fundação da AMARN, representou o início das redes nacionais do movimento das mulheres indígenas no Brasil.

Para Matos, “o protagonismo das mulheres indígenas no Brasil, no campo das relações interétnicas, não é recente, já que elas jamais estiveram excluídas dos espaços etnopolíticos necessários ao diálogo e à confrontação com o Estado e com os não indígenas” (Matos, 2012, p. 140). As mulheres indígenas exercem protagonismo no movimento indígenas do Brasil, sendo que suas participações não são recentes, elas sempre estiveram ativas e presentes no espaço político visando a defesa de seus direitos.

A década de 1990 foi um marco para o movimento de mulheres indígenas no Brasil, com a criação de novas associações e a intensificação da articulação nacional. De acordo com Matos (2012), ao longo da trajetória do movimento indígena no Brasil:

As mulheres indígenas criaram, no início de sua participação, associações com o intuito de fortalecer as reivindicações e ações do movimento ampliado, cuja coordenação se concentrava nas mãos das lideranças masculinas. Nos primeiros momentos, agruparam-se em associações específicas ou de gerenciamento feminino (como as associações artesãs criadas na cidade de São Gabriel da Cachoeira), organizadas por interesses políticos e econômicos. Por meio dessas associações, lidavam com problemas comuns aos homens (demandas por terra, geração de renda, educação, saúde etc.), mas a partir da perspectiva indígena feminina. Somente anos depois, as mulheres indígenas formularam demandas específicas ao gênero feminino, como cuidados com a saúde reprodutiva e criação dos/as filhos/as, combate à violência contra mulheres (em decorrência do alcoolismo), reivindicação por maior participação feminina nos espaços públicos indígenas e indigenistas, maior oportunidade de capacitação das mulheres indígenas, entre outras demandas. Nas últimas décadas, as principais reivindicações das mulheres indígenas eram pela participação direta no gerenciamento de projetos indígenas comunitários, sobretudo, os de desenvolvimento sustentável e de revitalização cultural articulada à geração de renda (Matos, 2012, p. 148).

O intuito da criação das associações por mulheres indígenas no Brasil intensificou o processo histórico de reivindicações específicas, reivindicações de gênero. Para Sacchi e Gramkow (2012), o tema gênero está inserida no movimento das mulheres indígenas do Brasil:

O tema de gênero nos grupos étnicos coloca a discussão sobre a relação ambivalente estabelecida entre as mulheres indígenas e a sociedade não indígena e suas diversas instituições. Além disto, a construção das identidades das mulheres indígenas as coloca na posição de ter que preservar os valores tradicionais e afirmar sua tradição étnica, ao mesmo tempo em que têm de lutar contra as desigualdades específicas de seu gênero. Assim, suas identidades étnicas proporcionam espaços de resistências e engendram construções de feminilidade por meio da "tradição", enquanto, simultaneamente, pode haver a necessidade e/ou desejo dos valores da "modernidade"(Sacchi e Gramkow, 2012, p. 18).

A partir dos anos 2000, aconteceram vários debates envolvendo as mulheres indígenas de norte ao sul do Brasil, como ocorreu em Santarém, no Pará, em 2000. A Assembleia Ordinária da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), em uma das pautas discutidas, surgiu a reivindicação por um espaço específico para atendimento das necessidades das mulheres indígenas, evidenciando a força do movimento das mulheres indígenas na Amazônia. Nesse trecho do texto de Matos (2012), observa-se a inserção das mulheres indígenas da Amazônia na trajetória do movimento nacional:

Com a crescente diversificação da atuação das organizações indígenas no contexto da política indigenista do Estado brasileiro e também da política de financiadores, foram abertos espaços próprios às questões de gênero e, dessa forma, mulheres indígenas foram assumindo lugares mais específicos dentro das organizações, a exemplo da criação de Departamentos de Mulheres. Mais recentemente, dentro do próprio movimento, em plena assembleia de eleição da nova coordenação da COIAB, foi criada a organização de representação macrorregional especificamente de mulheres, a União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira (UMIAB). (Matos, 2012, p. 141).

A partir das leituras realizadas no decorrer do levantamento bibliográfico, ficou evidente que a região Amazônica do Brasil foi a que impulsionou o movimento das mulheres indígenas para todas as outras regiões do país. Para Matos (2012, p. 140), “no processo histórico de afirmação etnopolítica lideranças femininas passaram a articular uma agenda coletiva de reivindicações específicas, para fortalecer seu protagonismo no campo político indígenas”.

A união das mulheres indígenas de diversas etnias tem fomentado a construção de novos espaços de diálogo e debate, com um foco especial nas pautas que elas possuem

em comum. Essa articulação tem promovido a troca de conhecimentos e de experiências, fortalecendo o movimento das mulheres indígenas e impulsionando a participação feminina indígena em esferas públicas. Conforme Verdum (2008, p. 10), “as relações de gênero no meio indígena passam a ser uma questão tratada pelas associações e departamentos de mulheres indígenas, que demandam ações concretas das organizações não-governamentais e das agências governamentais e internacionais”. Nota-se que o movimento das mulheres indígenas do Brasil está firmado em uma ampla rede de relações, tanto no âmbito internacional quanto nacional.

Em Manaus, no ano de 2002, ocorreu o primeiro Encontro de Mulheres indígenas da Amazônia Brasileira, conforme explicou Verdum (2008, p. 11), “na ocasião, consolidou-se e legitimou-se o Departamento de Mulheres Indígenas (DMI) como parte da estrutura da Coiab, o DMI”. Por meio dos encontros realizados pelo movimento das mulheres indígenas no Amazonas, foram iniciadas diversas articulações das mulheres indígenas na região Norte do Brasil.

Nas demais regiões do Brasil, seguindo o exemplo da Região Norte, o movimento das mulheres indígenas organizou seus primeiros encontros, como relata Verdum (2008, p. 11), “no Nordeste, reuniram-se a Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, de Minas Gerais e Espírito Santo, em 2007, o primeiro encontro regional de mulheres indígenas e na Região Centro-Sul, a Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul”. Os encontros das mulheres indígenas em 2007, em diversas regiões do Brasil, fortaleceram a articulação de demandas locais, regionais e nacionais, promovendo maior autonomia à rede nacional do movimento das mulheres indígenas.

A partir das articulações do movimento das mulheres indígenas no ano de 2006, elas conseguiram grandes avanços, como nos explica Verdum (2008, p. 15), “pela primeira vez na história das políticas públicas pós-Constituição Federal, se incluiu num Plano Plurianual (PPA) uma ação específica para as mulheres indígenas, no programa Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas, sob a responsabilidade da Funai”. Outra conquista do movimento aconteceu em janeiro de 2007, que de acordo com o mesmo autor, “foi criado dentro da Funai um departamento específico de mulheres indígenas, um ato de suma importância no qual o Departamento de Mulheres (DMI) da Coiab teve papel decisivo” (Verdum, 2008, p. 16). Esses ganhos do movimento das mulheres indígenas no Brasil demonstram que a união das mulheres indígenas gerou impactos positivos no movimento das mulheres indígenas do país.

Segundo a Organização das Nações Unidas das Mulheres (que tem como objetivo promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres), “o Censo da População Indígena (2010), vivem hoje no Brasil aproximadamente 448 mil mulheres indígenas, e há uma diversidade de 305 povos, falantes de 274 línguas” (ONU Mulheres, 2018, p. 2). De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o censo realizado em 2022, consta que no Brasil são 1.693.535 de pessoas indígenas, o que representa 0,83% do total de habitantes do país.

O movimento das mulheres indígenas do Brasil vem ganhando destaque ao longo dos anos. Em 2015 foi lançado pela ONU Mulheres, o Projeto “Voz das Mulheres Indígenas”, um marco dentro do movimento indígena do país, com intuito de promover os direitos humanos das mulheres indígenas do Brasil, incentivando o empoderamento, fortalecendo a mobilização e fomentando a participação política das mulheres indígenas brasileiras. Conforme a ONU Mulheres (2018, p. 2), “a iniciativa surgiu em resposta a uma demanda do movimento de mulheres indígenas, que via a necessidade de construir uma pauta nacional comum”. De acordo com o levantamento realizado pela ONU Mulheres (2018, p. 3), o projeto lançado em 2018, alcançou 104 povos, com 247 línguas, no total de 448 mil mulheres indígenas em todas as regiões do Brasil.

O projeto “Voz das Mulheres Indígenas”, foi o precursor, para que a voz das mulheres indígenas fosse ouvida nos anos seguintes da ATL, sendo oficialmente inserido na programação do evento, uma importante conquista política para o movimento das mulheres indígenas do Brasil. Segundo a ONU Mulheres, “hoje, a pauta nacional já é reconhecida como representativa da voz das mulheres”, (ONU Mulheres, 2018, p. 8). O projeto Voz das Mulheres Indígenas demonstra que o movimento das mulheres indígena do Brasil está inserido em organizações, sendo incluídos nas redes internacionais, com a ONU Mulheres. Essa parceria foi fundamental para garantir o protagonismo dessas mulheres indígenas em espaços como o Acampamento Terra Livre.

Desta forma, a constância do movimento das mulheres indígenas na América Latina e no Brasil é imprescindível para a continuidade e para o fortalecimento do campo político, do empoderamento e da autonomia feminina, prosseguindo com as articulações em redes que estão em processo de aprendizado e construção.

1.4 NOSSO CORPO, NOSSO ESPÍRITO: A MARCHA DAS MULHERES INDÍGENAS

Oprimidas duas vezes,
Por ser mulher,
Por ser indígena,
Trazendo para o centro do debate,
Do movimento das indígenas do Brasil,
Fortalecendo a luta,
Reivindicando direitos,
Combatendo a violência,
Defendendo seus territórios,
Garantindo a preservação,
Da Cultura,
Da Natureza,
Impondo sua existência,
Força e visibilidade,
Inspirando outras indígenas,
Fortalecendo sua identidade,
Lutando pela continuidade,
pela vida,
Das Mulheres Indígenas,
Do seu povo,
Dos indígenas do Brasil!
Suzanny Cunha, julho de 2024.

Após décadas de lutas, encontros e articulações, que abordaram temas como direitos territoriais, violência de gênero e saúde da mulher indígena, o movimento das mulheres indígenas brasileiras consolidou-se como uma força fundamental na defesa de seus direitos. A partir de 2015, com a reunião de diversas lideranças de diferentes etnias em Campo Grande, no Amazonas e em outros eventos e articulações, iniciou-se um processo de criação, discussão e estruturação para a realização de uma grande mobilização realizada pelas mulheres indígenas.

Esse movimento culminou na histórica “Primeira Marcha das Mulheres Indígenas” (Imagem 5), que aconteceu em Brasília, entre os dias 10 e 14 de agosto de 2019, com a participação de aproximadamente 2.500 mulheres e de mais de 130 povos indígenas diversos. Essa marcha ampliou a visibilidade para a pauta, ao causar impactos em suas demandas de viés humanitário. Para Sacchi (2012, p. 176), “os primeiros eventos nacionais estimulam o intercâmbio de experiências entre mulheres indígenas e colocam em cena a questão da representatividade”. Estabelecendo o marco de referência nacional para dar visibilidade nacional ao movimento.

A Primeira Marcha das Mulheres Indígenas teve como tema: “Território: nosso corpo, nosso espírito”. O tema diz respeito a conexão que existe entre as mulheres

indígenas, seus corpos, espíritos e seus territórios, locais cuja suas terras são a extensão de seus corpos, tornando-os indissociáveis.

Imagem 5: I Marcha das Mulheres Indígenas.



Fonte: Andressa Zumpano/CPT-MA, em agosto de 2019.

Esse evento resultou na elaboração do documento final com as pautas sobre as propostas de políticas públicas voltadas para as mulheres indígenas, além de impulsionar o fortalecimento da organização. No documento final da 1º Marcha das Mulheres Indígenas, publicado pela revista *insurgência* (2021), consta uma das falas das mulheres indígenas: “Enquanto mulheres, lideranças, geradoras e protetoras da vida, iremos nos posicionar e lutar contra as violações que afrontam nossos corpos, nossos espíritos, nossos territórios. Difundindo nossas sementes, nossos rituais, nossa língua, nós iremos garantir a nossa existência”.

O tema central da Primeira Marcha aborda a questão do território, concebido pelas mulheres indígenas como a extensão de seus corpos e de seus povos. Essa perspectiva reforça a importância do cuidado com a Mãe Terra e a preservação da natureza. Segundo Gago (2020, p. 79), “a imagem do corpo-território revela batalhas que estão ocorrendo aqui e agora, além de assinalar um campo de forças e torná-lo sensível e legível a partir da conflituosidade”.

As principais demandas reivindicadas durante os dias em que ocorreu a marcha estavam direcionados aos direitos territoriais, à educação e à saúde diferenciada.

Conforme relatado por Ribeiro (2019), ao escrever a matéria para o SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, com a fala de Célia Xakriabá, uma das coordenadoras da primeira Marcha:

Os corações das mulheres indígenas, as mãos e os pés das mulheres indígenas também guardam conhecimento e vai ser nós, mulheres indígenas, com os nossos corpos, que vamos descolonizar essa sociedade brasileira, que tem matado a nossa história, que tem matado a nossa memória, porque o nosso conhecimento indígena é uma forte patente do conhecimento de cura. Nós temos sido mortos não apenas pela arma do calibre 38, mas também pela arma do calibre 17, esse governo que tem assassinado com essa política genocida. Mas nós, mulheres indígenas, iremos fazer resistência. Porque defender o território é defender a educação. Porque nós queremos saber como é que esse governo vai fazer, como a ciência vai fazer, como o capitalismo vai fazer o dia que acabar todas as árvores do planeta. Porque o dia que acabar todas as árvores, nós quer saber onde é que vai escrever essa caneta. Nós, mulheres indígenas, continuamos aprendendo muito mais com uma árvore viva, do que com um papel morto (Ribeiro, 2019).

A realização da Primeira Marcha das Mulheres Indígenas no Brasil marcou o início da representatividade das mulheres indígenas em espaços de participação política, proporcionando espaços de debates entre as participantes. De acordo com Sacchi (2022, p. 177), “os eixos de luta convergem quanto à promoção dos direitos territoriais, de políticas de atenção à saúde e de educação diferenciadas, de medidas de enfrentamento às violências e da participação das mulheres nos assuntos que dizem respeito aos povos indígenas”. Segue um trecho do documento final da Primeira Marcha das mulheres Indígenas: “Território: nosso corpo, nosso espírito”:

Enquanto mulheres, lideranças e guerreiras, geradoras e protetoras da vida, iremos nos posicionar e lutar contra as questões e as violações que afrontam nossos corpos, nossos espíritos, nossos territórios. Difundindo nossas sementes, nossos rituais, nossa língua, nós iremos garantir a nossa existência (CIMI, 2019).

A pandemia de Covid-19 impediu a realização da Segunda Marcha das Mulheres Indígenas em Brasília, prevista para 2020. Diante desse contexto desafiador, o Movimento das Mulheres Indígenas atuou intensamente na proteção de suas comunidades. Nesse mesmo ano, o Acampamento Terra Livre (ATL) ocorreu de forma remota, por meio de uma plataforma virtual, entre os dias 27 e 30 de abril. Durante a pandemia, 146 povos indígenas foram afetados no Brasil, incluindo os Borari de Alter do Chão. Em 19 de março de 2020, ocorreu a primeira morte de uma indígena por Covid-19 no Oeste do Pará, entretanto, esse óbito não foi registrado nas estatísticas do Ministério da Saúde.

Para enfrentar a pandemia, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), em parceria com organizações regionais do movimento indígena, desenvolveu o *Emergência Indígena: Plano de Enfrentamento da Covid-19 no Brasil*. Essa iniciativa, elaborada pelo movimento indígena e seus colaboradores, visava salvar vidas e mitigar os impactos da pandemia entre os povos indígenas. O plano tinha como principal objetivo orientar as organizações indígenas em nível nacional, por meio de ações emergenciais de cuidado integral e diferenciado no controle da Covid-19, além de estratégias de comunicação e disseminação de informações em saúde.

A segunda Marcha das Mulheres Indígenas, aconteceu no Distrito Federal, de 7 a 11 de setembro de 2021, com a temática *Mulheres Originárias Reflorestando Mentes para Cura da Terra*, a luta contra o Marco Temporal, organizada pela ANMIGA — Articulação Nacional de Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade⁵, com foco na questão do reflorestamento. Conforme relatou as coordenadas do ANMIGA (2021), “trata-se de um grande chamamento feito à humanidade, na tentativa de proporcionar aos povos do mundo uma nova forma possível de nos relacionarmos com a Mãe Terra, e também entre nós, seres que nela vivemos”. A criação da ANMIGA se deu durante a Segunda Marcha das Mulheres Indígenas e impulsionou as mulheres indígenas de todo Brasil a construírem suas próprias histórias e a almejarem um espaço na política.

Participaram da marcha cerca de cinco mil mulheres indígenas que fazem parte de 185 povos de diferentes regiões do país (Imagem 6), onde as mulheres indígenas com seus corpos pintados, abraçadas, estão dançando, exaltando sua cultura e ancestralidades, trata-se de uma bela imagem que simboliza a união das mulheres indígenas do Brasil. De acordo com Barbosa e Nobrega (2023, p. 37), “as mulheres indígenas vão firmando suas presenças, sem esquecer suas ancestralidades, o chão da aldeia, o alimento dos filhos, as sementes da cultura e os encantados”.

⁵ ANMIGA é uma organização fundada em 2009, que luta pelos direitos dos povos indígenas do Brasil, com foco na defesa dos direitos das mulheres indígenas e que reúne mulheres de diversas etnias em prol da vida e garantia de direitos dos povos indígenas. Nota da autora.

Imagem 6: II Marcha das Mulheres Indígenas.



Fonte: Alass Derivas em setembro de 2021.

Durante os dias do evento que ocorreu no espaço da Fundação Nacional das Artes (FUNARTE), o local foi tomado por instrumentos indígenas, que ecoavam seus sons e entoavam os cantos indígenas ao longo dos dias do evento, valorizando os saberes e a cultura dos povos indígenas, e, por meio da dança das mulheres indígenas, para combater a aniquilação de seus povos ao exigir os seus direitos. Para Sacchi (2022, p. 178), “as representantes indígenas, ao assinalarem o papel fundamental que cumprem na promoção dos direitos indígenas, sustentam tanto o compromisso com as pautas do movimento indígena como ressaltam as particularidades relativas aos direitos das mulheres”.

O foco da Segunda Marcha era travar o processo do Marco Temporal que estava em julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF), no qual visava definir o futuro dos territórios indígenas do país. De acordo com uma das coordenadoras da Segunda Marcha que relatou para a ANMIGA:

Estamos em busca da garantia de nossos territórios, pelas que nos antecederam, para as presentes e futuras gerações, defendendo o meio ambiente, este bem comum que garante nossos modos de vida enquanto humanidade. Para além de mero recurso físico, é igualmente morada dos espíritos das florestas, dos animais e das águas da vida como um todo, fonte de nossos conhecimentos ancestrais (ANMIGA, 2021a).

O último dia do evento ficou marcado pelo lançamento do manifesto Reflorestarmente, organizado pela ANMIGA e pela APIB. No documento consta reflexões feitas pelas mulheres indígenas ao longo de toda a programação do evento. O

seu encerramento foi marcado por um desfile de moda (Imagem 7), realizado pelas mulheres indígenas e intitulado como o momento de *Descolonizar a Moda*. De acordo com Amante (2021), “a tendência da mulher indígena, não é anual é ancestral, que apresentou um desfile de vestimentas indígenas e roupas com elementos tradicionais das culturas dos povos, realizado para demarcar que o corpo da mulher indígena é um território”.

Imagem 7: Desfile das mulheres indígenas, descolonizando a moda.



Fonte: Mídia Ninja em 2021.

Em 2023 foi realizada a Terceira Marcha das Mulheres Indígenas em Brasília (Imagem 8), de 11 a 13 de setembro, intitulada *Mulheres Biomas em Defesa da Biodiversidade pelas Raízes Ancestrais*, composta por aproximadamente 8 mil mulheres indígenas. Para Sacchi (2022, p. 178), “as questões ambientais, territoriais e socioculturais são analisadas a partir dos impactos das ações e políticas sobre os territórios indígenas, que afetam gravemente a saúde, alimentação, os processos educativos, a organização política e as relações comunitárias”. Em sua terceira edição, a Marcha teve como foco a igualdade de gênero, o enfrentamento por autonomia e empoderamento, proteção da cultura dos povos originários, pela vida e pelo meio ambiente.

Imagem 8: III Marcha das Mulheres Indígenas.



Fonte: Fundação Nacional dos Povos Indígenas, 2023.

Em 2023 a marcha contou com a participação de mulheres indígenas de outros países, que para a ANIMGA (2023), “é um lembrete poderoso de que a luta pelos direitos das mulheres indígenas não conhece fronteiras geográficas”. Nesse espaço estiveram presentes mulheres indígenas de 18 povos vindos da África, Helena Steenkamp; de Uganda, Margaret Lomonyang; do Peru, Julieta Maquera Llanqui; da Guatemala, Sônia Marina Gutiérrez Raguay; da Nova Zelândia, Tuana Jakicevich, entre outras. Dessa forma, fica evidente que o Movimento das Mulheres Indígenas Nacional está integrado à rede dos movimentos indígena internacional, visto que a abrangência da marcha está inserida em uma causa global.

Houve ainda ao longo da Marcha um diálogo com a Ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, sobre a carta que foi entregue com o título *Vozes das Ancestralidades do Seis Biomas do Brasil*. Segundo Ruano-Ibarra *et al.* (2023), “as solicitações da carta eram para garantia dos direitos dos indígenas e que abrangeu outras a pasta, como a do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, da família e do Direitos Humanos”. Entre as solicitações estava a reformulação dos fluxos de atendimento, o projeto Guardiães dos Territórios, que visa a formação de indígenas para trabalharem com os órgãos públicos no enfrentamento às violências, a elaboração conjunta da Política Nacional de Cuidados

e de enfrentamento à violência política contra mulheres, que leve em conta as especificidades étnicas.

A Terceira Marcha das Mulheres Indígenas ficou marcada pela continuidade do combate ao garimpo ilegal nos territórios indígenas do país, além da representatividade política dos povos indígenas por meio da criação do Ministério dos Povos Indígenas em 2023. A participação de mulheres indígenas de outros países, durante a Terceira Marcha, deixou em evidência que movimento das mulheres indígenas é uma causa global, que uniu mulheres indígenas de diversas etnias e com objetivos, construindo uma luta fortalecida pela união.

1.5 CORPO-TERRITÓRIO COMO UTOPIA E EMANCIPAÇÃO.

Corpo carregado de sentimento,
De emoções,
De recordações,
De lutas e resistência,
Que transcende a ancestralidade,
Do movimento indígena,
Da América Latina,
Libertando ideias,
Barreiras,
Limites,
Desigualdades
Superioridades,
Impostas pelos invasores,
O corpo que carrega poder,
Que ocupa espaços,
Que liberta territórios,
Os territórios indígenas.
Suzanny Cunha, julho de 2024.

Para Gago (2020, p. 79), “o Corpo-território é um conceito político que evidencia como a exploração dos territórios comuns e comunitários (urbanos, suburbanos, camponeses e indígenas) implica violentar o corpo de cada um e o corpo coletivo por meio da espoliação”. Isso simboliza que o conceito criado para politizar a luta contra o avanço desenfreado dos projetos neoextrativista aos territórios indígenas latino-americano. “O Corpo e território compactados como única palavra desliberaliza a noção do corpo como propriedade individual e específica uma continuidade política, produtiva e epistêmica do corpo enquanto território” (Gago, 2020, p. 79). Além disso, o conceito marca a emancipação dos povos indígenas na luta pela descolonização na América Latina.

Um outro olhar é desenvolvido na América Latina, conforme explica Haesbaert (2020, p. 72), “que uma das grandes contribuições da leitura latino-americana sobre o território se deve ao fato de que ela parte da esfera do vivido, das práticas”. O

autor evidencia que na geografia eurocêntrica o território possui outro valor, que tem como primazia as propriedades por via da justiça e da política territorial, sendo que na América Latina, partindo dos grupos que possuem grande liderança — como os dos povos indígenas — o território significa a identidade, o corpo, a vida, que se tornou em instrumento de luta, resistência e que alterou o sistema de toda sociedade. O conceito de território na América Latina partindo dos povos indígenas é o oposto do sistema capitalista. Para Porto-Gonçalves (2013) *apud* Haesbaert (2020), “essa ótica seria dos territórios de r-existência”.

No Brasil, a Primeira Marcha das Mulheres Indígenas iniciou importantes diálogos entre as mulheres indígenas de todo país com o Estado, tendo como pauta primordial a permanência (que só é possível com a demarcação) em seus territórios. Para Chaves (2021, p. 52), “as mulheres indígenas vem reafirmando a noção de território como inseparável do próprio corpo”. A autora deixa evidente que para as mulheres indígenas perder o território significa perder seus corpos, sua vida, evidenciando todo o cuidado com a terra, florestas, rios, ou seja, oferece risco à existência de cada uma delas. Nesse sentido, faz-se necessário a demarcação e o cumprimento das leis que protejam seus territórios.

No Brasil, de acordo com Haesbaert (2021), o território possui uma outra concepção:

A conceituação de território em nosso contexto vai muito além da clássica associação à escala e/ou à lógica estatal e se expande, transitando por diversas escalas, mas com um eixo na questão da defesa da própria vida, da existência ou de uma ontologia terrena/territorial, vinculada à herança de um modelo capitalista extrativista moderno-colonial de devastação e genocídio que, até hoje, coloca em xeque a existência de grupos subalternos, habitantes de periferias urbanas (especialmente descendentes de negros e indígenas) e, de modo culturalmente mais amplo, os povos originários em seus espaços de vida. Desdobram-se, assim, desde os territórios do/no corpo, íntimo, até o que podemos denominar territórios-mundo, moldados por um grupo étnico, a Terra vista como pluriverso cultural-natural ou conjunto de mundos e, conseqüentemente, de territorialidades, às quais estamos inexoravelmente ligados (Haesbaert, 2021, p. 162).

Para os povos indígenas, o território é a parte de suas construções vividas, sendo a ligação do corpo, com a terra, com a natureza, ligada à sua ancestralidade e com seu povo. De acordo com Porto Gonçalves (2006, p. 42), “o território não é algo anterior ou exterior a sociedade, território é espaço apropriado, espaço feito coisa própria, enfim, o território é instituído por sujeitos e grupos sociais que se afirmam por meio dele”. Para as mulheres indígenas do Brasil, lutar por seus territórios significa lutar pela reprodução

vida e manter o equilíbrio com a terra. “As mulheres, ao se somarem à defesa de seu território junto ao movimento indígena, trazem mais uma camada para politização da relação dos povos com a natureza, apoiada na relação entre território e reprodução social” (Chaves, 2021, p. 52).

Conceitualmente, o Corpo-território pode ser definido como a relação ontológica inseparável entre corpo e território: o que é experimentado pelo corpo é simultaneamente experimentado pelo território em uma relação codependente (Zaragocin; Carretta, 2021, p. 1504). O conceito corpo-território foi criado na América Latina, uma iniciativa voltada para a criação de conceitos feminista pelo olhar de mulheres indígenas latino-americanas e com intuito de descolonizar seus povos.

Como método, “o corpo-território prioriza o corpo como a unidade de análise das dinâmicas espaciais, especialmente aquelas relacionadas à atividade extrativista e à violência de gênero” (Zaragocin; Carretta, 2021, p. 1504). O método de corpo-território faz parte das metodologias aplicadas em oficinas do movimento indígena da Região do Baixo Tapajós, de modo que as comunidades indígenas estão sendo divididas para que por meio de desenhos de seus territórios, possam ser evidenciados os locais de seus corpos ameaçados, para o monitoramento, defesa e resolução contra degradação da natureza em suas terras. “Os coletivos feministas organizados para a defesa do território contra a indústria extrativista reconhecem a natureza inseparável entre o corpo e o território” (Zaragocin; Carretta, 2021, p. 1504).

Para Baniwa *et al.* (2023, p. 8), “é importante dizer que o corpo indígena é político e ele não está separado do território, quando estão lutando pela demarcação de suas terras, estão também lutando pela continuidade de sua existência enquanto corpo indígena daquele território”. Os povos indígenas constroem seus conhecimentos de forma coletiva, sendo que o corpo das mulheres indígenas são territórios de conhecimento, de saber e resistência, que está conectado com os demais corpos de seus povos.

Ainda para Zaragocin; Carretta, “o corpo-território e a compreensão metodológica e conceitual de geógrafas feministas sobre as relações entre corpos, emoções, espaço e lugar, ao mesmo tempo em que se supera a dissociação epistemológica entre a geografia feminista anglófona e latino-americana” (2021, p. 1505). Dessa forma, cria-se o conceito corpo-território que traz a compreensão do corpo para além de vivências individuais, um movimento carregado de protagonismo feminino, com corpos que visam a posse de seus territórios, a fim de que seus coletivos usufruam comunitariamente, o que é oposto do capitalismo, que visa o território como propriedade privada/individual.

Para Gago, o conceito corpo-território é uma ligação:

Do corpo e território compactados como únicas palavras desliberaliza a noção do corpo como propriedade individual e específica uma continuidade política, produtiva e epistêmica do corpo enquanto território. O corpo se revela, assim, composição de afetos, recursos e possibilidades que não são “individuais”, mas se singularizam, por que passam pelo corpo de cada um na medida em que cada corpo nunca é só “um”, mas o é sempre com outros, e com outras forças também não humanas (Gago, 2019, p. 79).

No livro intitulado *Mulheres: “Corpos- territórios indígenas em resistência”*, lançado em 2023, após a semana dos povos indígenas, traz o corpo-território como tema principal. De acordo com as autoras, “os corpos-territórios são coletivos, por isso, quando uma indígena está ocupando um espaço, junto com ela está todo seu povo, sendo carregadas do conhecimento de suas avós e dando continuidade as novas gerações” (Baniwa; Kaingang; Mandulão, 2023, p. 9). Já para Baniwa *et al.* (2023, p. 9), o Corpo-território é um “corpo político coletivo, onde os indígenas aprendem uns com os outros, para além do corpo-território que carregamos de nossos povos, firmando a voz coletiva e ativa”.

O protagonismo das mulheres indígenas sempre esteve em evidência em meio aos povos originários. São elas que, apesar de sofrerem opressão, estão sempre à frente dos movimentos indígenas, lutando por seus direitos, logo por seus corpos-territórios — que são sua existência. As mulheres indígenas sempre defenderam seus territórios, seja ao lado de seus companheiros, como era no século passado, ou hoje em dia, quando ganharam seu espaço perante suas comunidades e na sociedade, independentemente de sua idade, em vários momentos do passado e do presente. Elas que reproduzem a vida, que são protetoras, defensoras das próximas gerações, que possuem várias jornadas, sendo mães, esposas, trabalhadoras, militantes, representantes, dentro e fora de suas comunidades, sendo a reprodução da vida.

O conceito corpo-território possui ligação com o pensamento descolonial na América Latina, que tem os povos indígenas como seu principal precursor, que segundo Haesbaert (2021, p. 9), “é um conjunto de pensamentos, que visa de modo prioritário combater a ‘colonialidade’, que ainda se encontra profundamente arraigada em nossa sociedade”.

Os estudos do corpo na geografia do Brasil é uma nova área de pesquisa e que, por um longo período, seu conceito não foi relevante, possuindo somente a visão de corpo

biológico. Na mais recente publicação do livro *Corpo e Geografia: expressões de espaços encarnados*, de Silva *et al.* (2023), “vem discutir o corpo como elemento geográfico”.

O exemplar traz em seu primeiro capítulo, a visão dos corpos para a geografia do Brasil, que segundo Silva *et al.* (2023, p. 22), “a partir de levantamentos feitos pelo Observatório da Geografia Brasileira (OGB), realizados em artigos científico que possuísem a palavra corpo, e confirmou que somente na segunda década do século XXI, ficou em evidência o corpo em escala espacial”. No Brasil, os artigos científicos que possuem o corpo como tema central dentro das análises espaciais, começaram a ser publicados a partir do ano de 2008, segundo relatos da autora Joseli Maria Silva.

Conforme Silva, o corpo emergiu como foco de análise geográfica apenas nas últimas décadas:

O que se pode afirmar a partir dessa base de informações é que a geografia brasileira interpreta o espaço como descorporificado. O interesse em questionar o corpo como elemento espacial é recente, notadamente após a segunda década do século XXI. Além de reduzido, esse perfil de produção científica está publicado em periódicos de médio estrado em termos de qualificação do Sistema Qualis-Capes, e a autoria predominante é de pesquisadores situados em universidades cujos cursos de pós-graduação são jovens, criados após os anos 2000 (Silva *et al.*, 2023, p. 26).

A ciência geográfica vem construindo ao longo dos anos o pensamento descolonial, que para Haesbaert (2021, p. 23), “é uma transformação que não se dará apenas no âmbito teórico, do pensamento, mas, fundamentalmente, através de práticas insurgentes inovadoras que se engajem de fato por uma nova ordem socioeconômica, política e cultural em nossos espaços de vida”.

O território para as mulheres indígenas possui um outro olhar, um olhar de cuidado, maternal, de proteção da vida, que somente as mulheres possuem, onde seus territórios são historicamente carregados de suas lutas e de suas existências. Para Haesbaert (2020, p. 87), “o território é construído na luta, no embate diante de uma ameaça, que no extremo, é a ameaça à própria existência, frente à qual é preciso resistir, defender e zelar”.

O grande autor Ailton Krenak em seu livro *Ideias para adiar o fim do mundo*, descreve em um trecho em que a figura feminina, mulher, mãe, defensora do seu território possui significado maternal em todas as escalas que são citadas:

Uma deusa perfeita e infundável, fluxo de graça, beleza e fartura. Veja-se a imagem grega da deusa da prosperidade, que tem uma cornucópia que fica o tempo todo jorrando riqueza sobre o mundo...Noutras tradições, na China, e na Índia, nas Américas, em todas as culturas mais antigas, a referência é de uma

provedora maternal. Não tem nada a ver com a imagem masculina ou do pai. Todas as vezes que a imagem masculina ou do pai. Todas as vezes que a imagem do pai rompe nessa paisagem, é sempre para depredar, detonar, dominar (Krenak, 2019, p. 30).

Segundo Haesbaert (2020, p. 87), “a ênfase dada por muitos grupos sociais latino-americanos, especialmente os povos originários e os movimentos de mulheres – principalmente mulheres -indígenas, ao corpo-terra-território como categoria da prática, é reveladora”. Deixando em evidência como os povos indígenas consideram importante esse conceito/prática, onde seus territórios estão unidos a seus corpos e coloca a terra e o território como partes indissociáveis. Sendo que o movimento das mulheres indígenas possui um papel central na proteção do território e na construção de uma nova relação com o meio ambiente.

O conceito corpo-território é caracterizado pela desconstrução do pensamento feminista eurocêntrico, individualista, sendo um conceito descolonial da América Latina, do movimento das mulheres indígenas, que visa suas lutas e a desconstrução de hierarquias e de poder. Por meio desse conceito, o corpo é marcado por sentimentos, por emoções, pela cultura e ancestralidade, um corpo político, carregado de memórias, experiências e relações sociais. Tudo isso valoriza e visibiliza o movimento das mulheres indígenas latino-americanas.

As mulheres indígenas Borari, com histórico de luta desde o período da colonização, enfrentam a violência contra seu povo, suas vidas e seu território. Ao ocuparem espaços no movimento indígena em Alter do Chão, elas fortalecem a visibilidade do coletivo e criam uma barreira de cuidado e proteção para seu território e ao cuidar do território, elas estão defendendo a própria vida.

CAPÍTULO

2



CAPÍTULO 2

A GEOGRAFIA E A PESQUISA DE CAMPO: METODOLOGIA QUALITATIVA DE OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE NO TERRITÓRIO INDÍGENA BORARI DE ALTER DO CHÃO

No segundo capítulo, intitulado *A Geografia e a Metodologia Qualitativa de Observação Participante no Território Indígena Borari de Alter Do Chão – Amazônia Paraense*, apresento a pesquisa qualitativa e a observação participante como metodologia central para compreender a realidade do povo indígena Borari, sendo que através deste método central da pesquisa. Discuto a pesquisa qualitativa como uma alternativa nas ciências sociais e humanas, destacando a importância da observação direta ao fenômeno estudado. Por fim, apresento minhas andanças, observações, anotações realizadas junto aos indígenas Borari e o campo realizado no ano de dois mil e vinte três destacando a importância da cultura, os impactos que a cultura dos indígenas Borari causa no seu território, sendo forma de identidade, resistência e pertencimento deste povo.

A memória é sagrada para os indígenas Borari, a cultura fortalece a identidade e o pertencimento a terra, fortalecendo os laços deste povo, transmitindo seus valores para os jovens indígenas, resistindo aos ataques sofridos ao território, cuidando da floresta Amazônica, do rio Tapajós e do Lago Verde.
Suzanny Cunha, julho de 2024.

2.1 ABORDAGEM DA METODOLOGIA QUALITATIVA DE OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE.

Das andanças do campo,
O pesquisador se envolve,
Da vida, dos momentos,
Nos dias, meses, anos,
Criando um sentimento de pertencimento,
Aquele que se torna parte,
Que faz parte,
Que observa,
Que anota,
Que nota,
Da sua percepção,
Analisando a partir do seu olhar,
Do cheiro,
Dos sons,
Da vivência,
Do envolvimento,
Da compreensão profunda,
Do fenômeno social,
Viva ao campo!
Viva as experiências adquiridas,
Pelas lindas experiências que ele
proporciona!
Suzanny Cunha, julho de 2024.

A pesquisa qualitativa, com pouco mais de um século de existência, consolidou-se como uma metodologia alternativa para as ciências sociais e humanas, que, em sua fase inicial de estruturação, seguiram o receituário das ciências naturais (Ramires; Pessôa, 2013, p. 23). Ainda tinha como base as ciências naturais, utilizando métodos, técnicas da metodologia quantitativas para as análises dos fenômenos sociais.

Desde a década de 1990, consolida-se o vigor das metodologias qualitativas, com grande originalidade criadora da investigação em ciências humanas e sociais, incorporando novas estratégias de investigação e novos paradigmas teórico-conceituais (Ramires; Pessôa, 2013, p. 24). Sendo um marco importante das ciências humanas e sociais, a ruptura da visão positivista, que visa a quantidade e objetivo dos fenômenos. A pesquisa qualitativa visa uma abordagem profunda que possui significados e disponibiliza possibilidades novas no campo que visa a realidade social.

O método de observação participante se consolida primeiramente na ciência antropológica, sendo que essa metodologia é aplicada pelos antropólogos. De acordo com Stocking (1992, p. 16), “ao analisar Malinowski, confirmou que “o trabalho de campo mediante observação participante, preferivelmente em um grupo social de dimensões reduzidas bem diferente daquele ao qual pertence o investigador, é o marco da antropologia social/cultural”.

A ciência geográfica dialoga com as demais áreas das ciências humanas. Entretanto, a geografia vem potencializando as metodologias e os conceitos no que se refere ao fazer geográfico, trazendo não somente descrições dos campos, mas grupos sociais, gênero, raça para além do seu objeto de estudo.

A geografia vem aprimorando seus métodos de pesquisa, em especial a metodologia qualitativa. A escolha da metodologia de observação participante, para o estudo junto às mulheres indígenas Borari, é fruto de um longo processo de imersão na realização do campo. Iniciado durante o período da graduação em geografia, e que teve continuidade na pós-graduação, sendo um processo contínuo de aprendizado junto as indígenas Borari de Alter do Chão.

A pesquisa qualitativa proporciona a aquisição de novos saberes, sobretudo para a ciência geográfica, no intuito de compreender melhor o(s) fenômeno(s) e/ou os indivíduo(s) pesquisado(s) a partir das percepções e vivências da realidade cotidiana (Marques *et al.*, 2020, p. 229). Essa metodologia vem contribuindo com as pesquisas na geografia, analisando saberes, indivíduo, enriquecendo e aprofundando evidências e gerando novos conhecimentos por intermédio da compreensão do fenômeno pesquisado.

A pesquisa qualitativa de observação participante tem como método a observação junto ao fenômeno pesquisado, realizando uma vivência, que envolve a comunidade, seguida de uma leitura, análise e percepção, representados pelo cotidiano — pelo olhar, comportamentos, crenças, princípios, lugar de fala, percepções e sentimentos — presenciados no decorrer da caminhada do campo junto ao fenômeno observado. Para Silva e Mendes (2013, p. 207), “vários procedimentos são utilizados nessa abordagem, dentre os quais se destacam: a observação, a entrevista, a história oral e a pesquisa documental”.

Ao utilizar a metodologia qualitativa de observação participante acontece o envolvimento do pesquisador no contexto da pesquisa, suas observações influenciam nos resultados e contribuem na construção do conhecimento. O pesquisador faz parte da pesquisa, pois é por meio de suas questões, metodologia e da análise das situações vividas e experienciadas no campo pela sua própria perspectiva. Essa categoria de pesquisa tem como identidade o reconhecimento da existência de uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, de uma interdependência viva entre sujeito e objeto e de uma postura interpretativa (Ramires; Pessôa, 2013, p. 25).

A pesquisa de observação participante realizada no território do povo Borari, mostra como está o processo de ocupação dos agentes externos em Alter do Chão e a luta das mulheres indígenas Borari pela demarcação de seu território tradicional. A pesquisa de campo, a escuta atenta das narrativas, a análise das práticas permitiu a compreensão da complexidade do processo de resistência e as estratégias utilizadas na defesa do modo de vida tradicional em defesa do território.

2.2 A PESQUISA DE OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE NO TERRITÓRIO BORARI DE ALTER DO CHÃO.

Terra da Amazônia,
Terra Sagrada,
Terra Borari,
Terra das Mulheres indígenas,
Terra dos homens indígenas,
Terra do coletivo Borari,
Terra que chora,
Com as maldades,
Feitas pelo homem branco,
Vestígios do colonizador,
Para o “desenvolvimento”,
Mulheres na linha de frente,
Resistência,
Resistindo,
Existindo com seus corpos,
Carregados de vozes,

Em defesa da Terra,
Terra de pertencimento,
Terra indígena Borari,
De Alter do Chão!
Suzanny Cunha, julho de 2024.

O território de Alter do Chão é uma das treze comunidades indígenas localizada no Baixo Tapajós, fazendo parte da Amazônia Paraense que fica evidenciado nesse belo registro (Imagem 9), uma imensidão verde da floresta Amazônica no Pará, banhada pelas águas doces do rio Tapajós e do Lago Verde.

A caminhada com as mulheres indígenas Borari de Alter do Chão começa no ano de 2019, mediada pela disciplina de Geografia Cultural, no curso de Licenciatura em Geografia na UFOPA (Universidade Federal do Oeste do Pará) turma de 2017, e que no qual foi solicitado fazer um artigo em dupla. Esse foi o momento quando decidi, juntamente com meu colega indígena Borari, falar sobre o Festival indígena Borari de Alter do Chão⁶.

Imagem 9: Alter do Chão vista de cima.



Fonte: Flávia Ribeiro em 07 de setembro de 2019.

A partir dessa primeira entrevista e do desenvolvimento do artigo surgiu uma inquietação sobre conhecer mais profundamente a história das mulheres indígenas Borari, pois, mesmo sendo nascida e criada em Santarém/PA, nunca tinha ouvido falar sobre elas.

⁶ O Festival Indígena Borari foi criado em 1994, a palavra Borari que dá nome ao festival, significa “flecha envenenada”, trazendo a construção da história, a preservação dos costumes e tradições do povo indígena Borari de Alter-do-Chão. Nota da autora.

O sabido até ali correspondia somente que em Alter do Chão, distrito de Santarém, parte de seus habitantes eram descendentes de indígenas e que somente por meio do Festival do *Sairé*⁷ pude ter a consciência da existência desse povo.

O esquecimento/apagamento dos povos indígenas da Amazônia foi uma herança deixada pela colonização e que com o avanço dos agentes externos nos territórios indígenas, dada a expropriação capitalista, precisou ser validada pelas memórias da ancestralidade para retomada do movimento indígena em Alter do Chão.

A exploração da Amazônia segue o mesmo projeto colonizador dos corpos-territórios e das lutas contra as ações de destruição do meio ambiente, que impactam diretamente nas mudanças climáticas e que são vivenciadas de forma particular pelas mulheres que emergem como a principal força da resistência na contemporaneidade (Miranda; Barros, 2023, p. 2). Desde a construção da estrada ligando Santarém a Alter do Chão na década de 1970, o distrito enfrenta desafios ambientais e sociais cada vez mais complexos, o que impacta diretamente as mulheres indígenas Borari e sua comunidade. A exploração do território, motivada por interesses econômicos, prioriza o lucro e o crescimento da renda, frequentemente associados ao turismo, e isso intensifica os processos de dominação e transformação da região.

Sendo santarena, carrego em minhas veias a ancestralidade indígena, que se manifesta nas histórias das minhas avós, mulheres pretas e ribeirinhas, que se autodenominavam “caboclas”. Essa autoidentificação, comum entre muitas mulheres da região, é um reflexo dos processos históricos de colonização, escravização e miscigenação que marcaram a Amazônia. Ao assumir essa ancestralidade, conecto-me com a resistência e a força de um povo que resistiu ao extermínio e continua a construir sua história.

Pouco se sabe sobre a história das mulheres indígenas Borari e seu coletivo no Brasil. Motivada por essa lacuna, e pela admiração e resistência das indígenas, decidi aprofundar minha pesquisa sobre a luta pelo território dos Borari na Amazônia paraense, especialmente no papel fundamental das mulheres indígenas nessa jornada. Por meio desta pesquisa, busco destacar a trajetória das mulheres Borari, que vêm escrevendo uma nova história para o seu povo com muito suor e determinação. Sua luta pela demarcação de seu território e pelo reconhecimento étnico é um exemplo inspirador de resistência e resiliência, e merece ser amplamente conhecida. É uma honra para mim poder

⁷ A palavra *Sairé* tem origem Tupi, criada pelos indígenas e significa “dança indígena”. Nota da autora.

compartilhar essa trajetória, além de contribuir para que a luta das mulheres Borari seja reconhecida como um marco na história deste povo.

Ao realizar a entrevista com a cacica do povo Borari, deparei-me com a existência do movimento de mulheres indígenas Borari, que vem acontecendo desde 2009, data em que se deu a fundação da Associação Indígena Borari de Alter do Chão — AIBAC. Já existia outros coletivos de vários movimentos da comunidade e o coletivo das mulheres Sapú Borari, o qual é liderado pela cacica, possui papel de liderança junto ao povo Borari de Alter do Chão. “As mulheres da Amazônia, em especial, as indígenas, compartilham a experiência comum de desigualdade e violência que as impõe a resistência cotidiana e a organização política como estratégias de sobrevivência para si e seus povos” (Miranda; Barros, 2023, p. 2).

Em Alter do Chão, o movimento das mulheres indígenas vem crescendo desde a última década, sendo impulsionado pela determinação e liderança da cacica Ludinéa Lobato Gonçalves Dias (Neca Borari), uma grande liderança e a única mulher indígena Borari entre os quatro caciques que foram escolhidos como liderança dessa comunidade indígena.

O protagonismo da cacica junto às mulheres indígenas Borari vem colaborando para os debates, cujo objetivo é o alcance da autonomia das mulheres indígenas, que vem desenvolvendo importante papel político/social na proteção da floresta e na demarcação do território. Não obstante, no enfrentamento para que se faça cumprir seus direitos, orientada sobre essas ações, para juntas possam combater a violência contra as mulheres indígenas e o racismo. Dessa forma, fortalecer a união das Sapú Borari, estimulando a confiança com intuito de que cada uma possa se valorizar, além de alcançar a sua independência financeira.

Quando se trabalha relatos de história ligados à memória, levamos em consideração a fase em que a pessoa se encontra com suas memórias, pois as datas não são recordadas, outrora algum evento importante que faz com que a memória possa ser ativada (Biazi; Padilha, 2021, p. 2007). Os indígenas Borari têm registrados em sua história que desde os primórdios a aldeia era matriarcal, as mulheres sempre estiveram no comando da aldeia. Ao realizar leituras sobre a história dos indígenas Borari, constata-se que em muitos momentos a aldeia Borari tinha as mulheres indígenas Borari como chefe de suas famílias, como maioria na aldeia, visto que no período da Cabanagem — revolta popular na província do Grão-Pará, no período colonial, de 1835 a 1840, em

Santarém e região — houve um grande extermínio dos indígenas que habitavam a região do Baixo Tapajós.

Por meio dos relatos coletados, entre 2022 e 2023, houve aumento do número de associados, atualmente com 310 indígenas. A coordenação da AIBAC, juntamente com a cacica, realizou um planejamento para o primeiro encontro em 2023 na Associação, com intuito de apresentar o calendário anual, entregar os boletos de pagamento da taxa mensal de 2023, expor o que ocorreu durante as reuniões no CITA e marcar a data para comemoração do aniversário da AIBAC.

Devido à falta de eventos na AIBAC, senti dificuldade em me encontrar com o coletivo Sapú Borari e com a cacica. Isso se deu por conta da alta temporada do turismo que ocorre no segundo semestre do ano e se alonga até fevereiro do ano seguinte, período do verão amazônico e da baixa do rio Tapajós e época em que os indígenas Borari trabalham para garantir renda para os meses seguintes, que vai de março a julho, temporada de cheia do rio Tapajós (Imagem 10), inverno amazônico, que deixa a Ilha do Amor quase toda submersa impossibilitando o trabalho nas barracas que vendem comida e bebidas. Esses eventos fazem com que seja necessário fazer um rodízio de vendedores que trabalham nas barracas, um combinado feito entre os proprietários, que são indígenas Borari, sendo que a cada fim de semana, nas três últimas barracas que são tomadas pelas águas do rio Tapajós, pois durante essa época as visitas dos turistas a Alter do Chão ficam reduzidas.

Imagem 10: Ilha do Amor submersa em julho de 2021.



Fonte: Trabalho de campo, julho de 2021.

Em 2021, mais precisamente em agosto, quando todos os indígenas Borari já estavam vacinados, voltei a frequentar a Associação Indígena Borari de Alter do Chão (AIBAC), visto que o tema da minha monografia foi o protagonismo feminino nas práticas espaciais na Associação Indígena Borari. Desde então, passei a frequentar assiduamente o espaço da AIBAC. No decorrer dos campos, além de observar, passei a participar das atividades desenvolvidas pela associação. Realizei entrevistas com a cacique e com algumas mulheres indígenas Borari, participei de oficinas, do aniversário do Coletivo Sapú Borari e de puxirum que acontecerá em 2021 e 2022.

O último campo, foi realizado do dia 21 dezembro de 2022 a 01 de fevereiro de 2023, já correspondente ao período da pós-graduação; iniciando-se então a nossa viagem de ônibus, digo nossa porque minha família foi junto comigo. Saímos de Dourados na noite do dia 21 de dezembro e chegamos na madrugada do dia 24 em Santarém. A viagem em si já é um campo, visto que pudemos conhecer vários lugares, passando por diferentes paisagens, começando com o agronegócio e terminando com a vista da Floresta Amazônica com sua beleza ímpar.

Viajamos pela BR-163, que liga Santarém, no estado do Pará a Tenente Portela no Rio Grande do Sul. Percorremos 2.700 quilômetros e convivemos com muitas pessoas diferentes, o ônibus estava cheio em decorrência das festas de fim de ano. A estrada no Mato Grosso do Sul e no Mato Grosso são todas asfaltadas, porém no Pará existem vários trechos que o asfalto desapareceu devido ao grande fluxo e em outros ele não existe, pois nunca foram asfaltadas, como no trecho entre o km 30 e a cidade de Rurópolis (Imagem 11), onde existe pontes de madeira ao lado pontes de concreto inacabadas, esses trechos, seria uma viagem de 30 minutos caso esses trechos fossem asfaltados. Porém, devido aos buracos e a péssima condição da estrada, levamos uma hora e meia para completar o trajeto.

Imagem 11: Trecho entre o quilômetro 30 da BR-163 e a cidade de Rurópolis.

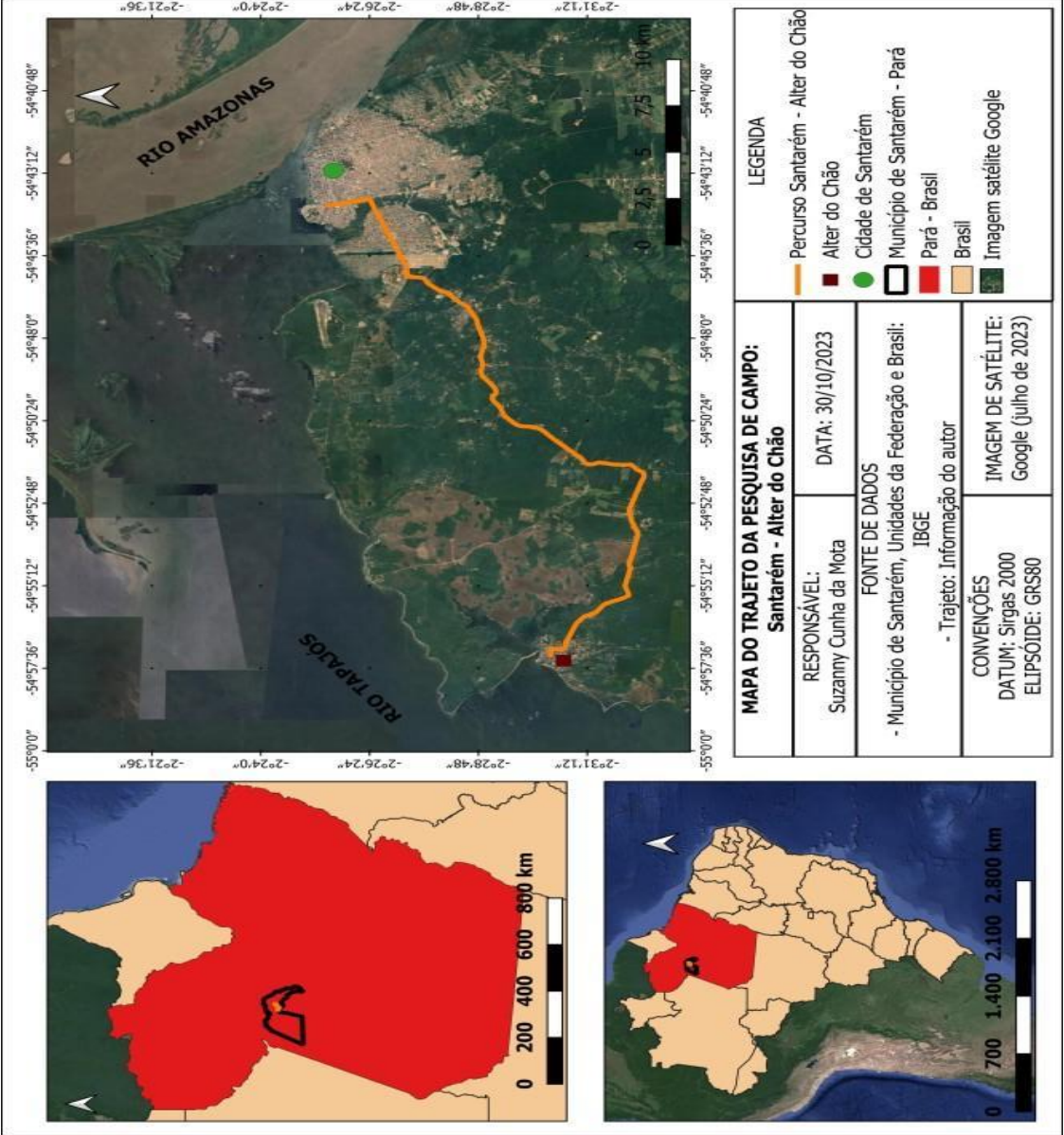


Fonte: Arquivo pessoal, dezembro de 2022.

Devido às festas de fim de ano, só foi possível o primeiro contato com a presidência da AIBAC no dia 03 de janeiro de 2023, uma vez que a associação estava em recesso, visto que no fim de dezembro e em janeiro o fluxo de turistas em Alter do Chão é imenso e a grande maioria das mulheres indígenas Borari ficam na praça Sete de Setembro (a praça central) para comercializarem em suas barraquinhas as comidas típicas, artesanatos, doces produzidos a partir da castanha do Pará e cupuaçu. A PA-457, foi companheira nas viagens rumo ao campo para Alter do Chão. Seus 37 quilômetros foram percorridos em cerca de uma hora de ônibus, sempre lotado de moradores indo às compras em Santarém ou de turistas ansiosos pela visita a Ilha do Amor, para aproveitar uma tarde quente de janeiro nas águas do rio Tapajós.

Para melhor entendimento do percurso que fiz durante os dias de campo, foi elaborado outro mapa (Mapa 4), do percurso para chegada e saída durante a realização da pesquisa de campo, com ponto de saída da parada de ônibus localizada na BR-163 em Santarém (que é conhecida como avenida Cuiabá) e chegada no terminal rodoviário de Alter do Chão.

Mapa 4: Trajeto da pesquisa de campo – Santarém/Alter do chão.



Fonte: Elaborado pela autora, outubro de 2023.

Sob um sol de céu azul radiante e de poucas nuvens decidi matar a saudade e mergulhar em suas águas quentes, cristalinas na beira e esverdeadas do rio Tapajós. A areia branquinha, macia como talco, convidava os pés a um abraço suave. Mergulhar no Tapajós era mais do que apenas um banho; era um reencontro com a natureza, um momento de paz e renovação (Imagem 12). A água quente e revigorante envolvia meu corpo e acalmava a alma. Enquanto flutuava, deixei-me levar pela correnteza, conectando-me com a força e a beleza desse rio que tanto amo. A imersão nas águas do Tapajós, um momento que alimenta a alma e me traz o sentimento de pertencimento a essa terra.

Imagem 12: Registro das águas do Rio Tapajós na Ilha do Amor em Alter do Chão.



Fonte: Arquivo pessoal, janeiro de 2023.

A Ilha do Amor é o principal ponto turístico de Alter do Chão, possui vários restaurantes que servem comidas e bebidas durante o dia e em janeiro podemos vê-la em evidência, uma vez que a vista contemplada de cima apresenta o formato de um boto. Ao chegar à orla, depois de alguns meses longe de Alter do Chão, fiquei emocionada ao contemplar essa paisagem esplendorosa, que somente Alter do Chão possui, sentindo a brisa que batia com o vento vindo do rio e que possui o cheiro único das águas do Tapajós, cheiro de água doce do rio.

Alter do Chão ficou conhecida mundialmente como “Caribe brasileiro”, tendo a natureza como seu principal atrativo, após ser premiada como uma das praias mais belas de água doce do Brasil no ano de 2009. Já em 2021 recebeu o título de melhor destino

turístico Nacional no XXXI Prêmio UPIS de Turismo, escolhida por meio do voto popular.

O rio Tapajós, que tem sua nascente no estado do Mato Grosso, que deságua no rio Amazonas e banha toda a região costeira de Alter do Chão, possui beleza ímpar é um atrativo natural para qualquer visitante, pois quem se banha nas águas doce do Tapajós, nunca esquece. O som produzido pelo rio é maravilhoso, seu cheiro é único, respirar água é a melhor sensação do mundo, para mim que cresci rodeada por ele e que durante toda minha vida me refrescou nos dias de calor e me fez feliz durante vários momentos de lazer. Guardo na memória momentos agradáveis vividos no rio Tapajós.

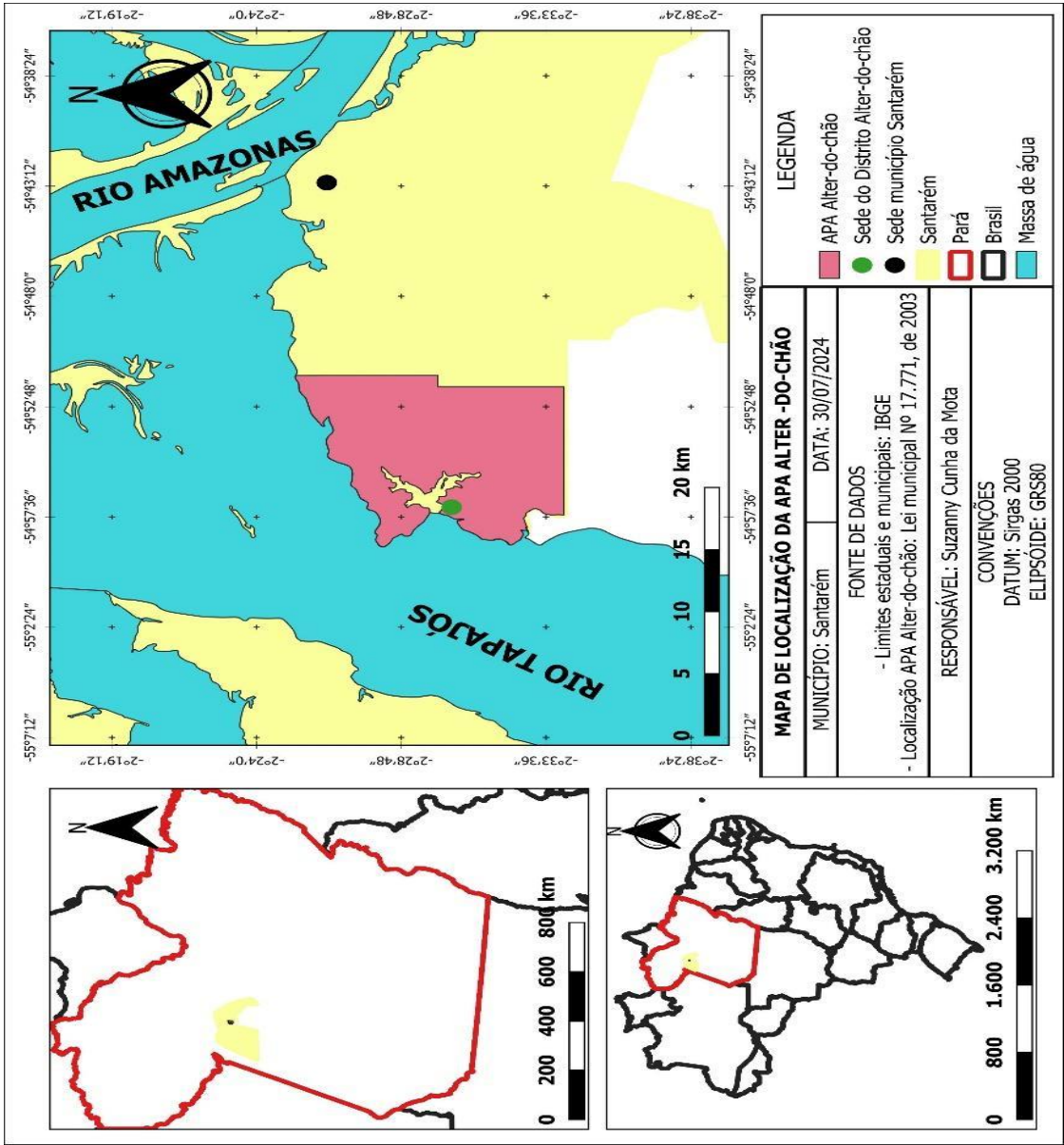
A Floresta Amazônica Paraense, possui ecossistema diverso com fauna e flora terrestre e aquática, clima tropical quente e úmido, um aspecto da região Amazônica, mantém-se protegida, principalmente por ser uma APA⁸. A APA — Alter do Chão, representada pelo mapa da Área de Preservação Ambiental de Alter do Chão (Mapa 5), foi criada a partir do Decreto de Lei Nº 17.771 de 02 de julho de 2003, criada pelo município de Santarém, com área de 16.180,00 ha (dezesesseis mil cento e oitenta hectares), parte integrante da Gleba Mojuí dos Campos, sendo supervisionada pelo Instituto Socioambiental de Santarém (ISAM) (Sistema de Leis Municipais, Leis municipais/Pará/Santarém, 2023).

A finalidade da APA é promover a conservação da biodiversidade, dos recursos hídricos e, dessa forma fazer, a conservação natural da região e assegurando que as atividades humanas que acontecem na área sejam realizadas de maneira sustentável e com consciência para manter o meio ambiente preservado.

A APA Alter do Chão, além de proteger a biodiversidade da floresta Amazônica Paraense, está localizada no único aquífero que pertence somente ao Brasil, o aquífero Alter do Chão, um depósito subterrâneo de água doce. A APA é conhecida por suas belezas ímpares, por suas águas doces e cristalinas e por possuir paisagem paradisíaca, sendo abrigo de um patrimônio cultural e material de grande valor, que abriga uma abundante biodiversidade localizada no Oeste do Pará.

⁸ APA: A Área de Proteção Ambiental (APA) é definida como uma extensa área natural, com um certo nível de ocupação humana, que garante a proteção e conservação da flora e da fauna.

Mapa 5: Localização da APA Alter do Chão.



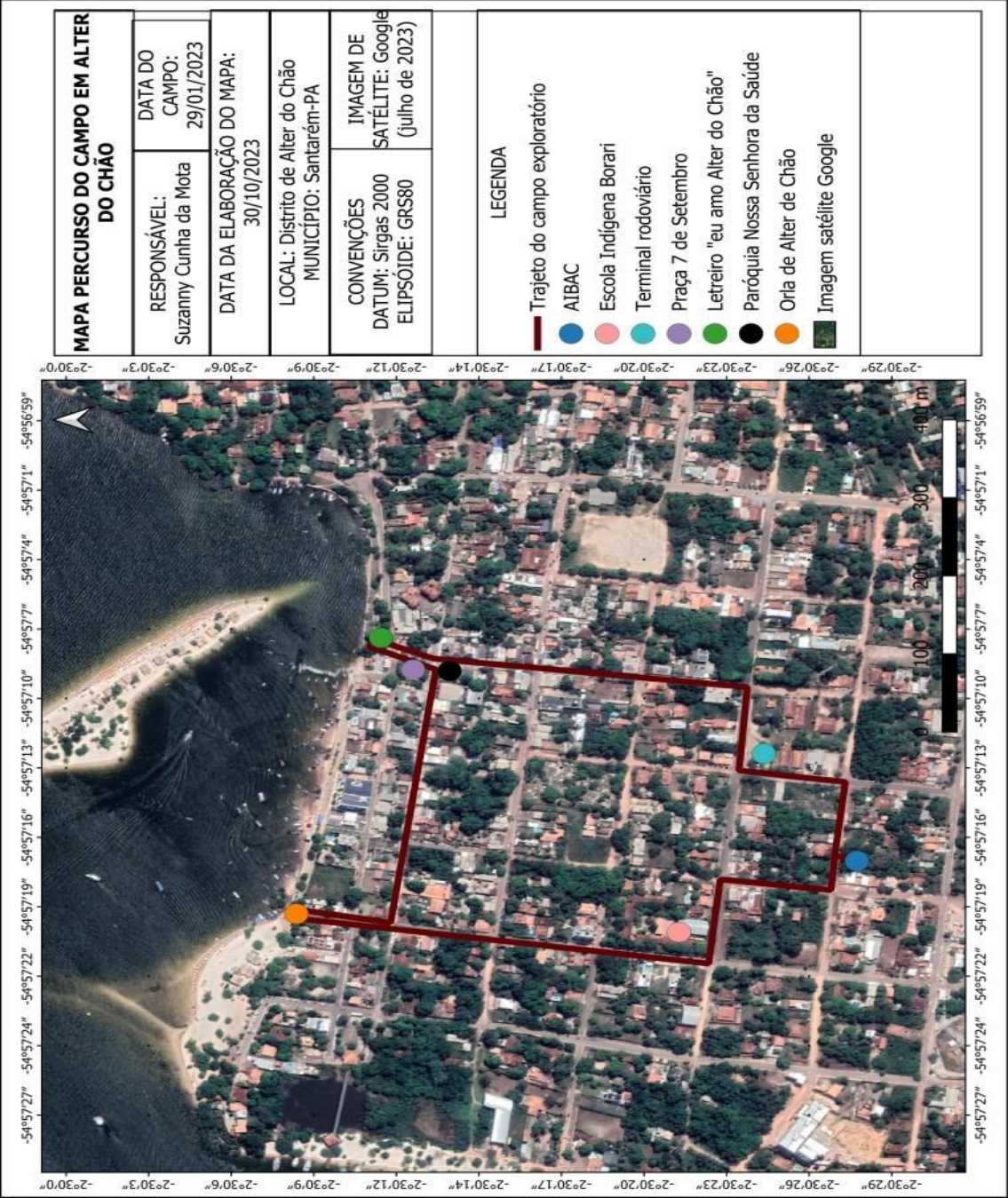
Fonte: Elaborado pela autora, julho de 2024.

Apesar de Alter do Chão ser uma Área de Preservação Ambiental (APA), com o avanço do capitalismo as ameaças e pressões que o território sofre vem aumentando gradativamente, principalmente com a intensificação das atividades econômicas, realizadas pelo turismo em massa, pela grilagem de terra e pela especulação imobiliária. Isso faz com que haja o aumento da discriminação étnica contra todo o coletivo dos indígenas Borari que continuam invisíveis perante grande parte da sociedade santarena.

Após várias tentativas consegui marcar a conversa com a cacique Neca Borari, possível somente no dia 29 de janeiro de 2023, um domingo matinal, único dia e horário que ela tinha disponível. Saí de Santarém às 08:15 da manhã, estava nublado, tinha chovido durante toda a madrugada. O ônibus que peguei, pela primeira vez, não estava

lotado, eu consegui um lugar para ir sentada. Ao chegar em Alter do Chão soube que o nosso encontro iria atrasar, decidi fazer um campo exploratório pelas ruas central de Alter do Chão (Mapa 6), mapa com o trajeto que percorri naquela manhã. O tempo estava agradável, pouco movimento nas ruas, poucos carros, acredito que devido o tempo chuvoso o movimento naquela manhã estava atípico para um domingo de janeiro.

Mapa 6: Percurso do campo em Alter do Chão em 29 de janeiro de 2023.



Fonte: Elaborado pela autora, janeiro de 2023.

Desci a rua que fica ao lado da associação, converti à esquerda, logo cheguei em frente à Escola Professor Antônio de Sousa Pedroso fundada em 01 de junho 1985, (Imagem 13), que está localizada rua Frei Cristóvão, nº 340, região central de Alter do Chão; esta escola atende os alunos do distrito e de várias comunidades vizinhas. A partir de 2022, a direção da escola e da creche passaram a ser administradas pelos indígenas Borari de Alter do Chão e com o seu corpo docente formado, preferencialmente, pelos indígenas Borari de Alter do Chão, e por seus parentes. A escola é um PEVs⁹ e possui uma estrutura próxima à sua entrada, que coleta garrafas plásticas e metais.

Em 1 de maio de 2024, houve a mudança de nomenclatura da escola, mediante Lei municipal de 26 de abril de 2024, nº 22.117/2024, que alterou a sua denominação para Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Indígena Borari Professor Antônio de Sousa Pedroso, um grande feito para os indígenas Borari de Alter do Chão, visto que é na escola que a história indígena é perpetuada, para formação da sua identidade, cultura e ancestralidade das crianças e dos jovens indígenas Borari.

Imagem 13: Escola Municipal Indígena Borari Professor Antônio de Sousa Pedroso.



Fonte: Trabalho de campo, janeiro de 2023.

⁹ PEVs: Pontos de entrega voluntárias, locais onde os coletores são instalados. Nota da autora.

Continuei caminhando pela rua que passa em frente à escola, que se inicia na orla de Alter do Chão. Nesse perímetro não encontrei nenhuma pessoa e, ao chegar próximo da orla, avistei um canteiro de flores feitos dentro de uma peça de concreto (Imagem 14), as duas peças estavam pintadas com o grafismo Borari e a outra com o símbolo do Festival do Sairé, o arco do Sairé, símbolo maior do festival que une as duas partes do festival que é o profano e o religioso, além do boto cor de rosa.

Além das pinturas, havia duas placas: em uma delas estava escrito Purãga Pesika¹⁰, e a outra estava apagada. As palavras estavam escritas na língua dos indígenas Borari o Nheengatu, que é conhecido como língua geral dos indígenas da Amazônia, derivada do tronco linguístico tupi e que pertence à família linguística do Tupi-Guarani. As manifestações que estavam presentes na rua buscavam marcar o território, manter viva a cultura indígena Borari e deixar registrado, seja por meio da grafia ou da língua indígena, que o território de Alter do Chão sempre foi, desde os seus princípios, a terra dos indígenas Borari, além de afirmar que eles ainda se encontram até dias atuais em seu território.

Imagem 14: Canteiro pintado com o grafismo Borari e símbolo do Sairé, placa com palavras na língua “Nheengatu”.



Fonte: Trabalho de campo, janeiro de 2023.

Ao chegar na orla pude apreciar a vista marcante da serra da Piraoca (Imagem 15), da praia do Cajueiro (nome da praia que fica no final da orla de Alter do Chão) e do rio que mesmo com o céu acinzentado, a natureza se apresentava com sua beleza deslumbrante que somente Alter do chão possui o cenário paradisíaco. Para chegar à serra da Piraoca é preciso percorrer uma trilha de 2km e chegar ao alto dos 110 metros, o que proporciona uma vista panorâmica de 360° para Ilha do Amor, Lago Verde, o Rio Tapajós

¹⁰ Purãga Pesika: significa boas-vindas na língua nheengatu.

e o distrito de Alter do Chão. O nome Piraoca é de origem indígena, que de acordo com a língua Nheengatu significa pelado, depenado, descascado.

Imagem 15: Vista da Serra da Piraoca e praia do Cajueiro.



Fonte: Trabalho de campo, janeiro de 2023.

Conforme relatos históricos, os indígenas Borari, ao observarem a serra desprovida de vegetação, denominaram-na Ibitira Piraoca, termo em Nheengatu que significa “monte pelado” ou “monte sem mata”. A serra possui um cruzeiro que simboliza a chegada da missão dos Jesuítas à vila dos indígenas Borari de Alter do Chão, sendo que não há uma data específica de instalação da primeira estrutura, visto que atualmente o cruzeiro é metálico.

Prossegui a caminhada e subi por uma outra rua e cheguei à que passa em frente à igreja católica Nossa Senhora da Saúde. Percorrer aquele trajeto trouxe à tona lembranças dos momentos mais felizes vividos ao lado da minha melhor amiga, que partiu repentinamente em 2005. Uma profunda melancolia tomou conta de mim, até ser interrompida por um morador, que indagou se eu desejava falar com alguém daquela residência. Respondi que apenas recordava instantes vividos ali. Ele sorriu e meus olhos se encheram de lágrimas. Segui a andança e cheguei à praça central, com suas barracas de vendas de iguarias paraenses, doces artesanais, vários outros tipos de lanches e

artesanato Borari. Fiz registro da igreja, porém esqueci de registrar a praça. Segui para o outro lado da orla, local onde se encontra o letreiro (Imagem 16) feito para que os visitantes façam fotos, contento a frase com o símbolo dos botos tucuxi (na cor cinza) e o boto cor de rosa (na cor rosa). Voltei para a praça, parei em uma das barracas para comprar chocolates com castanha, cupuaçu e coco; estas iguarias possuem um sabor inigualável e eu, particularmente, amo comê-los.

Imagem 16: Letreiro localizado na Orla de Alter do Chão.



Fonte: Trabalho de campo, janeiro de 2023.

Em seguida, peguei a rua que passa ao lado da igreja e me desloquei para a associação onde estava marcada a entrevista com a cacica Neca Borari, da área interna da AIBAC (Imagem 17). Todas as vezes que estive com ela, nossas conversas, além de contribuir com a minha pesquisa, trouxe-me aprendizados e muitos ensinamentos sobre o movimento indígena Borari e sobre o coletivo das mulheres indígenas Sapú Borari.

Imagem 17: Área interna da Associação Indígena Borari – AIBAC.



Fonte: Trabalho de campo, janeiro de 2023.

Ao chegar na AIBAC, passados alguns minutos, a cacica chegou, deu-me um abraço e convidou-me para entrar. Ela perguntou como eu estava e relatou que no mês de janeiro ela estava com muitas demandas, essas das quais somente ela poderia resolver, por esse motivo não estava parando em Alter do Chão. Nossa conversa começou às 10:40 da manhã e prosseguiu até às 12:25 da tarde. A cacique permitiu que eu gravasse a conversa e começamos nossa entrevista no qual irei pontuar os principais fatos que ocorreram no decorrer do ano 2022.

Em 2008, a Escola Indígena foi excluída do censo do IBGE. Após intensa mobilização, os povos indígenas do Baixo Tapajós, em colaboração com o Ministério Público Federal, elaboraram uma minuta reivindicando sua reinserção. Esse esforço coletivo resultou, em 2021, na reincorporação da Escola Indígena ao censo, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Santarém (SEMED). Além disso, em fevereiro de 2022, a gestão das 73 escolas situadas nos territórios do Baixo Tapajós passou a ser conduzida pelas próprias comunidades, representando uma significativa conquista para o movimento indígena.

Dessa forma, a ocupação dos cargos de gestão escolar e docência passou a priorizar, inicialmente, os indígenas, considerando que muitos possuem graduação, obtida

sobretudo na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), em Santarém, que reserva vagas por meio de cotas para indígenas e quilombolas. Com a mudança na gestão, alguns educadores e colaboradores que eram concursados e não se autodeclararam Borari, mesmo sendo moradores de Alter do Chão, nascidos e criados na comunidade, pediram transferência para outras escolas. Atualmente, quatro colaboradores não são indígenas Borari e encontram-se prestando serviços na Escola Indígena Borari.

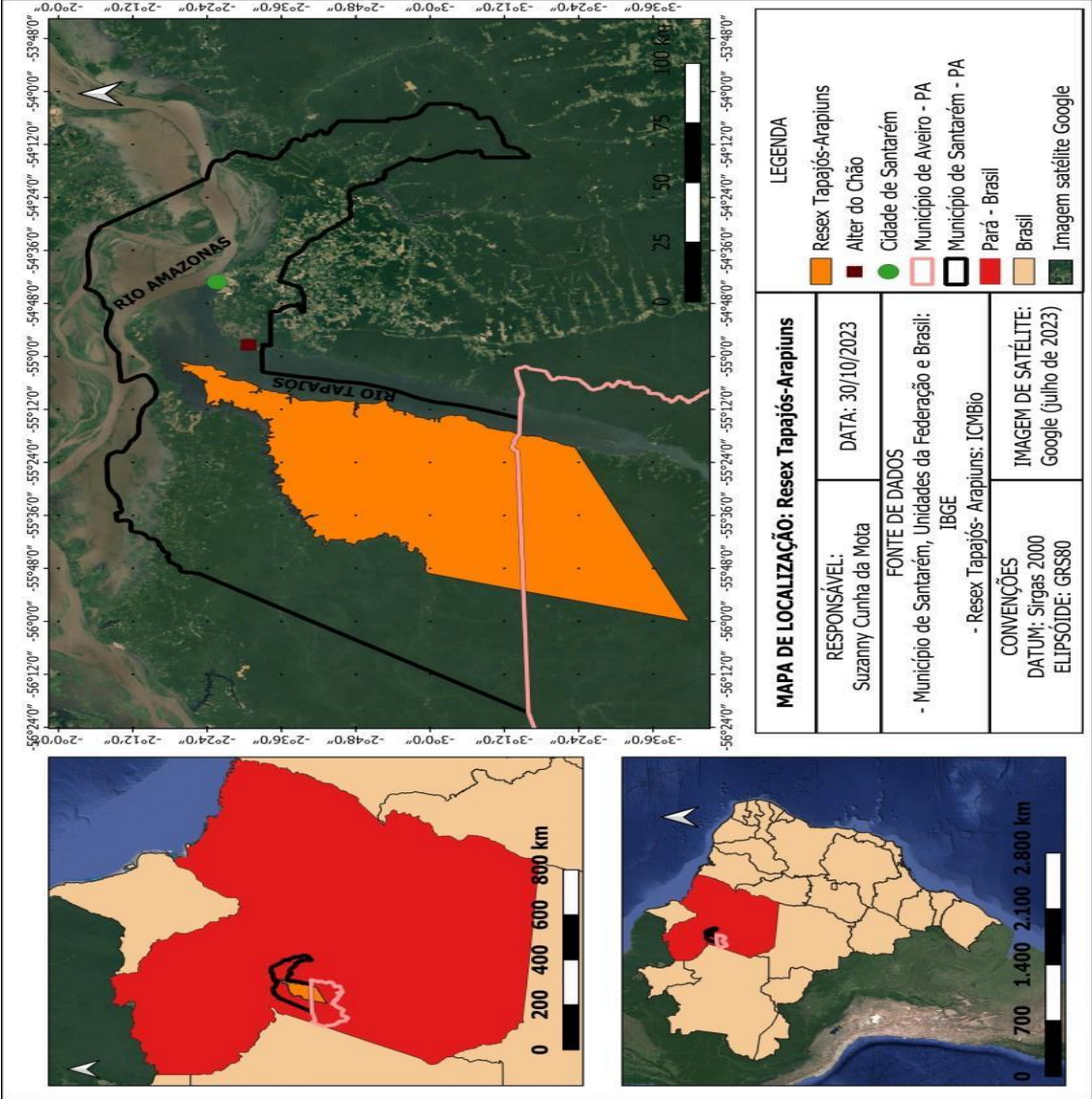
A escola tem se dedicado para inserir no ensino das outras matérias, para além da disciplina de Notório Saber e Nheengatu, a cultura e saberes dos indígenas Borari para que se perpetue entre as gerações do presente e futuro e para que os mais novos conheçam quem eram seus ancestrais Borari. Dessa forma, a aldeia vem alcançando seus objetivos, que era formar os indígenas Borari na universidade pública e dando retorno para aldeia, trabalhando em Alter do Chão compartilhando aprendizado com seus parentes Borari, na escola, na creche entre outros espaços. A liderança Borari sempre incentiva os jovens da aldeia para que os (as) indígenas Borari frequentem a universidade e se formem com a finalidade de trabalharem em seu território, buscando, assim, uma capacitação, além de motivar os alunos indígenas a continuarem os seus estudos.

A cacique falou sobre o CITA, que eles reúnem as treze lideranças do Baixo Tapajós para fazer capacitação junto às aldeias indígenas, visto que a maioria das lideranças não tiveram oportunidade para estudar. Porém, eles possuem conhecimento da Legislação Federal de 1988 e conhecem os seus direitos e o Conselho Indígena capacita para que os indígenas saibam falar nas assembleias e nas audiências. Com frequência acontecem as trocas dos saberes entre as lideranças, onde cada aldeia possui três representantes que sempre que se reúnem e compartilham conhecimento e se ajudam.

De nove a doze de janeiro ocorreu a reunião das lideranças no CITA composta por várias pautas. Uma delas foi sobre a criação dos Departamentos Indígenas do Baixo Tapajós da juventude e das mulheres, com suas respectivas coordenações. A outra pauta foi sobre uma pequena reforma no estatuto do conselho e a última pauta estava pautada sobre a educação nas escolas e creches indígenas. Os encontros começaram às 07:30 da manhã com término às 20:30 da noite. O encontro foi importante para todas as aldeias, para que juntos pudessem tomar decisões que afetassem todas as aldeias indígenas do Baixo Tapajós. A conquista do Ministério dos Povos Originários trouxe esperança para que fosse retomado os processos de demarcação das terras indígenas do Baixo Tapajós. Contudo, a luta contra a especulação imobiliárias, os madeireiros e com os portos de grãos cada dia se torna mais complexa.

Em 2003, em Alter do Chão, os indígenas Borari entraram com uma pretensão, com o pedido de demarcação do seu território. Se a floresta amazônica paraense, situada no Baixo Tapajós, encontrava-se preservada era graças as aldeias indígenas. Entretanto, alguns territórios como a Resex¹¹ (mapa 7), impede os indígenas de fazerem um roçado, mas não impede os madeireiros de vender a madeira, uma vez que para tirar madeira para construir casa o indígena tem que entrar com pedido junto ao IBAMA, sendo que para o indígena não tem burocracia por direito originário. Isso garante o seu direito de ir e vir, pois ninguém melhor do que o indígena para preservar a floresta e o seu território.

Mapa 7: Resex Tapajós-Arapiuns.



Fonte: Elaborado pela autora, outubro de 2023.

¹¹ RESEX: Reserva extrativista Tapajós-Arapiuns, criada em 1998, com área de 647.611,00 ha, que abrange dois municípios: Santarém e Aveiro.

Os indígenas das treze aldeias do Baixo Tapajós realizam todo ano o censo em seus territórios. Por conta da atenção à saúde indígena, os dados são repassados para SESAI (Secretaria de Saúde Indígena), que repassa para o SIASI¹² e em seguida para FUNAI. A partir desse censo, voltado para atenção à saúde, o Baixo Tapajós alcançou uma grande vitória, conseguindo ter seu próprio Departamento de Saúde para os 13 povos que se encontram em três municípios: Belterra, Santarém e Aveiro. Em 2022, os indígenas do Baixo Tapajós tiveram grande avanço na educação e na saúde, logo os indígenas Borari de Alter do Chão foram agraciados por essa evolução.

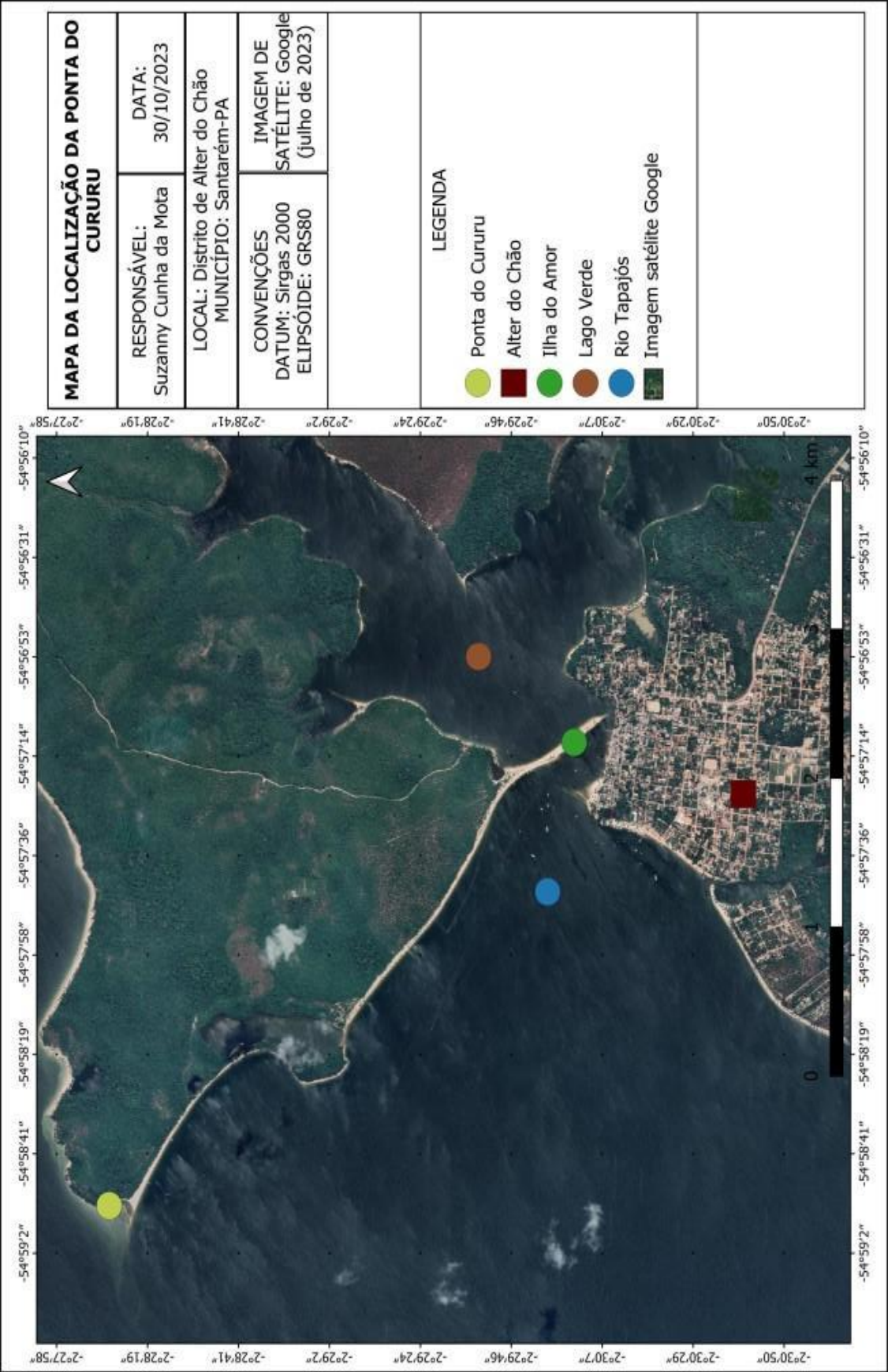
A questão da seguridade social vem avançando positivamente, os indígenas estão conseguindo aposentadoria, as mulheres indígenas estão recebendo o salário maternidade, somente o auxílio acidentes ainda caminha a passos lentos. Atualmente, a FUNAI possui uma unidade em Santarém, que atualmente atende na UFOPA, campus Tapajós. Ela conta com quatro servidores para atender os indígenas do Baixo Tapajós. A cacica pontuou que:

O povo brasileiro ele sofre muito porque primeiro ele não conhece a lei, né? Ele não, o governo brasileiro ele não distribui a Constituição e o brasileiro, ele não tem muito interesse de ler, de buscar saber, né? Aí ele não tem, não busca essa informação e a própria bíblia diz que o homem sofre por falta de conhecimento, né? Quem não tem conhecimento, porque quando tu tens conhecimento da lei, é difícil te enrolarem, em que quando vem ou não ela está aqui, né? Daqui, é verdade, e aí? E esse é um trabalho que eu faço e peço pro meu filho, ele me ajuda muito nessa parte de conhecimento da lei, fazer oficina de legislação, olha é por aqui, por aqui, por aqui, por aqui, né? É aí, buscando tudinho. Desde lá do alto reconhecimento, né? Onde é pela OIT? Aí vem pra Constituição, aí vem pro estatuto do índio, aí vem para o nosso conselho e vem para os cacicado e chega nas associações. Então todo mundo sabe como é que conduz, né? Sim, não, isso eu posso, isso eu não posso por aqui, eu posso entrar (conversa realizada 29 de janeiro de 2023, em Alter do Chão).

A cacica herdou de sua mãe a força para ser representante do seu povo, para fazer valer o direito adquirido pelos povos originários Borari de Alter do Chão. Em 2022, a praia Ponta do Cururu indicada no mapa oito, localizada no distrito de Alter do Chão, iria a leilão. A cacique, representando os indígenas Borari de Alter do Chão, foi até o Ministério Público Federal e formalizou denúncia sobre a ilegalidade do processo e o leilão foi embargado e suspenso.

¹² SIASI: Sistema de informação de atenção à saúde indígena. Nota da autora.

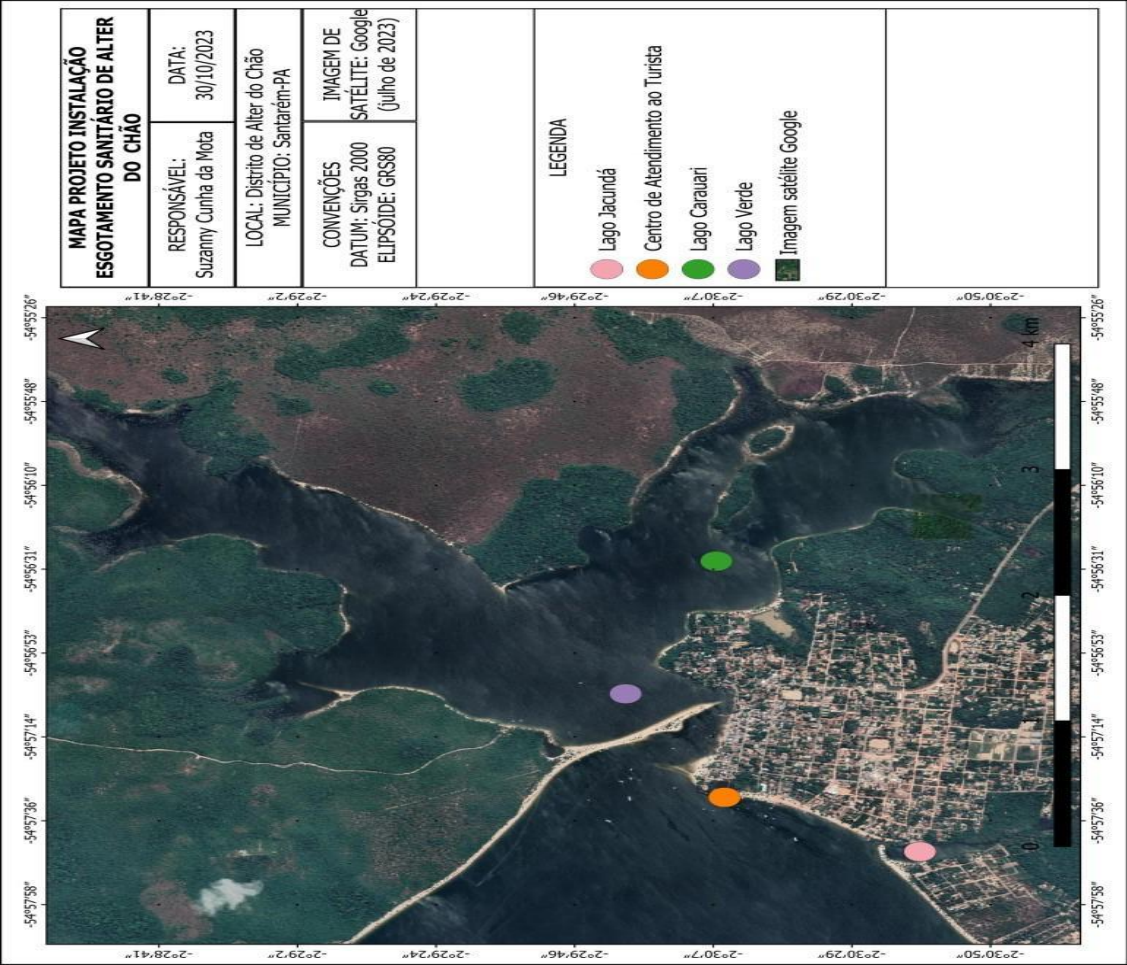
Mapa 8: Localização da Ponta do Cururu.



Fonte: Elaborado pela autora, outubro de 2023.

Em outro momento a COSANPA (Companhia de Saneamento do Pará), começou em lugar inapropriado a implementação de um grande projeto de esgoto sanitário. Houve a instalação de uma placa com o valor do custo da obra, o que precisa ser compreendido é que os indígenas Borari não são contra, porém um estudo ambiental detalhado faz-se necessário, em razão das águas subterrâneas do Aquífero Alter do Chão. Os funcionários da empresa colocaram quatro caixas de esgoto próximas à quatro igarapés. Elaborei o mapa da localização dos lagos que seriam atingidos pelo projeto de esgotamento sanitário (Mapa 9), uma na cabeceira do Lago do Jacundá que deságua no rio Tapajós, praticamente no igapó do lago; o outro próximo ao Lago do Carauari, onde está localizado o Belo Alter Hotel. Não obstante, outro na cabeceira dos igarapés, que forma o Lago Verde, que os Borari chamam de igarapé da recordação. Por fim, outro no lado do CAT (Centro de Atendimento do Turista), que foi denunciado pelos indígenas Borari, representados pela cacica, que entrou com denúncia no MPF (Ministério Público Federal) e em seguida no MPE (Ministério Público Estadual).

Mapa 9: Projeto instalação do esgotamento sanitário de Alter do Chão.



Fonte: Elaborado pela autora, outubro de 2023.

A COSANPA colocou nome da obra de Consórcio Borari, que foi repudiado e não autorizado pelos indígenas Borari, a usar nome de sua etnia na obra da empresa. Eles exigiram a sua retirada imediata e depois de uma reunião com todos os envolvidos, os indígenas Borari exigiram que os locais de implantação das obras fossem modificados, e que os novos locais a serem escolhidos, deveriam passar por aprovação deles, indivíduos que conhecem todos os lugares do território, o percurso da correnteza, que possuem o estudo tradicional, que conhecem o rio Tapajós, os ventos e seu território.

O relato do cacica sobre a obra da COSANPA no território Borari em Alter do Chão afirma que:

Fazer essa consulta vocês não fizeram? E outra coisa, vocês fizeram um estudo da correnteza, vocês têm um estudo científico e nós temos o tradicional. A gente conhece vocês não fizeram estudo de correnteza, vocês não sabem nada sobre aqui o Tapajós, quando ele chega na altura dos Aramanaí, da ponta do Cajutuba. A gente conhece o Tapajós com a Palma da mão, ele começa a perder força. O canal tá lá, mas ele perde força porque ele vem curvando e Alter do Chão está numa grande enseada. Né? E A força do Rio, ela perde um pouco, ela vem mais lenta. É este emissário para ele ser correto, ele tem que ir pelo menos 25 a 30 km rio abaixo. Porque nós temos 4 ventos, o vento debaixo, o vento terral, o vento vageiro e o vento de cima. Vocês dizem que a tecnologia tem não sei o que, não sei o que não sei o que, mas eu quero perguntar pra vocês, num evento como Sairé, ssas caixas elevatórias dela vão superlotar. E essa manutenção, como vai ser dado? Hein? Aí eu pergunto para a prefeitura, doutor Nélcio, quando estourar essa caixa de ***** aí no Lago do Peres, que está no lado do CAT, Centro de atendimento ao turista, o senhor vai estar lá? Nem carimbeiro o senhor não é pra tá dançando lá no meio do mau cheiro com os turistas. Nós não vamos aceitar isso daí, vai ter que ser desse jeito, entendeu? Não é como vocês querem não? Por que vocês têm que entender isso? Se nós unirmos o científico com nosso conhecimento tradicional, nós vamos longe. E quando der um vento de cima, que é a revolta da natureza que ela traz tudo para cá, tudo o que está no fundo desse Tapajós ele bate para cá, e ele vai levando tudo, ele vai levando canoa, vai levando barraca, vai levando o que ele quer, entendeu? (Conversa realizada em 29 de janeiro de 2023, em Alter do Chão).

O projeto apresentado na reunião deixou vários prédios que são hotéis, e que ficam localizados na orla fora da obra. Dessa forma, é necessário que toda comunidade indígena se mantenha informada para saber o que está acontecendo em seu território. Depois da reunião com MPF, MPE e com os representantes da prefeitura de Santarém, da COSANPA, os indígenas conseguiram a paralisação imediata das obras. Desta forma, ficou evidente que a obra seria uma jogada para fazer campanha política devido a rapidez de sua implementação. Para a cacique, a bandeira do Brasil é o meio ambiente, sendo que o mundo está de olho na Amazônia e os indígenas Borari estão na Amazônia paraense e para eles a terra é a sua mãe.

Na estrada que liga Santarém a Alter do Chão existe a Escola da Floresta, que recebe as escolas de Santarém, inclusive quando estava trabalhando em uma escola particular de Santarém, consegui levar meus alunos para visitarmos a Escola da Floresta (Imagem 18) e, ao final da trilha, fomos agraciados com a vista magnífica. Em 2022, repercutiu a informação de que o espaço onde a escola foi implantada, que é uma área administrada pela prefeitura municipal, seria colocada em leilão; rapidamente os indígenas Borari uniram forças com outros parentes e entraram com pedido de suspensão da venda. A venda da escola foi paralisada devido à iniciativa das comunidades do Eixo Forte e das comunidades indígenas, incluindo a dos Borari de Alter do Chão.

Imagem18: Vista do final da trilha na Escola da Floresta.



Fonte: Arquivo pessoal, dezembro de 2021.

Atualmente existem seis discentes indígenas Borari que entraram na universidade pelo sistema de cotas, a maioria está cursando o curso de antropologia e de arqueologia na UFOPA, em Santarém. A cacique está buscando junto à reitoria a questão do transporte para os estudantes, já que Alter do Chão fica a 37 quilômetros de Santarém e o campus Tapajós possui uma logística complicada, visto que o ônibus que faz linha para Alter do Chão não passa pelo campus Tapajós e a noite esse é um trajeto perigoso. Apesar dos avanços na área da educação, existe um abismo entre o ensino fundamental dois e a

universidade, visto que em Alter do Chão não possui ensino médio. Sendo que a cacique está buscando caminhos para conseguir a implantação do ensino médio.

As questões das conquistas, da luta dos indígenas Borari pelo seu território, por seus direitos, está fazendo com que outros indígenas da comunidade se autodeclararem Borari de Alter do Chão, ao ver a união da comunidade indígena em Alter do Chão e o avanço que vem acontecendo. Dessa forma, passam a fazer parte do Censo e da organização do movimento dos indígenas Borari de Alter do Chão.

Em outro momento, aconteceu uma palestra com cacique Raoni Metukitire, da etnia Caiapó, conhecido internacionalmente pela luta pela preservação da Floresta Amazônica, tendo sua fala voltada para o fortalecimento dos povos indígenas e da luta pela proteção da Floresta Amazônica. Todos os momentos foram filmados e, em breve, devem ser lançados nas plataformas digitais. O Festival de cinema foi um sucesso, os indígenas Borari venderam todo seu artesanato, plantas medicinais e decorativas, além de comidas típicas e outros itens.

O movimento indígena das mulheres Borari vem fazendo casamento (alianças), com outras etnias do Baixo Tapajós. Houve casamento com as Munduruku do alto, com os povos do rio Trombeta que possuem várias etnias, com o povo Tumukumaque, com os Tupinanbá, entre outras etnias. Essas alianças rendem como um projeto junto com as mulheres Sapu Borari na criação de bonecas. A associação, em parceria com um banco, ganhou máquinas de costura e, além disso, conseguiram um espaço para que fossem confeccionadas as bonecas, com o intuito de fazer a exposição e a venda no período de realização do Festival Borari, do Sairé, Festival de cinema, etc. As alianças têm como função principal fazer com que o movimento das mulheres indígenas produza e ocupe os espaços; conquistando suas rendas, seja na venda dos artesanatos de miçanga, do grafismo em peças feitas de barro ou das comidas típicas.

Durante o ano de 2022 aconteceram várias conquistas do movimento dos indígenas Borari de Alter do Chão, como a gestão da escola indígena Borari, na área cultural. O Festival do Sairé passou em sua parte de execução a ser coordenado pelos indígenas Borari onde nem a prefeitura e o conselho tem poder de decisão, assim como o Festival de Cinema. Os avanços, o trabalho, as conquistas e a preservação não param e os indígenas Borari continuam traçando seus caminhos na busca de sua independência dentro do seu território, além de conquistarem os seus direitos previstos pela Constituição. O coletivo dos indígenas Borari de Alter do Chão está unido em busca de melhorias para

todos. Por meio da afirmação cultural estão buscando se reafirmar como indígenas Borari em seu território.

2.3 A PESQUISA DE OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE: MEMÓRIAS SAGRADAS E A RESISTÊNCIA CULTURAL DOS BORARI DE ALTER DO CHÃO.

Histórias cantadas,
Saberes ancestrais,
Momentos sagrados,
Rituais,
Festival indígena,
A arte do artesanato,
Do grafismo,
Da cerâmica tapajônica,
Dos encantados,
Dos Sagrados,
Com imenso valor simbólico,
Cheio de significados,
Identidade cultural,
Resistencia cultural,
Preservação das raízes,
Pertencimento ao território,
Fortalecendo os laços,
Da ancestralidade Borari de Alter do
Chão!
Suzanny Cunha, julho de 2024.

A cultura para as mulheres indígenas Borari é uma memória sagrada, um dos principais capítulos do histórico do coletivo, que preserva narrativas, costumes, lendas dos encantados, rituais, o artesanato e o grafismo nas cuias. São muitos saberes preservados, que reforçam a identidade étnica do povo Borari, que resgatam e mantém viva a cultura dos indígenas Borari de Alter do Chão. A resistência cultural dos Borari de Alter do Chão, possui ação artística e, principalmente, política, preservando as memórias, valorizando saberes profanos¹³, que trazem a história deste povo e consolida a ancestralidade do coletivo indígena Borari.

Ao chegar no primeiro dia de visita a AIBAC fiquei sentada em um dos bancos de madeira, que está localizado ao lado do portão de entrada (Imagem 19), que mostra a frente e a rua da associação esperando o presidente da associação sentada. O silêncio foi interrompido somente pelo som emitido pelos pássaros e por macaquinhos e barulhos vindos das árvores que ficam ao redor da área. A rua da frente não possui asfalto, o terreno é todo cercado por cerca de madeira pintada, em frente não tem nenhuma identificação, somente o local que hoje funciona a AIBAC — doado pela ONG Projeto

¹³ Saberes profanos: sincretismo entre o religioso (católica) e a cosmologia indígena. Nota da autora.

Saúde e Alegria. Em dias de semana, as ruas de Alter do Chão são vazias, pouco se vê pessoas transitando, carros ou motos, o movimento aumenta somente aos finais de semanas — visto que as pessoas se deslocam para Alter do Chão para passear, sendo que, muitas casas ficam fechadas durante a semana, devido seus donos morarem em Santarém.

Imagem 19: Associação Indígena Borari de Alter do Chão.



Fonte: Trabalho de campo, janeiro de 2023.

Logo chegou um rapaz que fazia parte da associação e passou a me fazer companhia. Nesse dia realizamos um puxirum¹⁴ na AIBAC, digo fizemos já que eu ajudei nos afazeres. O puxirum, vínculo afetivo, onde os membros da comunidade fazem limpeza, seja de locais que se situam dentro ou fora território Borari em Alter do Chão, no roçado, nas festividades e sempre em prol do bem comum.

Logo em seguida, o presidente da associação chegou, já era hora do almoço, então pedimos a nossa refeição, aproveitei para pedir um pirarucu¹⁵ (filé de peixe) para matar a saudade dos pratos de Alter. Em seguida, começamos pela limpeza do espaço que estava

¹⁴ Puxirum: termo paraense para designar práticas espaciais coletivas, equivalente a mutirões. Por meio dos puxiruns, os membros da comunidade fazem a limpeza do roçado, organizam festividades e se ajudam em prol de um bem comum. Nota da autora.

¹⁵ Pirarucu: é um dos maiores peixes de água doce do planeta. Nativo da Amazônia, ele promove benefícios para o ecossistema e comunidades que vivem da pesca.

tomado por folhas secas, devido à grande quantidade de árvores que o terreno da associação possui, o que, para mim, é a atração principal do local. Notei que uma das Ocas estava sem a sua cobertura feita de palha. Eu estava muito envolvida no trabalho, varrendo e colocando as folhas em sacos plásticos, por essa razão acabei não fazendo nenhum registro desse momento.

Em seguida, chegou uma moça indígena Borari, que começou a limpar a cozinha. Parei a limpeza do terreno e fui ajudá-la na organização da cozinha, enquanto ela lavava as louças e as enxugava e as levava para cima de uma mesa que estava lá fora (Imagem 20), com a imagem da oca e em anexo a cozinha da AIBAC.

Organizamos quase toda a cozinha, fiquei muito envolvida que nem vi a hora passar. Quando me dei conta já eram quase dezoito horas e eu já tinha que ir para o terminal rodoviário esperar o ônibus para voltar para casa. Durante toda tarde fiquei conversando com eles sobre o que tinha ocorrido no período em que não estava presente em Santarém. O presidente me contou que os indígenas Borari tinham conseguido em 2022 ficar à frente da Escola e da Creche, onde os funcionários e o corpo docente atualmente em sua maioria são indígenas Borari de Alter do Chão. Isso se deu por meio de muita luta junto à Secretaria de Educação do município de Santarém, para eles significou uma grande vitória. No fim da tarde voltei para casa.

Imagem 20: Oca em anexo a cozinha da AIBAC.



Fonte: Trabalho de campo, janeiro de 2023.

No dia 11 de janeiro de 2023 voltei para Alter do Chão pela parte da tarde. Peguei o ônibus às 13:20 e cheguei no terminal rodoviário às 14:30, fui direto para AIBAC, pois o terminal fica próximo a associação. Ao chegar notei não havia ninguém, fiquei esperando lá na frente sentada, pois no dia anterior eu havia pedido para o presidente continuar ajudando na limpeza. Dessa forma, poderia conversar e colher mais informações para a pesquisa. Naquela semana, a cacique estava participando de reuniões no CITA¹⁶, que fica localizado em Santarém, na Rodovia Fernando Guilhon, no bairro Juá, para a tomada de decisões sobre as várias questões que envolviam o movimento indígena Tapajós/Arapiuns. Passamos a tarde trabalhando na limpeza da parte externa e da biblioteca Borari (Imagem 21), cujo seu nome é Oca do Saber.

Imagem 21: Biblioteca Borari Oca do saber.



Fonte: Trabalho de campo, janeiro de 2023.

Na biblioteca encontramos um grande acervo de livros, uma sala que contém computadores, e que atualmente não funcionam, mas que já proporcionou cursos de informática para os indígenas Borari que são associados. Porém, já foi feita a solicitação de verba para parcerias, na iminência de conserto dos computadores, com intuito de proporcionar novamente curso de informática gratuito para a comunidade.

A biblioteca possui exposição da cerâmica Borari, herança ancestral, que simboliza a resistência, uma das formas de resgate para manter viva a cultura indígena Borari. Elas são produzidas às mãos das artesãs, mulheres indígenas da comunidade, confeccionadas em argila são vasos e utensílios diversos, com representações de animais a exemplo de o boto amazônico, a tartaruga e a arraia (Imagem 22).

¹⁶ CITA: Conselho Indígena Tapajós e Arapiuns, O CITA, criado em maio de 2000, tem por objetivo a promoção do bem-estar social, político, econômico e cultural, dos 13 povos indígenas da Região do Baixo Tapajós, são eles: Arapium, Apiaká, Arara Vermelha, Borari, Jaraqui, Kumaruara, Maytapu, Munduruku, Munduruku Cara- Preta, Tapajó, Tapuia, Tupayú e Tupinambá. Nota da autora.

Imagem 22: Cerâmica Tapajônica Borari.



Fonte: Trabalho de campo, janeiro de 2023.

A cerâmica tapajônica possui grande importância, sendo uma fonte de informações e de elementos sobre a história e a cultura dos povos indígenas do Baixo Tapajós. Mediante a análise das peças de cerâmica, pesquisadores fazem histórico sobre o modo de vida desses povos, sua cosmologia, seus rituais, crenças religiosas, contribuindo para o processo de afirmação e identidade étnica dos Borari de Alter do Chão.

As manifestações culturais dos Borari em Alter do Chão é a forma de imposição de seus corpos no território que por intermédio da arte indígena faz uma reconstrução de sua ancestralidade por meio dos rituais, das danças, das bebidas e das comidas típicas do coletivo Borari. Os festivais culturais, Festival Borari e Festival do Sairé são as principais formas de visibilidade e resistência deste povo, sendo que o Festival do Sairé alcançou visibilidade nacional.

O Festival do Sairé é uma manifestação cultural de origem dos indígenas Borari de Alter do Chão, tendo sua parte profana e religiosa, o festival é resultado de um sincretismo entre o catolicismo e os rituais indígenas que teve início no século XVII. Inicialmente caracterizada por rituais indígenas, a Festa do Sairé foi incorporada, após a

colonização, aos elementos da cultura europeia, sobretudo aos da Igreja Católica. A influência dos padres jesuítas que residiam em Alter do Chão durante o período colonial foi determinante nesse processo, resultando na associação da celebração à devoção a Nossa Senhora da Saúde. Em outubro de 2024 a Festa do Sairé, realizada há mais de 300 anos, foi reconhecida como manifestação da cultural nacional por meio da Lei nº 14.997/2024.

O meu contato com a comunidade indígena Borari, primeiramente, deu-se mediante o Festival do Sairé. Nas memórias de minha infância guardo momentos vividos em Alter do Chão com minha família, em especial na Ilha do Amor, que é a principal praia do lugar, um banco de areia que desponta no período do verão amazônico e evoca um sentimento de emoção e encantamento à primeira vista. Em julho, durante as férias, a expectativa tomava conta de mim. Meus pais nos levaram para o Festival do Sairé, em Alter do Chão. Na década de 1990, a vila era tranquila, eu com apenas sete anos me encantava com a beleza do lugar: o verde da natureza, o rio, a areia branca da praia, o clima de festa da vila e a energia contagiante das pessoas. A programação do festival era bem diferente da que se tem atualmente.

O Festival do Sairé acontecia na praça Sete de Setembro, não tinha à proporção que tem hoje, não tinha apresentação dos Botos Tucuxi e cor de rosa. Lembro-me das noites de sábado em que acontecia o festival, com a apresentação de danças folclóricas realizadas pela comunidade indígena Borari, como o tradicional carimbó¹⁷ e com a dança do Cheiro do Sairé, onde os componentes jogavam uma água perfumada, produzida a partir das folhas das plantas da floresta. A plateia assistia atenta e encantada a todas as apresentações.

Na manhã de domingo íamos para a praia, onde atravessamos de catraia¹⁸ para a Ilha do Amor, passávamos o dia na praia, aproveitando o sol, a areia branca e a água doce, cristalina e geladinha do rio Tapajós, que para mim é único no Brasil. No fim da tarde atravessamos novamente e a noite a programação do festival continuava, porém devido ao trabalho dos meus pais, nós voltávamos ao anoitecer para nossa casa em Santarém.

Foram muitas aventuras vividas na infância participando do festival, em um deles meus pais não conseguiram local para dormimos, então minha mãe colocava o colchão

¹⁷ O carimbó é gênero musical do Pará, seu nome é uma homenagem ao instrumento musical indígena curimbó, que é um tambor artesanal.

¹⁸ Catraia é um pequeno barco tripulado pelo catraieiro; canoa que transporta os turistas em Alter do Chão.

do berço no banco de trás do fusca branco que nós tínhamos. Em outro ano, lembro-me de ficar em uma casa que era da prima da minha mãe, que estava cheia de parentes e que tive que dormir em um colchão no chão. Lembro-me que naquele ano choveu muito e que tivemos que voltar logo, visto que o Festival foi interrompido, pois acontecia em um palco sem cobertura localizado na Praça Central.

Essas recordações marcaram a minha infância e as levo comigo em minhas memórias, momentos felizes que vivi com meus pais e minhas irmãs em Alter do Chão. Na década de noventa a paisagem da vila era totalmente diferente, poucas ruas eram asfaltadas, a especulação imobiliária não tinha chegado na vila, não existiam prédios e casas de praia luxuosas, uma dinâmica espacial totalmente diferente das atuais.

Da adolescência tenho poucas lembranças de minhas idas a Alter do Chão, porém quando voltei a prestigiar o Festival do Sairé, tudo tinha mudado e a festa tinha ganhado outra roupagem, nova proporção, de importância mundial, com um Festival que até os dias atuais é prestigiado por milhares de turistas e pela população local de Santarém, do Pará e do Brasil. Começando pela escrita da palavra “Sairé”, que por via de votação na comunidade hoje possui duas formas de se escrever seu nome, Festival do Çairé ou Festival do Sairé. A comunidade indígena Borari prefere que seja escrito como Festival do Sairé com S, visto que a escrita com Ç para eles foi uma questão de *marketing*.

Atualmente, o Festival é realizado no mês de setembro, geralmente no terceiro fim de semana, começando na quinta (como desde sua criação) e se encerrando na segunda. Após o ano de 1997 foi alterado o calendário do Sairé com a inclusão do Festival dos Botos, por influência do mercado turístico, onde nas noites de sexta e sábado é realizado a disputa dos Botos Tucuxi e cor de Rosa. A realização do Festival passou a ser na praça do Sairé e, devido à grandeza do Festival, não foi possível ser realizada na Praça Sete de Setembro.

O Festival Borari teve seu início no ano de 1994, sendo uma amostra da cultura dos indígenas Borari de Alter do Chão, com apresentações artísticas que acontecem durante três dias, com os rituais, procissão do Sairé, apresentação de grupos de danças regionais e exposição do artesanato. Momento de fortalecimento da história deste povo.

Com a abertura do edital Aldir Blanc, no ano de 2022, a cacique, as mulheres e indígenas elaboraram o projeto intitulado *Histórias Cantadas*, inserido na Associação Indígena Borari de Alter do Chão, que foi contemplado e pôde, assim, ser desenvolvido. Outro plano que está em elaboração é levar o Festival Borari pela Semeiar e em seguida partir para Roane. Além desses trabalhos, os indígenas Borari foram convidados a fazer

parte da 4ª edição do Festival de Cinema de Alter do Chão 2022 — Um olhar para a Amazônia, Os Povos do Mundo, a Valorização do Cinema, o Reconhecimento dos Direitos Globais e da Natureza, que aconteceu de 16 a 20 novembro de 2022 em Alter do Chão. Em parceria com a Secretaria de Cultura, foi pedido o apoio da AIBAC e os indígenas Borari aceitaram o convite, participando os quatro dias apresentando danças, rituais, entre outras manifestações — este evento ocorreu na Praça Sete de Setembro e no Barracão Comunitário. Foi montada toda uma estrutura no coreto da praça, na qual ficou a exposição em homenagem ao grande poeta e escritor da Amazônia, do Brasil e do mundo, Thiago de Mello, assim como um show em homenagem ao violonista e compositor Sebastião Tapajós.

A praça foi ornamentada e se transformou em Floresta Amazônica, com uma grande tenda Borari no centro da praça para a exposição de filmes. Foi levada para a exposição a arte do artesanato feito pelas mãos das mulheres indígenas Borari. Nessa ocasião, foi feito o lançamento da feira do artesanato indígena, fazendo-se presente seis etnias. Em contrapartida, a organização do festival de cinema presenteou a AIBAC com o *site* da associação e a sua manutenção.

Durante o festival, os indígenas Borari apresentaram a questão cultural, ao trazer a apresentação do rito religioso do Festival do Sairé; houve ainda a apresentação de grupos de carimbó. Nesse período, tudo o que os indígenas Borari produziram foi levado para praça, como, por exemplo, a barraca de comidas típicas. Houve no encerramento do festival dos indígenas Borari a apresentação da dança Cheiro do Sairé, que há 26 anos não chegava na Praça Sete de Setembro, desde que o Festival do Sairé foi transferido para a praça do Botos.

O Lago Verde, chamado pela cacica de Lago verde do Muiraquitã¹⁹ — o lago da comunidade indígena, é uma memória sagrada necessária para continuidade da cultura de todo coletivo indígena Borari de Alter do Chão. O lago possui valor de persistência da crença da Lua e na transfiguração de seres encantados, segundo os relatos dos ancestrais indígenas Borari de Alter do Chão. A cacica relatou, durante uma entrevista em 2021, que tem em sua memória a história que era contada por sua mãe:

¹⁹ Muiraquitã é um amuleto, símbolo de poder, para os povos indígenas da região amazônica, que segundo pesquisas antropológicas, Santarém do Pará, foi o centro de produção desse amuleto.

Onde a muitos anos os nossos antepassados que aqui viviam, eles deram falta de uma índia jovem que sumiu da aldeia, houve grande procura, uma busca, Alter do Chão, o povo Borari, tem como intercessor, para o criador, para Tupã, a lua. Os povos se reuniram, com todo o povo Borari, para pedir pra Lua mostrar onde a índia estava. E a lua então, no ritual, respondeu, que ela ia mostrar, que ela ia devolver. Então foram no lago. Aí na tarde, formou um grande temporal. E viram sair do meio do lago uma árvore, com frutos coloridos que brilhavam como luzes. E essa árvore passeava pelo rio, flutuando. Fez o passeio, e ela retornou de onde tinha saído. Então eles foram ver o que era aquilo. Aqueles frutos, tinham se transformado. Eles se transformavam em sapos verdes, que formavam um grande tapete no lago. Por isso, Lago Verde dos Muiraquitãs. O nome dessa índia era Naiá. A árvore recebia o nome de Zineira, a árvore dos sapinhos (cacica Neca Borari, em dezembro de 2021).

Percebe-se que a memória cultural é uma evidência da existência desse povo em Alter do Chão, antes da colonização e da chegada das missões jesuítas no território, memórias presentes para a cacica e para os mais velhos indígenas Borari de Alter do Chão. As memórias culturais acima relatadas, as evidências que constam em documentos, foram referência para o processo de identidade étnica e para elaboração do Relatório circunstanciado de identificação e delimitação Terra Indígena Borari de Alter do Chão, realizado pela FUNAI em 2009, que chegou à conclusão de que as terras de Alter do Chão “são de ocupação tradicional do grupo indígena Borari” (Pereira, 2009, p. 193).

A análise da pesquisa de observação participante, associada aos relatos da cacica, aos levantamentos bibliográficos e associado à pesquisa de campo, demonstra a força da memória sagrada como elemento central para a preservação da identidade e da resistência cultural. As histórias contadas e cantadas, os saberes ancestrais transmitidos oralmente, os costumes, os rituais, o artesanato, o grafismo e a cerâmica tapajônica possuem profundo simbolismo e significados.

A preservação dessas raízes, fato que aconteceu com o reconhecimento cultural da Festa do Sairé por via de uma lei federal, fortalece a luta e os laços de ancestralidade e asseguram o pertencimento ao território. Essas ações se configuram à luta coletiva em defesa da demarcação do Território e da cultura dos Borari. Os festivais Borari e Sairé, são exemplos de como a população se apropria de seu espaço celebrando a história dos indígenas Borari. Dessa forma, reafirmam a sua presença e identidade em Alter do Chão.

CAPÍTULO

3



CAPÍTULO 3

CORPO-TERRITÓRIO: OS CONFLITOS PELA TERRA INDÍGENA BORARI EM ALTER DO CHÃO

No terceiro capítulo, *Corpo-território: os conflitos pela terra indígena Borari em Alter do Chão*, trago os conflitos e os impactos causados ao corpo-território das indígenas Borari e a todo seu povo, com a chegada dos agentes externos, empresas do ramo imobiliário, as grilagens de terras que acontecem no território, e com o aumento do turismo de massa. Apresento “A especulação imobiliária e a luta das indígenas Borari”, relatando os impactos sofrido pelo território Borari de Alter do Chão com o avanço do mercado imobiliário, o que faz com que ocorra a destruição da Floresta Amazônica, bem como o processo de gentrificação — deslocamento forçado dos nativos para áreas afastadas da região central —, causando a perda da identidade e dos laços de união da comunidade indígena Borari. Em seguida, no subcapítulo “A grilagem de terra no território Borari de Alter do Chão”, discorro sobre a ocupação das Áreas de Proteção Ambiental, de propriedades da União, do território do povo indígena Borari, causando muitos incêndios criminosos, o desmatamento ilegal que afeta diretamente aqueles que defendem seu território, os indígenas Borari de Alter do Chão. Em “O turismo de massa que afeta o território indígena Borari”, descrevo como o crescimento acelerado do turismo veio acompanhado do aumento de empresas do setor imobiliário, que se expandiram na região central de Alter do Chão, sempre nos arredores do Rio Tapajós e do Lago Verde e como essa nova demanda acelerou o crescimento da área urbana em Alter do Chão. Por fim, em “Corpo-**território**: pelo olhar da mulher indígena Borari”, trago como corpo-território para as indígenas Borari possui sentimentos e em como ele está ligado diretamente ao território e à sua própria vida, sendo a extensão de seus corpos e que precisa ser defendido, cuidado, pois é um corpo que carrega a cultura, a luta política e social na defesa de todo o povo indígena Borari de Alter de Chão.

Violentados pela colonização perversa, quase extintos pelo reflexo do colonizador, ressurgindo das águas do rio Tapajós, para continuar sua existência, os indígenas da região do Baixo Tapajós, lutam pela autonomia e respeito do seu povo, pela vida de seus sucessores, pela Floresta Amazônica preservada, pela permanência do manancial do rio Tapajós, por todos os seres encantados que habitam os territórios, o movimento indígena do Baixo Tapajós segue com as batalhas, lutando por um futuro ancestral que é indígena
Suzanny Cunha, julho de 2024.

3.1 A ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA E A LUTA DAS INDÍGENAS BORARI.

Chegaram devagar,
Falando em “desenvolvimento”,
Convenceram os nativos,
A venderem suas terras,
Mal sabiam eles,
Que sua nova moradia,
Seria precária,
Longe do rio,
Do pescado,
Do encantado,
Do passado,
Enterrando a história.
De seus antepassados,
De seus ancestrais,
Tudo pelo lucro,
Nada pela floresta,
Nada para os verdadeiros,
Donos da terra,
O povo indígena Borari,
De Alter do Chão.
Suzanny Cunha, agosto de 2024.

Nas últimas décadas em Alter do Chão a especulação imobiliária ganhou força, intensificando o crescimento do mercado imobiliário. Com isso, as ameaças ao território dos indígenas Borari vêm crescendo gradativamente desde 1974, data em que se inicia a construção da estrada PA-457 — Dr. Everaldo de Sousa Martins, rodovia de acesso entre Santarém e o distrito de Alter do Chão. A partir desse momento, como relatou por diversas vezes a cacica e os nativos, a pressão pela venda dos terrenos à beira rio faz com que os nativos se desloquem para áreas afastadas da área central, para bairros na periferia que não possuem infraestrutura.

Atualmente, o território ocupado pelos indígenas Borari limita-se a áreas residenciais, uma vez que as práticas milenares da agricultura tradicional desse povo foram gradualmente abandonadas. Esse cenário resulta, em grande parte, da pressão do setor imobiliário, que tem impactado significativamente a dinâmica local em Alter do Chão. Um exemplo emblemático dessa transformação é a construção de um condomínio de sete andares entre o Lago Verde e o Lago Caruari (imagem 23), região pertencente à Área de Proteção Ambiental (APA). Essa área, anteriormente utilizada pelos Borari, agora representa um alerta para mais um potencial desastre ambiental em seu território.

Imagem 23: Construção de condomínio entre o Lago Verde e o Lago Carauari.



Fonte: Casa Ninja Amazônia, 4 de junho de 2020.

O avanço do mercado imobiliária vem causando uma urbanização forçada no distrito, colocando empresários na porção central de Alter do Chão. Esse processo de deslocamento, da população nativa para lugares longe da orla, da praia e do rio, causou o aumento da demanda por imóveis na área central, alterando a dinâmica do local, fazendo com que aconteça o processo de gentrificação em Alter do Chão e atingindo principalmente os Borari. Como relatou Tapajós de Fato (2021) na reportagem do Tapajós de Fato, “a gentrificação é responsável também pela segregação de pessoas com hábitos e costumes diferentes após um local ser transformado, as pessoas começam a ser retiradas de lá, causando uma transformação não só física, mas também social”.

Para Santos (1993, p. 107), na organização política das grandes empresas, “a lógica das corporações que agem no território, não é apenas para o teatro do jogo econômico; ele se torna fator determinante, o território é a base comum de operação para todos os atores, mas é sobretudo favorável às corporações”. Alter do Chão reconhecida pela mídia internacional e nacional como “Caribe brasileiro”, principal ponto turístico do Oeste do Pará, tem experienciado o crescimento das corporações imobiliárias, impulsionado pela expansão do turismo, apoiada pelo poder executivo municipal, em nome do “desenvolvimento”, elevando o número de construções de prédios residenciais, casas de veraneio, hotéis e com isso aumentou a demanda por imóveis de alto padrão e junto a isso, houve o aumento do valor da terra, principalmente no espaço central do distrito que possuem a praia e o rio como seu principal atrativo (Imagem 24).

Imagem 24: Construções de prédios residenciais na região central de Alter do Chão.



Fonte: Damilles Borari, 27 de fevereiro, 2021.

De acordo com Mendes (2015, p. 210), “a gentrificação inicialmente foi identificada como fenômeno de mudança socioespacial, caracterizada pela chegada de setores de classe média (gentrys, os gentrificadores) ou atividades comerciais acompanhada da saída da população de renda mais baixa”. Acarretando o deslocamento da população nativa daquele determinado local, visto que com o aumento dos valores dos imóveis da área, os moradores acabam sendo expulsos devido ao alto custo de vida, tendo como consequência a perda de identidade, da cultura, dos laços de união da comunidade, causando impacto de segregação e o crescimento da desigualdade social.

O processo de gentrificação vem carregado de preconceitos, onde os novos ocupantes das áreas estão em busca de espaços seguros e estruturados, para Mendes (2015, p. 210), “este processo é marcado pela higienização social, com o fim de atender as necessidades do mercado acarretando uma série de impactos sociais, como a diferenciação do espaço das cidades”. A especulação imobiliária e o processo de gentrificação causaram mudanças no espaço de Alter do Chão, acarretando o deslocamento forçado das populações nativas da área central, proporcionando impactos direto no apagamento da multiplicidade cultural, descaracterizando espaços tradicionais e causando a fragmentação do povo indígena Borari.

O interesse das grandes empreendedoras no território indígena, vem sendo notado com construções de prédios grandiosos, que em sua grande maioria são hotéis sofisticados, na orla de Alter do Chão, esse processo de elitização da área central, faz com

aconteça o aumento dos produtos e de serviços visando o lucro e afastando os nativos por não terem condições de pagar preços elevados. Atualmente, poucas famílias nativas resistem e permanecem em suas terras localizadas de frente para a praia, na orla de Alter do Chão.

A exploração imobiliária vem degradando a paisagem do território, alterando seu fluxo natural. A implantação de grandes empreendimentos, como a instalação de um hotel na beira da praia (Imagem 25), ilustra essa problemática. Conforme relatos da cacica, os nativos, em determinadas situações, foram induzidos a venderem suas terras por valores irrisórios, evidenciando a necessidade de valorização e proteção do território indígena em Alter do Chão.

Imagem 25: Hotel localizado na orla de Alter do Chão.



Fonte: Damilles Borari, 27 de fevereiro, 2021.

Em um de seus relatos em 2021, a cacica destacou que as ameaças ao território persistem, especialmente devido ao avanço da especulação imobiliária em Alter do Chão. Entre os principais desafios enfrentados, ressaltou a venda ilegal de terras, a construção de grandes edificações próximas aos lagos sagrados — onde habitam as encantarias — e o desmatamento nas cabeceiras dos igarapés.

Para Maduro (2018, p.74), “os Borari, dispersos pelo seu território, encontram vários locais tidos como sagrados, que abrigam seus ancestrais e as criaturas sobrenaturais que transitam pela cosmologia”. Os indígenas Borari de Alter do Chão tem ligação, conexão de ancestralidade com a floresta, com o rio, os igarapés, sendo que o respeito por eles carregados não é apenas uma crença, mas o modo de vida que faz parte de sua identidade e das práticas deste povo. Para esse coletivo, está interconectada com seus corpos, com o território, onde os seres encantados coexistem com os indígenas Borari.

O setor imobiliário continua a expandir empreendimentos residenciais às margens do rio Tapajós (imagem 26), viabilizados por licenciamentos concedidos pelo poder

público municipal. Os valores praticados pelas imobiliárias são elevados, restringindo o acesso a esses espaços à elite econômica. Como consequência, os povos originários do território têm sido deslocados para novos bairros periféricos, afastados do centro do distrito, em áreas distantes do rio e desprovidas de infraestrutura adequada.

Imagem 26: Residencial à margem do rio Tapajós.



Fonte: Damilles Borari, 27 de fevereiro, 2021.

Dessa forma, percebe-se que o processo de gentrificação vem ocorrendo, visto que a urbanização da região central vem avançando. De acordo com a reportagem da revista eletrônica Tapajós de Fato, “a gentrificação e a especulação imobiliária andam juntas, uma vez que uma é consequência da outra” (Tapajós de Fato, 2021). A gentrificação é um efeito adverso, indesejado pelos indígenas Borari de Alter do Chão.

A partir do ano 2000, a venda das terras que pertenciam aos indígenas Borari em Alter do Chão, vem crescendo rapidamente, gerando o aumento populacional. Atualmente, não há dados oficiais, sendo que se estima que habitam em Alter do Chão em torno de seis mil habitantes. Essa mudança acarreta diretamente na perda da identidade étnica do povo Borari, visto que lugares sagrados para o coletivo já não existem. Isso faz com que os grandes empreendimentos alterem todo o ambiente físico da área central e do entorno do rio Tapajós, apagando as práticas tradicionais e de subsistência desse povo.

Perceber que os empreendimentos possuem um único interesse, que é sua localização na região central e à margem do Rio Tapajós próximo a praia. Locais que antes eram os seringais do povo Borari, com a venda das terras os indígenas Borari, perderam muitos espaços de lazer, de confraternização, áreas de onde eles realizavam o extrativismo e que foram tomadas por construções de prédios residenciais (Imagem 27). Desmataram as árvores, e a terra indígena se resumiu a grandes edificações.

Imagem 27: Prédio residencial.



Fonte: Damilles Borari, em 27 de fevereiro, 2021.

Em julho de 2024, o Ministério Público Federal recebeu denúncia de uma construção irregular, situada em uma Área de Preservação Permanente (APP), localizada à margem do Lago do Jacundá em Alter do Chão. As Áreas de Preservação Permanente, são áreas protegidas pela Lei nº 12.651/2012, sendo o “Novo Código Florestal Brasileiro”, que possui a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem natural, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico da fauna e da flora, protegendo o solo e assegurando o bem-estar das populações humanas (Brasil, 2012, p. 2). Alter do Chão é um aquífero, sendo uma das maiores reservas de água doce subterrânea, que pertence ao Brasil, considerada uma riqueza natural hídrica localizada na Amazônia Paraense.

A construção irregular está localizada em Merakaiçara (Lago do Jacundá), local reivindicado pelos indígenas Borari. De acordo com o Borari, esse espaço é onde eles realizam seus rituais sagrados, a pesca. Onde realizam o extrativismo e usam as ervas presentes da floresta para fazer remédios medicinais e onde acontecem reuniões do coletivo.

O poder público municipal, alegou ao MPF, que a falta de identificação e a oficialização da demarcação do Território indígena Borari, impossibilita o avanço do “desenvolvimento”, o que para eles significam os empreendimentos imobiliários em Alter do Chão. Além da obra estar situada em uma APP, estende-se até a praia, sendo esse um espaço democrático para o lazer, com acesso livre e de domínio da União, sendo, portanto, de uso comum a toda população.

A Secretaria de Meio Ambiente do município, liberou o licenciamento de forma irregular, de acordo com o MPF, alegando que a área liberada para o empreendimento, não possuía vegetação alguma, sendo que de acordo com o MPF, há registros de satélite que provam o grande volume da floresta, antes do desmatamento, provando que houve o erro/fraude na liberação da licença ambiental.

O MPF recomendou ao empresário, que se diz “proprietário” da área, a paralisação e remoção da obra, que já estava em andamento (Imagem 28), sendo o proprietário da obra obrigado, pela Secretaria de Meio Ambiente, de o proprietário fazer o reflorestamento da vegetação de todo o local afetado pelo empreendimento.

Imagem 28: Área de construção irregular no Lago do Jacundá.



Fonte: G1, 29 de julho. 2024.

Com base nos dados levantados, observa-se que a especulação imobiliária tem sido um dos principais impulsionadores do processo de gentrificação ocorrido em Alter

do Chão nas últimas décadas. O avanço dos agentes externos na região, aliado à implantação de empresas do setor imobiliário com poder de compra e venda, resultou na ocupação da área central, da orla e de territórios próximos ao rio e aos lagos. Essas áreas, anteriormente de uso comum dos indígenas Borari, têm sido progressivamente transformadas, levando à perda da identidade cultural, à descaracterização dos espaços tradicionais e à modificação da paisagem natural. Esse processo afeta a relação do povo Borari com seu território e com seus ancestrais.

Dessa forma, criou-se configurações espaciais de vida social e cultural no território Borari. Isso levou a intensificação da luta pela demarcação do território e pela garantia de seus direitos, que com o apoio do Ministério Público Federal, tem atuado para coibir construções irregulares na defesa do território indígena Borari, da Floresta Amazônica, da cultura e identidade dos povos originários de Alter do Chão.

3.2 A GRILAGEM DE TERRA NO TERRITÓRIO BORARI DE ALTER DO CHÃO.

Terra usurpada,
Queimadas criminosas,
Denúncias de corrupções,
Violência sem fim,
Violam a mãe natureza,
Violam o solo sagrado,
Violam o povo indígena Borari,
Que luta e resiste,
Insiste na defesa,
De sua identidade,
Que é a ligação com a terra,
Alter do chão clama,
Pela demarcação,
Pelo futuro ancestral,
Pela continuidade desse povo,
Pelo corpo-território,
Pela existência e resistência,
Dos indígenas Borari!
Suzanny Cunha, agosto de 2024.

A especulação imobiliária em Alter do Chão gerou o crescimento desenfreado das grilagens de terra no território Borari. O termo grilagem tem sua origem do período do império brasileiro, onde indivíduos usavam documentos falsificados. Esses papéis, eram depositados em caixas com grilos, onde suas fezes davam aspecto amarelado, para dar a aparência de papel envelhecido com aparência de antigo. De acordo com levantamentos realizados pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM, 2006, p.16), “estima-se que o total de terras no país sob suspeita de serem griladas é de

aproximadamente 100 milhões de hectares, o que representa quatro vezes a área do estado de São Paulo, quase 12% do território nacional”.

A grilagem funciona por meio de técnicas que parecem ser regulares, o que não acontece na realidade, cujo objetivo é o de ter a posse da terra. Esses usurpadores de terra, utilizam-se da falsificação de documentos, falsificando-os para confirmarem a propriedade da terra por via de escrituras e certidões. Como relatou a cacica, os invasores ocupam ilegalmente as Áreas de Preservação Ambiental, propriedades da União, territórios dos povos originários etc., causando desmatamento ilegal, violência contra aqueles que defendem suas terras, o povo Borari de Alter do Chão.

Os perigos que os defensores das terras enfrentam são inúmeros, vão desde a intimidação, uso de força física, até o uso de armas de fogo — o que em inúmeras vezes acaba em assassinato —, com intuito de expulsar aqueles que proprietários legítimos ou para coibir as denúncias dos crimes cometidos. A corrupção é uma prática presente na grilagem de terras, que se dá por meio de suborno de funcionários públicos, da compra de documentos falsos, da liberação de licenças ambientais com finalidade de regularizar a pose ilegal das terras requeridas pelos grileiros.

A grilagem de terras só acontece devido à corrupção, pois se muda as ferramentas utilizadas para que o crime aconteça. Porém, a corrupção continua tendo papel fundamental para que a grilagem se perpetue. As consequências dessa prática deixam as marcas da destruição nos territórios indígenas: desmatamento, extração ilegal de madeira e exploração dos recursos naturais, o que degrada o meio ambiente e destrói o ecossistema, cooperando para o avanço do aquecimento global e da destruição da biodiversidade.

Desde a década de 1990, o povo Borari em Alter do Chão tem sido alvo constante de grilagem criminosa, sofrendo diversas ameaças e invasões de seus territórios. A disputa pela terra se intensificou a partir de 1997, quando os indígenas entraram em conflito com um empresário pelo território localizado no lago do Jacundá²⁰ (Imagem 29).

²⁰ Os indígenas Borari batizaram o lago de Jacundá em referência a um peixe que ali habitava, criando um vínculo ancestral entre o povo e o ecossistema aquático.

Imagem 29: Lago do Jacundá, ao fundo, casa construída ilegalmente.



Fonte: Damilles Borari em 7 de novembro de 2017.

Os grileiros, em sua grande maioria são “laranjas”²¹, usados para ocultar atividades dos grandes proprietários de terras, de empresas imobiliárias e madeireiros, que se utilizam de diversas estratégias para tomar posse do território indígenas Borari em Alter do Chão, com a ocupação indevida. Utilizam-se de documentação ilegal, destruindo áreas verdes, ocasionando queimadas criminosas, com intuito de intimidação dos indígenas Borari. Essa situação tem gerado insegurança e revolta para o povo Borari, que vê seu território ameaçado, bem como sua cultura e modo de vida, pela expansão da fronteira do capital imobiliário e pela exploração dos recursos naturais.

A região do Lago do Jacundá foi cenário de intensos conflitos envolvendo os indígenas Borari, incluindo o embate com um empresário que reivindicava a posse da terra, acompanhado por seus seguranças. Conforme relatado pela cacica em uma entrevista concedida em 2021:

De um lado eram 17 homens armados até os dentes e, de outro, eram mulheres e homens, a gente correu no meio do fogo, caindo dentro d’água, assustados com os tiros que vinham de todos os lados. Atravessamos a nado o Lago do Jacundá, um indígena com bala alojada no corpo, graças a Tupã²² Nenhum de nós saiu morto, mas por muito pouco não aconteceu o pior, ninguém morreu (Neca Borari, em dezembro de 2021).

²¹ “Laranja” termo popular utilizado para designar uma pessoa que empresta seu nome, ocultando a identidade de terceiros em transações ilegais.

²² Tupã é uma divindade central na cosmogonia de diversos povos do tronco linguístico Tupi, sendo invocado em rituais e oferendas como expressão de gratidão e reverência.

Os avanços das grilagens no território Borari em Alter do Chão teve outro episódio em setembro de 2019, quando terras da APA sofreram com intenso incêndio, que dava para ser visto da orla de Alter do Chão. De acordo com os levantamentos realizados pela Brasil de Fato, em reportagem publicada em fevereiro de 2021, o incêndio criminal devastou aproximadamente de 1.267,75 mil hectares da Floresta Amazônica. As autoridades locais culpam os grileiros pelo incêndio (Imagem 30).

Imagem 30: Incêndio em 2019 na APA Alter do Chão.



Fonte: Eugênio Scannavino, 2019.

De acordo com o Ministério Público Federal, o início do foco do incêndio ocorreu em uma área localizada às margens do Lago Verde, local conhecido pelos indígenas Borari de Capadócia. Sendo que, de acordo com as investigações, a área estava sendo ocupada de forma ilegal, ocorrendo a tentativa de se fazer no local um loteamento de uma empresa imobiliária. De acordo com as investigações, os focos iniciais foram em três áreas diferentes, porém não acharam indícios para que fosse encontrado o autor do crime ambiental. Dessa forma, o incêndio de 2019, na APA Alter do Chão, foi arquivado pela Justiça Federal por falta de provas.

Após esse incêndio de 2019, novos focos de incêndio atingiram a APA Alter do Chão nos anos seguintes. Em setembro de 2020, bombeiros que atuavam na Ilha do Amor avistaram um incêndio em uma área de savana e solicitaram o apoio do Corpo de Bombeiros de Santarém para conter as chamas. O combate ao fogo durou aproximadamente quatro horas (imagem 31) e atingiu uma região oposta à afetada no ano

anterior. O Corpo de Bombeiros levantou a hipótese de que funcionários de empresas imobiliárias tenham incendiado a vegetação desmatada dos lotes, resultando na propagação rápida das chamas devido à ação do vento.

Imagem 31: Área atingida pelo incêndio



Fonte: Kamila Andrade, G1 em 22 de setembro de 2020.

Os incêndios nessa área continuaram durante três dias consecutivos, com a atuação do Corpo de Bombeiro para conter e apagar as chamas que iniciaram no domingo e se estenderam até terça. Após os incêndios, foi enviado para o local equipes de fiscalização ambiental, juntamente com equipes de segurança pública, que constatarem a demarcação de cerca de 200 lotes ilegais. Esses lotes estavam sendo oferecidos em propagandas na *internet*. Após a descoberta, foi aberto um inquérito para a investigação sobre os incêndios criminais, bem como sobre os lotes irregulares (Imagem 32).

Imagem 32: Placa encontrada em um lote localizado dentro da APA Alter do Chão.



Fonte: Kamila Andrade, G1 em setembro de 2020.

A grilagem no território Borari de Alter do Chão vem crescendo e causando desmatamento ilegal na região. De acordo com o IPAM (2024, p. 3), “esse crime se desdobra em uma série de problemas, incluindo o acirramento da crise climática e o aumento da violência contra populações tradicionais e originárias”.

A prática de incêndios sem procedências, que escondem o verdadeiro intuito de insistir em colocar fogo na APA Alter do Chão, vem acontecendo gradativamente. Em dezembro de 2021, foi registrado outro incêndio florestal, na mesma região da Capadócia, no Eixo Forte, área que está incluída no processo de demarcação do território indígena Borari de Alter do Chão. O chamado para a equipe do Corpo de Bombeiros de Santarém, foi de moradores de Alter do Chão. Para conter as chamas, os bombeiros trabalharam a noite toda, com intuito de evitar danos maiores ao meio ambiente, para que não tivesse proporções do incêndio do ano de 2019 (Imagem 33).

Imagem 33: Corpo de bombeiro no combate de incêndio na APA Alter do Chão.



Fonte: 4º Grupamento Bombeiro Militar Santarém /PA em dezembro de 2021.

No processo das queimadas e de destruição da APA Alter do Chão, que está inserido no território reivindicado pelos indígenas Borari, a grilagem da terra é perversa e está em ritmo acelerado. Parte da área incendiada em 2019 passou a ser loteada por empresas imobiliárias, revelando uma rede de grilagem em conjunto com mercado imobiliário, que vem ocorrendo, com a venda dos lotes pela internet, em placas espalhadas no decorrer da PA-457 (Rodovia Everaldo Martins).

Os lotes vendidos variam de valores de acordo com a proximidade da praia e do Rio Tapajós, que de acordo com relatos de entrevista realizado com corretor de imóveis, pela revista online Jornalistas Livre, “em ambos os lados do ramal, placas numeradas marcavam a divisão de 82 lotes de 40 por 12 metros que eram vendidos por 4 mil reais cada – podendo ser pagos por meio de uma entrada de 300 reais e parcelas de 250 reais” (Alves; Lima; Rodrigues, 2022, p. 1). O Loteamento, que se chama Cajual, já estava com quase seus os lotes vendidos, os repórteres se passaram por compradores para obterem as informações.

Imagem 34: Mancha das queimadas na área Capadócia em 2022.



Fonte: Mário Rodrigues, Amazônia Real, em 16 de agosto de 2022.

A grilagem no território da APA Alter do Chão, atinge diretamente os indígenas Borari de Alter do Chão, que buscam, por meio do pedido de delimitação de sua terra, combater essa prática ilegal que a cada ano vem ficando desordenado, queimando a floresta Amazônica e destruindo sua biodiversidade (Imagem 34). Para o IPAM (2024, p. 3), “atualmente, pessoas e empresas dificilmente entram em áreas para grilar sem saber que são públicas, os grileiros fazem um levantamento para identificar as características da terra, se a área é plana, com fácil acesso à água e à estrada”.

A diminuição, o sucateamento dos órgãos de fiscalização ambiental de 2018 a 2022, corroborou para o avanço dos incêndios. Ainda facilitou o avanço da grilagem seguido da especulação imobiliária na APA Alter do Chão. Para o IPAM (2024, p. 3), “o enfraquecimento do controle ambiental, reflete na defasagem entre a força de trabalho dos órgãos ambientais e o número de cadastros para analisar e validar”.

A expansão da fronteira do capital envolve uma longa lista de rede de agentes, composta pelos grileiros, cartórios, órgãos públicos, empresas georreferenciamento, empresas imobiliárias e advogados. De acordo com denúncias, o poder público municipal libera laudos ambientais de forma indevida, dando aval para empresas imobiliárias, que contratam grileiros como suas testas de ferro (laranjas) formando uma rede que vem

dominando e avançando na destruição da APA Alter do Chão. Logo, atinge os indígenas Borari que estão com o processo de pedido de demarcação para frear essas condutas dentro do seu território.

O papel de destaque nessa luta, é dado às mulheres indígenas Borari, que vem aprendendo informações sobre seus direitos ao território com o intuito de fortalecer o movimento indígena e empoderar o grupo que é representado pela cacica Neca Borari. Na luta pela coletividade, ampliando o diálogo sobre a defesa da Amazônia, da APA Alter do Chão, do território dos indígenas Borari.

3.3 O TURISMO DE MASSA QUE AFETA O TERRITÓRIO INDÍGENA BORARI.

Alter do Chão
Território dos Borari,
Situada no coração da Amazônia,
Conhecida por sua beleza esplendorosa,
Praias de areia branca,
Águas quentes,
Do rio Tapajós,
Quem a conhece,
Não esquece,
Devido aos bons sentimentos,
Que são despertados,
Lembrando a sensação de romance,
Que encanta,
Desde o primeiro olhar,
Um lugar marcante,
Por sua natureza,
Pelo povo acolhedor,
Paraíso gracioso,
Possui o papel vital,
Na preservação ambiental,
Na vida de seus primeiros habitantes,
Os indígenas Borari
Possui lugar marcante,
Tomada pela ancestralidade,
Do seu povo Borari.
Suzanny Cunha, agosto de 2024.

Alter do Chão, distrito de Santarém, ganhou no cenário internacional em 2009 após a publicação de uma reportagem no jornal inglês *The Guardian*²³. O periódico convidou dez especialistas a selecionarem as dez melhores praias do Brasil, e Alter do Chão foi eleita a primeira praia de água doce, dentre as dez melhores praias do Brasil. Conhecida como o “Caribe do Brasil”, devido sua extensa faixa de areia branca, banhada

²³ The Guardian: 10 melhores praias do Brasil. Link: [As 10 melhores praias do Brasil | Férias no Brasil | O guardião \(theguardian.com\)](https://www.theguardian.com/travel/2009/aug/24/brazil-beaches). Acesso em: 20 de agosto de 2024.

pelo rio Tapajós, possui águas azul cristalino. Ainda contam com o Lago Verde ou Lago dos Muiraquitã, que recebe o nome de “Ilha do Amor”²⁴, com sua localização privilegiada em frente a Alter do Chão (Imagem 35).

Imagem 35: Ilha do Amor.



Fonte: Prefeitura de Santarém, março de 2024.

A divulgação da reportagem sobre Alter do Chão gerou um *boom* no cenário turístico local, impulsionando um fluxo intenso de visitantes vindo de todos os locais do planeta, especialmente entre os meses de março e dezembro. Para Cruz (2003, p. 5), “o turismo é uma prática social, que envolve o deslocamento de pessoas pelo território e que tem no espaço geográfico seu principal objeto de consumo”. Dessa forma, o espaço geográfico se configura como mercadoria de consumo do capital.

O turismo de massa é um fenômeno que surge no século XIX e vem associado aos destinos turísticos visados, que atraem grande número de visitantes em um curto período. O distrito de Alter do Chão tem o turismo como a sua principal atividade econômica, o que gerou o crescimento de redes hoteleiras, pousadas, restaurantes, agências que promovem passeios de lancha, lojas de confecções de biquínis etc. De acordo com Branco; Magalhães (2020, p. 23), “o turismo de massa é compreendido como uma construção do capitalismo que contribui para a garantia dos ideais liberais de democracia, cidadania e liberdade”.

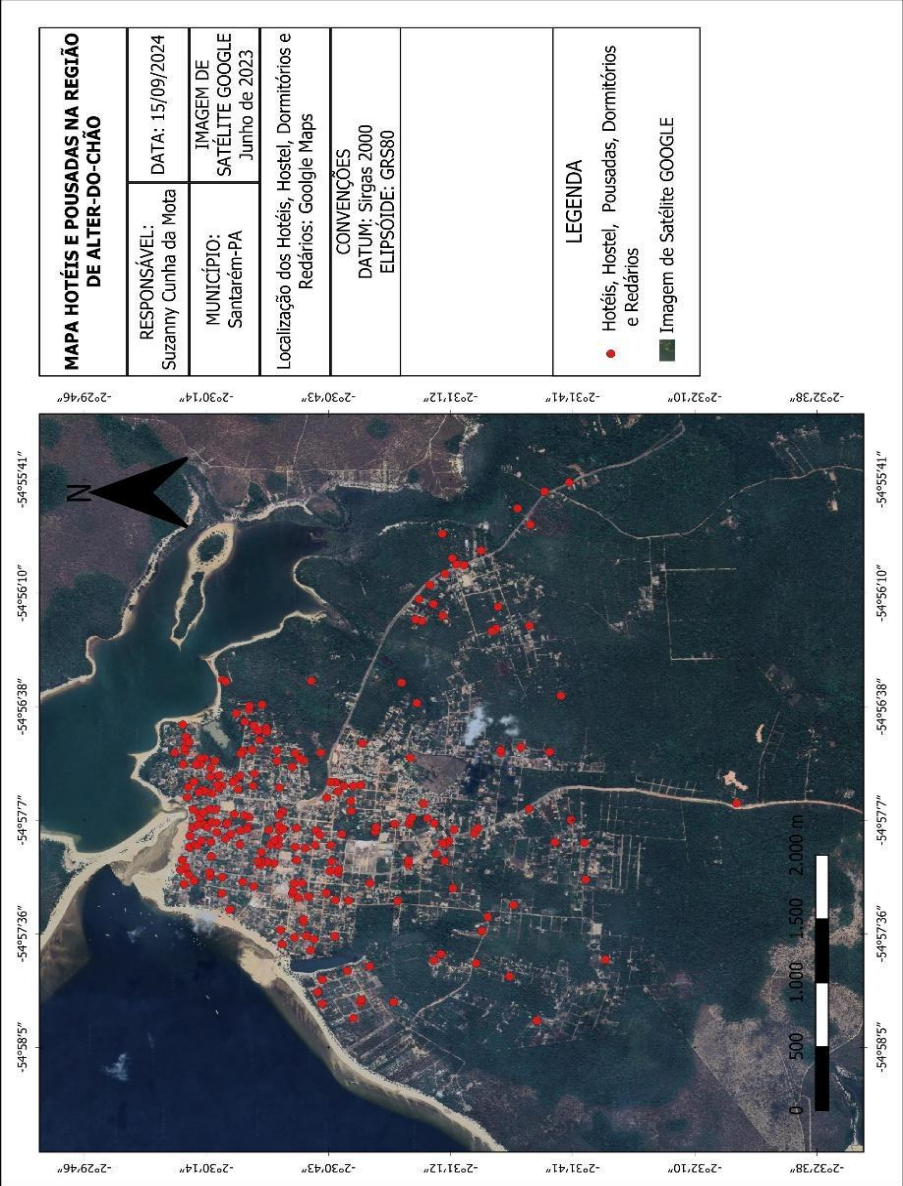
²⁴ Ilha do Amor: A origem do nome é devido à sua beleza exuberante e ao *marketing* turístico. Nota da autora.

O crescimento do turismo de massa veio acompanhado do aumento de empresas do setor imobiliário, que se instalaram principalmente na região central de Alter do Chão, ou nos arredores do Rio Tapajós e do Lago Verde. Essa nova demanda acelerou a expansão urbana em Alter do Chão, intensificou os investimentos em infraestrutura para Alter do Chão, com a ampliação da rodovia PA-457, com ruas sendo asfaltadas, com criação de sistema de abastecimento de água, implantação de rede de esgoto, coleta de lixo, etc.

Os hotéis, pousadas, *hostel*, dormitórios e redários cresceram de forma acelerada, como podemos ver no mapa de localização dos hotéis e pousadas (Mapa 10) e para a determinação da localização dos estabelecimentos no mapa, fez-se uso da plataforma *Google-Earth*. Os pontos em vermelhos indicam a localização aproximada dos referidos locais. Podemos observar que o turismo de massa influenciou a abertura desses mais de duzentos hotéis, pousadas e dormitórios, localizados nas diversas regiões de Alter do Chão, sendo que sua maior concentração se dá na região central do distrito.

Podemos observar que no entorno da orla, em frente à praia e do rio, encontramos a maior concentração da rede de hotéis. Essas áreas que antes eram cheias de árvores, locais de lazer dos indígenas Borari, foram tomadas por grandes construções de hotéis. A floresta deu lugar a pontos comerciais, com isso, o povo Borari está perdendo seus espaços, suas áreas verdes, seu território. A cacica sempre está em diálogo com seu povo, orientando-os para que eles não vendam suas terras, para que juntos continuem lutando pelo território Borari de Alter do Chão.

Mapa 10: Mapa hotéis e pousadas na região de Alter do Chão.



Fonte: Mota, setembro de 2024.

O setor hoteleiro tem como objetivo ocupar os lugares centrais de Alter do Chão, pontos que recebem os turistas, ao mesmo tempo que gera renda, degrada o meio ambiente, mata a cultura dos indígenas Borari, afastando-os para áreas que estão localizadas longe do centro, longe dos serviços, e em locais que não possuem nenhuma infraestrutura.

A popularização de Alter do Chão, por meio da mídia, *internet* e agências de turismo, ocasionou o turismo de massa, onde as agências de viagens oferecem pacotes turísticos com valores exorbitantes, que variam de R\$ 2.990,00 a R\$ 3.322,22, para uma estadia de quatro dias, vendidos em *sites* da *internet*. A época de maior fluxo é entre julho e dezembro, período do verão amazônico e da seca do rio, onde despontam os

bancos de areias branquinhas que encantam e concentram em curtos períodos, por meio de ofertas de serviços padronizados, os turistas.

As agências de turismo vendem pacotes na *internet*, utilizam textos que romantizam e idealizam a história da fundação de Alter do Chão, ocultando a existência de seus primeiros habitantes. Esses textos não exploram as consequências sofridas pelos indígenas Borari ao longo de todo processo histórico. Preferem dar visibilidade à fundação da vila pelos jesuítas, referindo-se a eles de maneira pejorativa, utilizando o termo “índios”, com um único intuito que visa o lucro acima da exploração pelo turismo. Essa é uma prática que mascara os conflitos existentes e deixa de lado os impactos que o turismo de massa acarreta na questão ambiental, social e cultural.

O governo municipal, junto à secretaria de turismo, realiza o planejamento das temporadas de transatlânticos com escala em Santarém e Alter do Chão. De acordo com a reportagem da revista eletrônica “Jeso Carneiro” de outubro de 2023, “entre 2023 /2024, a região recebeu vinte e oito navios internacionais transatlânticos” (Imagem 36). Segundo levantamento realizado pela prefeitura, durante essa temporada nove navios se deslocaram para Alter do Chão. Estima-se que nesse período foram injetados cerca de R\$ 23 milhões na economia do município de Santarém, com a visita de aproximadamente 33 mil turistas internacionais.

Imagem 36: Transatlântico parado no rio Tapajós em frente a Santarém.



Fonte: Secretaria Municipal de Turismo/PMS, 2023.

Em setembro, com a tradicional Festa do Sairé, o turismo de massa se intensifica. Alter do Chão então recebe uma grande quantidade de turistas, de diversos lugares do mundo, algo em torno de 100 mil pessoas participam do Festival. No decorrer dos cinco dias movimentam de 15 a 20 milhões de reais.

Outro ponto que acontece envolvendo o turismo é o envolvimento de turistas estrangeiros com mulheres indígenas Borari, que em muitos casos, casam-se e se mudam para fora do Brasil.

O turismo de massa acarreta vários impactos em Alter do Chão, com o grande volume de visitantes, com foco principal na economia no consumo de serviços e produtos, sendo que o grande fluxo de pessoas ocasiona impactos ao meio ambiente, com a poluição, aumento da produção de lixo, degradação do ecossistema. Todos esses eventos causam impactos sociais, principalmente, no que concerne o aumento do custo de vida em todo distrito.

As mulheres indígenas Borari tem como principal atividade econômica o turismo, trabalhando nas barracas de comidas na Ilha do Amor. Com suas barraquinhas localizada na Praça central denominada de Sete de Setembro, elas vendem doces, comidas típicas paraense e o artesanato (Imagem 37). Ao anoitecer a praça é o ponto de encontro dos turistas e dos nativos, em seu entorno encontram-se bares, restaurantes, sorveterias, supermercado etc.

Imagem 37: Barracas na região central de Alter do Chão Praça Sete de Setembro.



Fonte: Monique Renne, 2022.

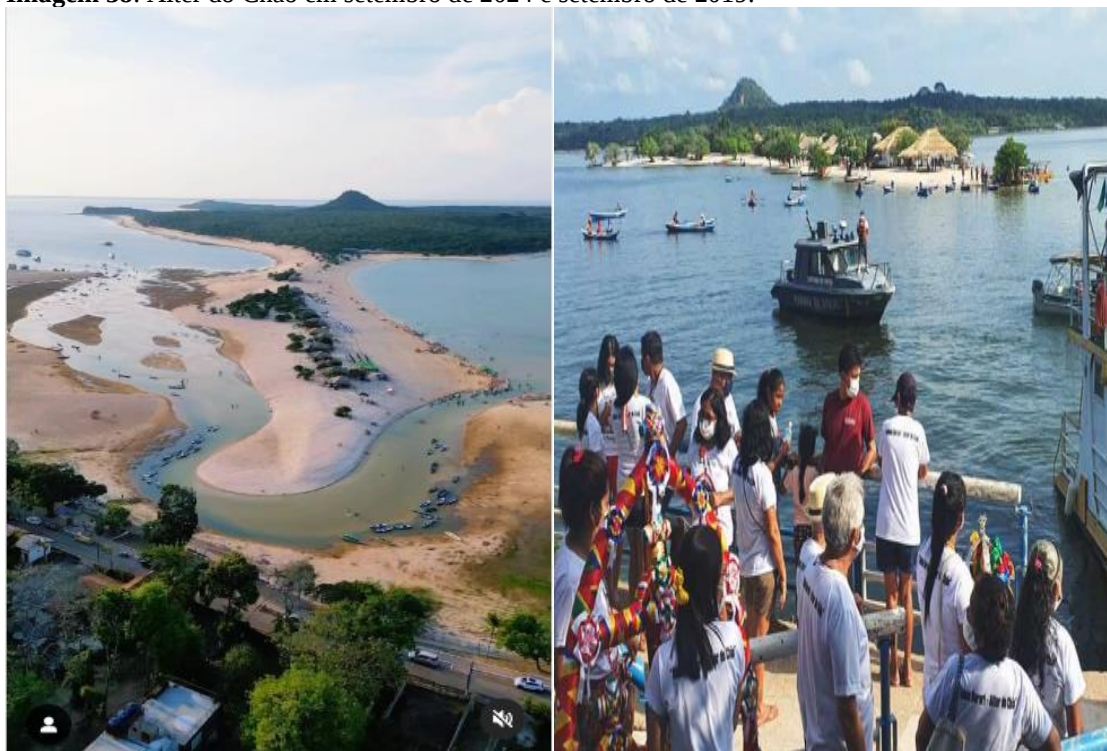
Impulsionado pelas belezas naturais, pelos investimentos públicos no setor de turismo, Alter do Chão passou por um processo de alteração do uso de suas terras, reestruturação do espaço, com construção de redes hoteleiras, pousadas e restaurantes de alto padrão, com concentração na área central, que possui infraestrutura.

Em 28 de abril de 2022, a Assembleia Legislativa do Estado do Pará, por via da Lei nº 9.543, declarou que o Distrito Administrativo de Alter do Chão foi declarado como patrimônio cultural material e imaterial do Estado do Pará. Esse destaque, por meio dessa lei, é uma marca importante para o processo de reconhecimento da identidade dos indígenas Borari, visando a preservação da cultura e da história local, que vai de encontro à lógica do turismo predatório de massa que vem acontecendo. Os novos comportamentos visam o lucro, voltados somente para expansão da fronteira, o que ocorre com crueldade. Isso destrói a base do turismo comunitário dos indígenas Borari, que possuem um lugar de segundo plano, imperceptíveis aos olhos dos turistas e do governo que acaba por destinar poucos incentivos, causando impactos financeiros, culturais, na vida daqueles que sempre estiveram presentes no território, os indígenas Borari de Alter do Chão.

O capitalismo é um sistema que se mantém na exploração dos territórios, transformando a natureza em mercadoria, o que vem reproduzindo desigualdade social e ambiental em Alter do Chão. “Na lógica capitalista, o espaço é um meio de produção materialista, controle e potência, lócus das relações sociais e de produção do trabalho” (Lefebvre, 2013, p. 45).

As mudanças já que vem acontecendo em Alter do Chão, como demonstrado na comparação (Imagens 38). Pode-se observar a diferença da vazante do rio em setembro, entre os anos de 2024 e 2019, por conta da destruição do meio ambiente, das mudanças climáticas que vêm sendo sentidas por meio da seca extrema do rio Tapajós e que levou, pela primeira vez, a Agência Nacional das Águas (ANA) declarar no mês de setembro de 2024 estado de calamidade e escassez hídrica do rio Tapajós. Isso ocorreu, pois, a vazante e a estiagem foram intensas desde o então mês de setembro, sendo que o ápice da seca acontece somente no mês de novembro, ou seja, o período de baixa do rio se antecipou no ano de 2024. Esses impactos sofridos pelo território, acarreta vários transtornos para a vida de todo povo Borari de Alter do Chão.

Imagem 38: Alter do Chão em setembro de 2024 e setembro de 2019.



Fonte: Foto 1: *Instagram* Melhores de Alter. Disponível em: <https://www.instagram.com/melhoresdealter?igsh=ejcycnR2MTQ3bHd6>. Acessado em: setembro de 2024. Foto 2: Marinha do Brasil. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/noticias/marinha-fiscaliza-embarcacoes-durante-festival-saire-em-alter-do-chao-pa>. Acessado em: setembro de 2024.

O turismo de massa em Alter do Chão, movido pelo atrativo das belas paisagens naturais e divulgação feita pelas mídias, gera impactos negativos no território indígena Borari de Alter do Chão. De um lado, o turismo está como uma importante atividade econômica, por outro lado, tem causado o aumento da especulação imobiliária, que causa a descaracterização das paisagens naturais, a perda de espaço de uso comum para os indígenas Borari, alterando a dinâmica territorial e contribuindo para a desvalorização cultural deste povo. As mulheres indígenas Borari resistem pela preservação do território, sendo que o crescimento acelerado do turismo de massa ameaça a cultura Borari e faz com que suas vozes sejam propagadas por meio dos cantos, do artesanato e das diversas ações culturais promovidas para afirmação de sua identidade.

O crescimento da rede hoteleira, o aumento de fluxo de turistas no período de alta temporada, e durante o Sairé, causam diversos problemas, como o aumento do custo de vida e da produção de lixo, que afeta diretamente a natureza e causa degradação ambiental. Esses problemas acontecem devido ao crescimento urbano em Alter do Chão e da falta de planejamento e infraestrutura.

3.4 CORPO-TERRITÓRIO: PELO OLHAR DA MULHER INDÍGENA BORARI.

Marcado pela invisibilidade,
Pela resistência das mulheres,
Indígenas de garra,
De luta,
De empoderamento coletivo,
O rio são seus territórios,
A terra é lugar sagrado,
A cultura é rica,
De ancestralidade,
De significados,
De encantarias,
De vida,
De corpos experientes,
De corpos com identidade,
Borari de Alter do Chão.
Suzanny Cunha, setembro de 2024.

O corpo-território na vida das indígenas Borari possui significado de extensão de seus corpos, tornando-se indissociáveis, que precisa ser defendido, cuidado, o que torna o corpo um campo de enfrentamento central dentro da luta política, social, cultural e na resistência de defesa de seu território. Portanto, visando o coletivo como um todo, trazendo a comunidade junto e em defesa de suas vidas. Para Zaragocin e Carretta (2021, p. 1507), “estes são arcabouços conceituais feministas que descolonizam os feminismos latino-americanos e, quando contextualizados dentro da geografia latino-americana, também desarticula os arcabouços dominantes masculinizados”.

Na América Latina o debate sobre o conceito corpo-território tem sido amplamente explanado. De acordo com Zaragocin e Carretta (2021, p. 1508), “esses debates feministas contemporâneos acontecem por duas razões: a importância da práxis coletiva feminista e dos espaços e a virada epistemológica implícita no feminismo decolonial latino-americano.”

“Na Geografia latino-americana somente estudos mais recentes deram maior ênfase ao debate sobre o corpo” (Haesbaert, 2020, p. 77). No Brasil a geógrafa Joseli Silva, destaca-se, por seus artigos que abordam a temática do corpo é abordado na geografia nacional. No entanto, pesquisas que sobre corpo-território no Brasil, ainda são escassas, com poucas publicações disponíveis para o público.

O controle sobre os corpos das mulheres indígenas em diversos âmbitos da sociedade sofreu mudanças, que se iniciaram na época da colonização e com a sistematização do patriarcado, onde elas se tornaram subordinadas, sendo silenciadas, além de terem suas vidas mudadas, transformando-se em espectadoras nas tomadas de

decisões de seus corpos. De acordo com Marchese (2020, p. 277), “desde o Estado-nação, a Igreja, a família, as relações de casal, as empresas privadas, a sociedade civil e suas múltiplas formas de organização social, o sentido da existência das mulheres transcende as fronteiras corporais”.

“Esta materialidade a que chamamos corpo, a materialidade que somos, tem sido abordada de distintas maneiras desde a geografia, em particular desde a geografia feminista” (Marchese, 2020, p. 280). Corpo-território é utilizado como conceito e método, desenvolvido pelas indígenas na América Latina, que de acordo com Zaragocin e Carretta (2021, p. 1504), “essa relação entre terra e incorporação ao propor o conceito e o método de corpo-território, se origina da práxis crítica da geografia latino-americana”.

Para barrar os ataques desenfreados sofridos pela expansão da fronteira e dos agentes externos, as indígenas Borari buscam primeiramente a sua autoidentificação junto ao coletivo, para que em seguida seja iniciado o processo de demarcação das terras dos indígenas Borari de Alter do Chão no ano 2009. Essa luta contra controle e a opressão surge a partir da perspectiva do conceito de corpo-território, almejando desenvolver formas de vida justas, visando a sustentabilidade da mãe-terra, da Floresta Amazônica em pé, do Rio Tapajós e dos lagos, além de ampliar a autonomia e a autogestão da mulher indígena Borari de Alter do Chão que contempla todo seu povo.

O corpo da indígena Borari é um objeto político. Dessa forma, o corpo indígena é resistência, luta e poder, para que o avanço da expansão da fronteira, articulado com o aval de quem deveria defender o território indígena de Alter do Chão, os representantes do poder público. Não obstante, em conjunto com grandes empresários, pessoas que possuem influência e que agem na contramão da proteção da floresta e do rio, que de acordo com as leis, deveriam preservar, defender, cuidar e ter um outro olhar para aqueles que sempre estiveram presentes em Alter do Chão, os indígenas Borari.

Para garantir os direitos sobre seu corpo-território, iniciou-se em 2008, com o levantamento em campo, o processo de demarcação do território indígena Borari de Alter do Chão, com intuito de delimitar a área do território e dessa forma amenizar o avanço da expropriação do território indígena pela expansão da fronteira. De acordo com Pereira (2009, p. 6), “os Borari reivindicam o reconhecimento oficial das suas terras de ocupação tradicional, as quais abrangem, de maneira geral, as margens do Lago Verde, no baixo curso do rio Tapajós, e a região de seus igarapés formadores”.

Ao solicitar a delimitação, os Borari se unem na luta por seu coletivo, que revela a longa história de ocupação da terra, envolvendo laços emocionais, afetivos e a

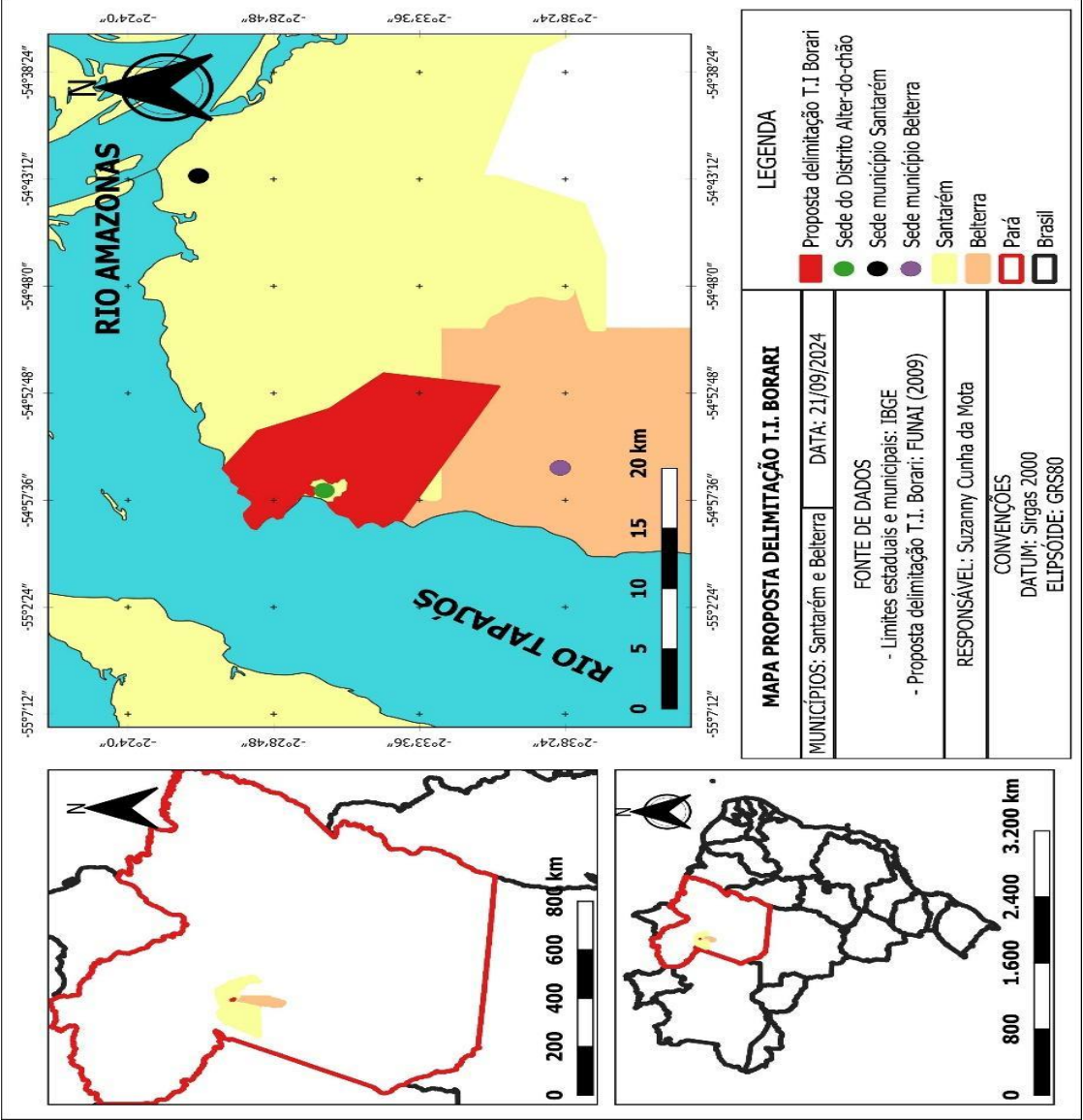
identidade deste povo, onde seu território é um espaço fundamental para a existência de seus corpos, de suas vidas. Para Pereira (2009, p. 6), “é a visão e a resistência nativa ante a iminência de seu etnocídio”.

“A afirmação da identidade Borari e a instrumentalização das leis indigenistas refletem a busca de uma coletividade por instrumentos que defendam suas formas de vida marcadas pelo comunitarismo e pelo uso comum das áreas de ocupação tradicional” (Pereira, 2009, p. 64). O conflito pela terra indígena Borari de Alter do Chão é um enfrentamento pela preservação de seu corpo-território, visto que para a mulher indígena Borari o território e o corpo estão interligados. O significado de território está para além de um espaço físico, porém faz parte da identidade, cultura, história, espiritualidade, uma vez que o seu corpo carrega as relações que acontecem no território, nas práticas tradicionais e nos saberes ancestrais.

O pedido de solicitação da demarcação e identificação do território indígena Borari aconteceu devido as várias ações ilegais, que visavam a ocupação e a posse da terra, que representam a proteção da vida e a continuidade da existência desse povo em seu território tradicional, sendo que a solicitação formal aconteceu em setembro de 2003, sendo o pedido de grande relevância para garantia da segurança jurídica do território Borari de Alter do Chão.

De acordo com Pereira (2009, p. 7), “o desenho da área teve como referência as áreas consideradas importantes para a história e para o futuro dos Borari, tais como Alter do Chão, o Lago Verde e os igarapés, lagos, praias, pontas, serras e sítios de “terra preta”. As áreas reivindicadas pelos indígenas Borari de Alter do Chão são essenciais para suas vidas, são seus lugares de ancestralidade, de seus sítios arqueológicos, de suas heranças culturais. O mapa da proposta de delimitação do território indígena Borari de Alter do Chão (Mapa 11) foi elaborada por meio das coordenadas que estão no Relatório circunstanciado de identificação e delimitação Terra indígena Borari de Alter do Chão, elaborado pela Funai no ano de 2009.

Mapa 11: Proposta de delimitação T.I. Borari.



Fonte: Elaborado pela autora, setembro de 2024.

O mapa da delimitação do território indígena Borari de Alter do Chão feito pela FUNAI em 2009, período que se inicia o pedido de demarcação do território Borari, deixando evidente que as áreas que possuem águas, no entorno da praia, são as mais cobiçadas pelo setor imobiliário. Essas áreas são de suma importância não somente para as mulheres indígenas Borari, mas para todo o povo Borari de Alter do Chão. O rio Tapajós, como disse a cacica, é território. O aquífero Alter do Chão é único aquífero localizado somente do Brasil, o rio e a terra indígena Borari sentem a destruição que vem sofrendo há alguns anos, o sentir da terra está ligado ao corpo das mulheres indígenas, que sentem tristeza, comoção, dor, que adoecem ao ver a degradação da floresta, a seca do rio Tapajós e dos lagos que refletem em todos os corpos dos indígenas Borari. A violência causada pela expansão da fronteira, visa somente a retirada dos recursos e o

lucro em cima do lucro, deixa rastros devastadores na vida daqueles que defendem seus territórios.

Ao propor o conceito de corpo-território como metodologia, Zaragocin e Caretta (2021, p. 1508), “apresentam o método para avançar a compreensão metodológica e conceitual de geógrafas feministas sobre as relações entre corpos, emoções, espaço e lugar, para a dissolução epistemológica entre a geografia feminista anglófona e latino-americana”. Na América Latina o conceito corpo-território surge com uma nova ferramenta para descolonizar (oposição), às metodologias nas pesquisas geográficas feministas, mas especificamente das mulheres indígenas.

O corpo-território enquanto método para apresentar o vivido, o olhar, o sentir, mostrando as ligações com o território, o posicionamento corporal, a vivência de um coletivo de mulheres no formato visual, que possuem o objetivo político, demonstrando como as atividades de destruição de seus territórios, causam grandes impactos sobre seus corpos e possibilitando a criação de uma nova cartografia social, que coloca a amostra como são sentidas, as relações de poder e de desigualdade de gênero pelos corpos das mulheres. Esse conceito evidencia aquelas que sempre estiveram à margem da sociedade, as mulheres indígenas, intensificando o empoderamento feminino, consolidando suas identidades coletivas e mostrando situações de opressão e expropriação que ocorrem em seu corpo-território.

O Corpo-território nesse sentido faz com que percebamos que, “a compreensão da incorporação e sua relação com a terra na geografia feminista, aborda explicitamente a escala do corpo metodologicamente por meio da coleta e validação de dados via um método participativo, prático e visual” (Zaragocin e Caretta, 2021, p. 1511). A união do coletivo, das comunidades indígenas da América Latina é crucial para que a descolonização aconteça, seus corpos-territórios são um só corpo coletivo que faz parte do território, da terra, do seu lugar, uma realidade oposta à dos colonizadores que visam somente o corpo individual.

O conceito de corpo-território para as mulheres Borari surge como uma defesa política de resistência a expansão da fronteira e a ocupação dos agentes externos no território, sendo que a demarcação possui um sentido para além do espaço físico, onde não se separa seus corpos e o território, visando a preservação de seus modos de vida tradicional, espiritualidade e cultura.

Considerações Finais

A defesa e resistência das mulheres indígenas Borari pela demarcação do seu território e pelo reconhecimento de sua identidade é um exemplo representativo da luta indígena no Brasil. As mulheres indígenas, com sua força de liderança e sua herança ancestral, possuem papel fundamental nessa luta, formando os coletivos de mulheres indígenas, como o coletivo Sapú-Borari, além de mobilizar o seu povo em defesa de seus direitos constitucionais.

As indígenas Borari possuem histórico de luta e liderança desde o período da colonização. Elas vivem sob ataques contra seu povo, sua vida, seu território. Em contrapartida, ao ocuparem os espaços políticos, e de representação, fortalecem a voz do coletivo, formando uma barreira de defesa no território Borari de Alter do Chão.

A organização dos povos do Baixo Tapajós possui grande representatividade, o que consolidou a união dos povos indígenas no Oeste do Pará, na luta por seus territórios demarcados, por seus direitos, identidade, sendo um marco importante na história da região do Baixo Tapajós. O CITA foi formado para unir, organizar e fortalecer os coletivos indígenas da região do Baixo Tapajós. Constituído por treze povos, possui papel fundamental pela defesa do território, da Floresta Amazônica, da biodiversidade e da cultura tradicional.

Após a retomada da identidade indígena, anteriormente classificados como “caboclos”, corroborou para que os povos indígenas afirmassem a sua ancestralidade e juntos lutassem por seus direitos de forma organizada e respaldada juridicamente. A atuação do CITA, em parceria com outras organizações, é essencial para dar visibilidade a luta dos povos indígenas do Baixo Tapajós, que enfrentam desafios com o avanço do desmatamento ilegal, garimpo predatório e a iminência de construção de hidrelétricas, fatores que colocam em risco seus territórios originários. A participação das mulheres indígenas dentro do movimento, e enquanto protagonistas da luta, promove a igualdade de gênero dentro das comunidades indígenas.

O movimento das mulheres indígenas latino-americanas, representa uma grande união e força na luta pela defesa de seus territórios, do meio ambiente e dos direitos dos povos originários, dando visibilidade à luta e resistência, para enfrentar os desafios impostos pelo modelo capitalista, demonstrando a força da organização, no combate à exploração dos territórios indígenas, que visam somente lucro e a destruição da natureza, sendo que a luta das mulheres indígenas não se dissocia da dos povos indígenas.

A articulação em redes nacionais e internacionais fortalece o movimento das mulheres indígenas, ampliando a ressonância de suas vozes em espaços políticos e de tomada de decisão, anteriormente inacessíveis e marginalizados. A ocupação de cargos políticos de destaque no Brasil, como os de deputada e ministra, exemplifica o avanço desse coletivo no cenário nacional.

No Brasil a Marcha das Mulheres Indígenas, que iniciou no ano de 2019, é um marco de luta, resistência, referência e união do movimento das mulheres indígenas no país. Ao longo da realização das três edições da Marcha, o evento ganhou visibilidade e se consolidou como resistência, articulação política, reunindo uma pluralidade de mulheres indígenas de etnias diferentes e das diversas regiões do país. A Marcha é um evento que vai além da dimensão política, sendo um momento de celebração cultural, de ancestralidade, da força da mulher indígena, um espaço de empoderamento feminino, de construção de alternativas de defesa e trocas de experiências.

A participação de mulheres indígenas de outros países é um marco importante para o movimento das mulheres indígenas do Brasil. Reforça a proporção alcançada, sendo de nível global, na luta pelos direitos dos povos originários e evidencia a importância de articulação internacional na participação da marcha no Brasil proporcionando maior visibilidade ao evento.

O conceito de corpo-território é uma defesa política para o movimento das mulheres indígena latino-americanas, sendo uma ferramenta de resistência, emancipação e descolonização. Corpo-território supera o significado de território enquanto apenas uma propriedade onde se exerce poder, sendo uma conexão de vida, ligação do corpo com o território ancestral, espiritual, marcado pela história e cultura dos povos indígenas.

Esse conceito é uma ferramenta na busca por autonomia e emancipação, que faz com que as mulheres indígenas lutem por seus direitos territoriais de continuarem vivendo em suas terras tradicionais, afirmando sua identidade e rompendo com o pensamento colonial, criando uma nova maneira de pensar o corpo, o território, na luta por justiça ambiental, social e de identidade.

A metodologia qualitativa de observação participante é uma ferramenta importante para a compreensão das complexidades da humanidade, em que o campo e a interação com os sujeitos da pesquisa, aguça o olhar sobre vivência e experiências das observações sociais. O pesquisador, ao fazer parte da vida do sujeito, não somente observa, passa a ter contato pessoal, caminhando junto, convivendo, integrando-se aquele determinado povo. Ele passa a conhecer particularidades que existe por traz de costumes,

crenças e da vivência com as diferentes culturas. Isso somente é possível por meio dos campos realizados, do uso do diário de campo, de um determinado tempo de convívio para compreensão da realidade social mediante olhar e sentir do participante.

A utilização da metodologia de observação participante no território das mulheres indígenas Borari foi importante para o entendimento da história do lugar, das lutas pelo território, pela identidade e as transformações que ocorreram no espaço desde o avanço da fronteira pelos agentes externos. Ao acompanhar o dia a dia do povo Borari, ao participar de suas atividades, ao ouvir suas histórias e experiências, criou-se laços de confiança para que os dados fossem coletados de forma autêntica.

A pesquisa com uma mulher indígena Borari, com base na utilização da metodologia qualitativa de observação participante, apresentou-se como método importante para dar visibilidade a um grupo social historicamente invisível, além de contribuir na luta por seus direitos territoriais, pelo reconhecimento da identidade Borari em Alter do Chão.

A pesquisa de observação participante evidenciou a força das memórias sagradas na preservação da identidade dos indígenas Borari, sendo que as histórias cantadas, os saberes ancestrais, os rituais, o artesanato, a cerâmica tapajônica, são elementos que mantém viva a cultura Borari; não somente, ela fortalece os laços de ancestralidade com o território. As manifestações culturais como o Festival do Sairé são momentos de reafirmação da ancestralidade e da transmissão dos saberes para as próximas gerações.

A escola e a creche indígena são cruciais para que as memórias sagradas sejam presentes no dia a dia dos Borari. Ao participar dos puxiruns, ao realizar a observação das atividades na AIBAC e ao interagir com os indígenas, possibilitou-nos a compreensão da importância do trabalho coletivo ao dar continuidade à cultura e prosseguir na luta pela demarcação do território Borari.

A fronteira em expansão, utiliza-se da cultura dos indígenas Borari para movimentar a economia local. A vila se transformou em distrito turístico, gerando lucro para as redes de hotéis e para as empresas imobiliárias, impulsionando o turismo de massa, sendo que essas mudanças acarretaram impactos significativos na vida da mulher Borari, prejudicando o modo de vida tradicional e afetando a relação de ancestralidade que as ligam ao território.

No ano de 2024, durante a Festa do Sairé, o Boto Tucuxi em sua apresentação, encerrou sua participação com a líder dos Borari, a cacica, principal interlocutora da pesquisa. Ela trazia consigo uma faixa que continha a frase: “Morada Pira jaguara,

demarcação já!”, frase que remete à morada do boto tucuxi e dos indígenas Borari de Alter do Chão e a sua eterna morada dos saberes, da arte, da fé, a essência de toda a ancestralidade, do território, da cultura e do respeito com a mãe natureza, enquanto o momento de afirmação da identidade indígena Borari.

A especulação imobiliária é uma problemática presente no território Borari de Alter do Chão. As ocupações e as formas de pressão utilizadas contra os indígenas mostram as dificuldades enfrentadas para a demarcação das terras em Alter do Chão. A utilização da técnica de atear fogo no território se configura como uma estratégia para destruir o meio ambiente e expulsar os Borari, enfraquecendo os laços com o território e causando danos ao meio ambiente. A luta pela demarcação é um grande desafio, devido aos vários tipos de interesses que permeiam o território, e por todo processo burocrático que envolve um pedido de demarcação. A garantia dos direitos ao território é fundamental para a reprodução da vida e da cultura dos indígenas Borari, para que seja efetivados os direitos é preciso realizar ações conjuntas com a mobilização de órgãos governamentais, da sociedade civil e o povo Borari.

A grilagem das terras no território Borari de Alter do Chão representa uma grave violação aos seus direitos. As queimadas criminosas, geram impactos sociais, ambientais e culturais que afetam todo o coletivo Borari. A terra para os Borari representa mais que um pedaço de chão, são seus corpos-territórios, sendo base de identidade, cultura e ancestralidade.

As ações dos grileiros são práticas ilegais realizadas no Brasil. Eles contam com a utilização de métodos que aparentam ser legais, porém escondem a pretensão de posse das terras indígenas. Essas ações somente acontecem devido ao apoio de empresas do ramo imobiliário e de funcionários públicos corruptos que emitem licenças para Áreas de Proteção Ambiental. São instrumentos utilizados para que seja alcançado os seus objetivos, resultando na perda de terras ancestrais, de áreas de preservação permanentes e intensificando os protestos pela demarcação do território Borari de Alter do Chão.

As mudanças que vêm acontecendo no território Borari são reflexo do turismo de massa, que leva milhares de pessoas para ir conhecer Alter do Chão nas altas temporadas, influenciados pelas mídias, que incentivam as pessoas a conhecerem o “Caribe brasileiro”. A especulação imobiliária caminha junto com o turismo, assediando o território indígena, na tentativa de comprar terras que estejam na área central, ou próximas do rio. A exploração causada pelo turismo invisibiliza os Borari, deixando-os em segundo plano, além de descontextualizar o protagonismo que esse povo exerce em seu território.

Os indígenas Borari, junto com o poder público e com os empresários, poderiam buscar alternativas para implantação de um programa de um turismo mais sustentável, que tenha responsabilidades com o povo Borari, respeitando a natureza e a cultura, para que seja promovido o desenvolvimento econômico e social de forma equilibrada. A criação da Lei nº 9.543, que declarou Alter do Chão como patrimônio cultural do Estado do Pará, é importante no sentido de reafirmar a identidade e a preservação da história, cultura e do território Borari de Alter do Chão. Dessa forma, é importante a aplicação de medidas concretas para a diminuição dos impactos causados pelo turismo de massa em Alter do Chão.

O cenário vivido em Alter do chão no ano de 2024, fez a Agência Nacional de Águas (ANA) declarar, pela primeira vez na história, em setembro de 2024, a situação crítica de escassez hídrica no rio Tapajós, um dos principais afluentes do rio Amazonas. Em meio a essa crise, Alter do Chão manteve sua posição enquanto um dos principais destinos turísticos do Brasil, sendo incluída no mapa do turismo brasileiro.

A escassez de água no rio Tapajós, deve-se a um longo período de baixas chuvas e de temperaturas altas, que causa impactos diretamente ao povo indígena Borari, que depende do rio para trabalhar na travessia da Ilha do Amor, das barracas na praia que vendem comidas típicas, na venda de artesanato, etc., além de impactar a navegação fluvial que é o meio de transporte utilizado para as cargas e pessoas.

O conceito de corpo-território é utilizado como o conceito central na luta das mulheres indígenas Borari pela demarcação de seu território, revelando a conexão entre o corpo feminino indígena e seu território ancestral, visto que o objetivo é visibilizar a percepção em relação aos impactos causados ao território. O corpo não é visto somente no sentido físico/biológico, mas como uma extensão viva do território indígena Borari, marcado pelo histórico de resistência, cultura, espiritualidade e ancestralidade. A cacica é a porta voz de seu povo, desta forma para ela o corpo-território é o corpo é do coletivo indígena, não é o corpo individual, já que toda a comunidade indígena sente os impactos causados pelas mudanças ambientais que vem ocorrendo em Alter do Chão, e que afetam profundamente a vida de toda comunidade indígena Borari em Alter do Chão.

Ao utilizar o conceito de corpo-território, o intuito é o de criar ações práticas de descolonização da ciência geográfica, que se originou da independência causada aos conceitos europeus, gerando fortalecimento de autoras que produzem a geografia feminista descolonial, visto que a mulher indígena Borari quer seguir livre, com sua autonomia política, econômica e cultural. Elas ainda querem preservar a sua identidade,

sabedoria ancestral, suas florestas, o mundo celestial, por suas origens, pela herança de seus antepassados, com suas emoções, com seu corpo, deixando de lado a herança herdada pela colonização, onde quem eram os detentores do poder/autonomia eram os invasores do território.

Essa pesquisa é uma colaboração para que a história de resistência e de luta das mulheres indígena Borari alcance visibilidade para além do seu Território. Uma forma de denúncia dos conflitos que há anos afetam os indígenas, e que vem acontecendo no Território Borari de Alter do Chão.

Corpo-território

Sem território sem água,
Sem água não tem vida,
Não tem sentido à vida,
Não se tem sentimento,
O bem mais precioso,
Para a mulher indígena Borari,
É a água e sua terra!
Sua morada desde o nascimento são as águas,
Do rio Tapajós,
Do lago verde,
Dos igarapés,
Sem água não tem povo Borari de Alter do Chão,
No Chão ancestral,
Que contempla e faz parte do corpo,
O Altar de Alter reluz o brilho do Tapajós,
O corpo coletivo,
Clama por socorro,
A terra sente,
O Território padece,
Território indígena Borari de Alter do Chão.

Suzanny Cunha, novembro de 2024.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria.; LIMA, Amanda.; RODRIGUES, Mário. Alter à venda. **Amazônia Real, Santarém**, 15, Agosto, 2022. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/especiais/alter-a-venda/>. Acesso em: ago. 2024.

AMANTE, Vandresa. 2º Marcha das mulheres indígenas marca a luta contra o “Marco temporal”. **Catarinas – Jornalismo independente feminista e antirracista**. Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://catarinas.info/2a-marcha-das-mulheres-indigenas-marca-a-luta-contr-o-marco-temporMarcha%20al/>. Acesso em: 18 de out. de 2023.

Articulação Nacional das mulheres indígenas guerreiras da ancestralidade (ANMIGA). **“Reflorestar mentes de sonhos, afetos, soma, solidariedade, ancestralidade, coletividade e história”**. Brasília: Conselho Indigenista Missionário (CIMI), 2021. Disponível em: [Reflorestar mentes de sonhos, afetos, soma, solidariedade, ancestralidade, coletividade e história | Cimi](https://reflorestarmentes.org.br/mentes-de-sonhos-afetos-soma-solidariedade-ancestralidade-coletividade-e-historia-cimi). Acesso em: 14 de out. de 2023.

Articulação Nacional das mulheres indígenas guerreiras da ancestralidade (ANMIGA). **II Marcha Nacional das Mulheres Indígenas: “Não lutar com a mesma arma do inimigo, não significa que estamos desarmados”**. Brasília: Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), 2021a. Disponível em: <https://apiboficial.org/2021/09/07/ii-marcha-nacional-das-mulheres-indigenas-nao-lutar-com-a-mesma-arma-do-inimigo-nao-significa-que-estamos-desarmados/>. Acesso em: 19 de out. de 2023.

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). **III Marcha das Mulheres Indígenas começa nesta segunda (10/09)**. Brasília: APIB, 2023. Disponível em: <https://apiboficial.org/2023/09/11/iii-marcha-das-mulheres-indigenas-comeca-nesta-segunda-1009/>. Acesso em: 20 de out. de 2023.

BIAZI, Aparecida Belino Padilha de.; PADILHA, Jandaíra Belino. Corpo território: O conhecimento ancestral resistindo ao tempo, a história e a memória da mulher Kaingang. **Cadernos Nauti: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural**, v. 10, n. 9, p. 199-221, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/230567/Corpo%20territ%C3%B3rio%20O%20conhecimento%20ancestral%20resistindo%20ao%20tempo%2c%20a%20hist%C3%B3ria%20e%20a%20mem%C3%B3ria%20da%20mulher%20Kaingang.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: maio de 2024.

BRANCO, Patrícia M. Castelo.; MAGALHÃES, Leandro Henrique. Turismo de massa: uma construção do capitalismo. **Revista Terra e Cultura**. Ano 21, n. 41, p. 23-29, 2005. Disponível em: <http://periodicos.unifil.br/index.php/Revistateste/article/view/1281/1161>. Acesso em: 20 de ago. de 2024.

BANIWA, Bráulina.; KAIKANG, Joziléia.; MANDULÃO, Giovana. **Mulheres: corpos-território indígenas em resistência!**. Porto Alegre. Fundação Luterana de Diaconia: Conselho de Missão entre Povos Indígenas. 2023. 32p. Disponível em: <https://www.luteranos.com.br/public/download.php?nome=mulheres-corpos-territorios->

[indu-genas-em-resistencia&file=202302/cd53d29b86796a6c3b054466592816a4.pdf](https://www.brasiledefato.com.br/2021/02/19/inquerito-sobre-incendio-em-alter-do-chao-pa-e-arquivado-sem-apontar-responsaveis). Acesso em: 22 de out. de 2023.

BARBOSA, Catarina. Belém (PA), 19 de fevereiro de 2021, Inquérito sobre incêndio em Alter do Chão (PA) é arquivado sem apontar responsáveis. **Brasil de Fato**. Disponível em: <https://www.brasiledefato.com.br/2021/02/19/inquerito-sobre-incendio-em-alter-do-chao-pa-e-arquivado-sem-apontar-responsaveis>. Acesso em: 30 de jul. de 2024.

BARBOSA, Lia Pinheiro.; NÓBREGA, Luciana Nogueira. A luta das mulheres indígenas na América Latina e a crise ambiental. **Ser Social**, Brasília, v. 26, n. 52, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.26512/ser_social.v25i52.45426. Acesso em: 19 de out. de 2023.

BARBOSA, Lia Pinheiro.; BUSTAMANTE, Mercedes Olivera.; CISNEROS, Araceli Calderón. O histórico caminhar das mulheres indígenas e camponesas na defesa dos territórios e dos bens comuns na América Latina. **O Público e o Privado**, v. 18, n. 35, p. 9-16, 2020. Acessado em: jan. de 2023.

BRASIL. Presidência da República. **LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/L12651compilado.htm. Acesso em: 07 de ago. de 2024.

BRASI, Presidência da República. **LEI Nº14.997, DE 15 DE OUTUBRO DE 2024**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2024/lei/l14997.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2014.997%2C%20DE%2015,Santar%C3%A9m%2C%20no%20Estado%20do%20Par%C3%A1. Acesso em: 01 de fev. de 2025.

CARNEIRO, Jeso. **Temporada de transatlânticos com escala em Santarém começa na 4ª, com Seabourn Pursuit**. Santarém: 2023. Disponível em: <https://www.jesocarneiro.com.br/turismo/temporada-de-transatlanticos-com-escala-em-santarem-comeca-na-4a-com-seabourn-pursuit.html>. Acesso em: 20 de ago. de 2024.

CHAVES, Kena Azevedo. Corpo-território, reprodução social e cosmopolítica: reflexões a partir das lutas das mulheres indígenas no Brasil. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales Universitat de Barcelona**, Barcelona, v. 25, n. 4, p. 51-71, 2021. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/32707/36399>. Acesso em: 15 de out. de 2023.

Conselho Indigenista Missionário (CIMI). **Marcha das Mulheres Indígenas divulga documento final**: “lutar pelos nossos territórios é lutar pelo nosso direito à vida”. Brasília: CIMI, 2019. Disponível em: <https://cimi.org.br/2019/08/marcha-mulheres-indigenas-documento-final-lutar-pelos-nossos-territorios-lutar-pelo-nosso-direito-vida/>. Acesso em: 22 de out. de 2023.

CRUTZEN, Paul Josef. Geology of mankind. **Nature**, v. 23, n. 415, 2002. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/415023a>. Acesso em: jan. de 2023.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Introdução à geografia do turismo**. 2. Ed. São Paulo: Roca, 2003. 125p. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001344950>. Acesso em: 25 de set. de 2024.

CRUZ HERNÁNDEZ, Delmy Tania. Una mirada muy otra a los territorios cuerpos femeninos. **Solar**, v. 12, n. 1, p. 35-46, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/326446571_UNA_MIRADA_MUY_OTRA_A_LOS_TERRITORIOS-CUERPOS_FEMENINOS_1_A_very_other_gaze_at_the_territories-female_bodies. Acesso em: 15 de out. de 2023.

FERREIRA, Edilberto. **O berço do Sairé**. Santarém: Editora Valer, 2008. 188p.

GAGO, Verónica. **A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo**. São Paulo: Elefante, 2019. 248p.

GAGO, Verónica. **A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo**. São Paulo: Editora Elefante, 2020. 237p.

GIUMBELLI, Emerson. Para além do “trabalho de campo”: reflexões supostamente malinowskianas. **Revista brasileira de ciências sociais**. v. 17, n. 48, p. 91-107. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/YgzRjr5rQNwyZqhzmdnVzTQ/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

HAESBAERT, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. **GEOgraphia**, v. 22, n.48, p.75-90, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/43100/24532>. Acesso em: 01 de out. de 2023.

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade: sobre o giro (multi) territorial/de(s)coloniam na “América Latina”**. Rio de Janeiro: Clacso, 2021. 396p. Disponível em: <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20210219014514/Territorio-decolonialidade.pdf>. Acesso em: 01 de out. de 2023.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. **Entrenotas: compreensões de pesquisa**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. 197p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Brasil tem 1,69 milhão de indígenas, aponta Censo 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: [https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/08/brasil-tem-1-69-milhao-de-indigenas-aponta-censo-2022#:~:text=O%20Brasil%20tem%201.693.535,feira%20\(7%2F8\)](https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/08/brasil-tem-1-69-milhao-de-indigenas-aponta-censo-2022#:~:text=O%20Brasil%20tem%201.693.535,feira%20(7%2F8)). Acesso em: 19 de out de 2023.

IPAM. **A grilagem de terras públicas na Amazônia brasileira / Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM**. – Brasília: MMA, 2006. 108 p. Disponível em: https://antigo.mma.gov.br/estruturas/225/_arquivos/9_a_grilagem_de_terras_publicas_na_amaznia_brasileira_225.pdf. Acesso em: 30 de jul. de 2024.

IPAM. **Por uma Amazônia livre de grilagem**. Março de 2024. Cartilha produzida por Amazoniar. 22p. Livro.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL – ISA. **Borari**. São Paulo: ISA, 2014. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Borari>. Acesso em: 05 de dez. de 2021.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 57p.

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing Libros, S. L., 2013, 456p.

LITTLE, Paul E. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade**. Instituto Socioambiental. Brasília: Unb, 2002. 32p. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/territorios-sociais-Adse-povos-tradicionais-no-brasil-por-uma-antropologia-da>. Acesso em: 20 de nov. 2024.

MADURO, Rossini Pereira. **O processo de afirmação da identidade étnica dos Borari de Alter do Chão – PA**, 2018. 124f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade do Estado do Amazonas, Manaus. 2018. Disponível em: <http://repositorioinstitucional.uea.edu.br/handle/riuea/2159>. Acesso em: jul. de 2024

MARCHESE, Giulia. Subvertir la geopolítica de la violencia sexual: una propuesta de (contra) mapeo de nuestros cuerpos-territorio. In: CRUZ HERNANDEZ, Tania Delmy; JIMÉNEZ, Manuel Bayón (Orgs.), **Cuerpos, Territorios y Feminismos. Compilación latinoamericana de teorías, metodologías y prácticas políticas**. Mexico City, Quito: Editorial Abya-Yala, p. 277-299, 2020.

MARQUES, Katiúscya Albuquerque de Moura; SCABELLO, Andrea Lourdes Monteiro; VIANA, Bartira de Araújo da Silva. Pesquisa qualitativa e geografia: uma apreciação metodológica. **Revista Eletronica da UFPI**. Universidade Federal do Piauí, Teresina, v. 2, n. 2, p. 227-244, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/geografia/article/view/11967>. Acesso em: 28 de jul. de 2024.

MATOS, Maria Helena Ortolan. Mulheres no movimento indígena: Do espaço de complementariedade ao lugar da especificidade. In: SACCHI, Ângela; GRAMKOW, Maria Marcia. (Orgs.), **Gênero e povos indígenas**. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2012. p. 140-171.

MENDES, Luís Filipe Gonçalves. As novas fronteiras da gentrificação na teoria urbana crítica. **Revista Cidades**, v. 12, n. 20, p. 207-252, 2015.

MIRANDA, Cynthia Mara.; BARROSO, Milena Fernandes. Mulheres na Amazônia: lutas em defesa de seus corpos-territórios. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 31, n. 2, p. 1-12, 2023.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Territórios, multiterritorialidades e memórias dos povos Guarani e Kaiowá**: diferenças geográficas e as lutas pela Des-colonização na Reserva Indígena e nos acampamentos-tekohá – Dourados/MS. 2015 311 f. Tese (Doutorado em Geografia) - FCT/UNESP, Presidente Prudente, 2015. Disponível em: <http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/cathedra/16-09-2015/000848625.pdf>. Acesso em: 11 de out. de 2023.

ONU Mulheres – Brasil. **Voz das Mulheres Indígenas**. Brasília ONU Mulheres – Brasil, 2018. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2018/06/PT_Livreto_MulheresIndigenas_01.pdf. Acesso em: 26 de jul. de 2024.

PARÁ. **LEI Nº 17.771, DE 20 DE JULHO DE 2003**. CRIA A ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE ALTER-DO-CHÃO, NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM, ESTADO DO PARÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. *Data de Inserção no Sistema Leis municipais*: 13/03/2013. <https://leismunicipais.com.br/a/pa/s/santarem/lei-ordinaria/2003/1778/17771/lei-ordinaria-n-17771-2003-cria-a-area-de-protecao-ambiental-de-alter-do-chao-no-municipio-de-santarem-estado-do-para-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 28 jul. de 2024.

PARÁ. **LEI Nº 9.543, DE 28 DE ABRIL DE 2022**. Declara o Distrito Administrativo de Alter do Chão, no Município de Santarém, como patrimônio cultural de natureza material e imaterial do Estado do Pará. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pa/lei-ordinaria-n-9543-2022-para-declara-o-distrito-administrativo-de-alter-do-chao-no-municipio-de-santarem-como-patrimonio-cultural-de-natureza-material-e-imaterial-do-estado-do-para>, Acesso em: 20 de ago. de 2024.

PEREIRA, Ricardo Neves R. **Relatório circunstanciado de identificação e delimitação Terra Indígena Borari de Alter do Chão**, Brasília: FUNAI, 2009. 205p.

Portal transparência Prefeitura municipal de Santarém. **LEI Nº 22.117, DE 26 DE ABRIL DE 2024**. <https://transparencia.santarem.pa.gov.br/legislacao/leis/lei-no-22117-de-26-de-abril-de-2024-663007b10bde1>. Acesso em: 29 de jul. de 2024.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana-americana. **GEOfrafia- Ano VIII**, v. 5, n. 16, p. 41-55. 2006. Disponível em: https://posgeo.uff.br/wp-content/uploads/sites/256/2020/06/texto_carlos_walter.pdf. Acesso em: 18 de out. de 2023.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. La reinención de los territorios: la experiencia latino-americana y caribeña. In: PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter **Territorialidades y lucha por el territorio en América Latina**. Lima: Unión Geográfica Internacional, 2013. Original publicado em 2008.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2012. 174 p.

RAMIRES, Julio Cesar de Lima; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Pesquisas qualitativas: referências para pesquisa em geografia. In: **Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões teóricos-conceituais e aplicadas**. Rio de Janeiro: EDUERJ, p. 207-221, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788575114438.0013> Acesso em: 27 de jul. de 2024.

RIBEIRO, Fran. **1ª Marcha das Mulheres Indígenas marca a história brasileira ao levar 3 mil mulheres às ruas em defesa dos territórios**. Recife: Instituto feminista para democracia - SOS Corpo. Disponível em: <https://soscorpo.org/?p=8453> Acesso: 15 de out. de 2023.

RUANO-IBARRA, Elisabeth.; FERRO, Larissa Cristina de Sousa; GONÇALVES, Lais. **A III Marcha das mulheres indígenas, Brasília 2023**. Centro Feminista de Estudos e Assessoria, Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.cfemea.org.br/index.php/pt/?view=article&id=7930:a-iii-marcha-das-mulheres-indigenas-brasilia-de-2023&catid=584> Acesso em: 20 de out. de 2023.

SACCHI, Ângela; GRAMKOW, Marcia Maria. **Gênero e povos indígenas**. Rio de Janeiro e Brasília: Museu do Índio/ GIZ /FUNAI, 2012. 272p.

SACCHI, Ângela Célia. Mulheres Indígenas e organização política: união, luta, força e resistência. **Revista Antropológicas**, v. 33, n. 2, p. 164-194. 2022. <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaantropologicas/article/view/256854> Acesso em: 25 de maio de 2024.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia Ltda, 1993. 157p.

SILVA, Joseli Maria.; ORNAT, Marcio Jose.; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista.; CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira.; PINTO, Vagner André Moraes.; SANTOS, Adir Fellipe Silva.; SILVA, Cíntia Cristina Lisboa da. Apresentação das jornadas sobre corpos na geografia brasileira: trilhas equivocadas, rumos encontrados e nossas perpétuas provocações. In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio José; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. (org.). **Corpos e Geografia: expressões de espaços encarnados**. Ponta Grossa: Todapalavra, p. 17-41, 2023. Disponível em: <https://www.todapalavraeditora.com.br/wp-content/uploads/2023/07/Livro-completo.pdf> . Acesso em: 04 de out. de 2023

SILVA, Juliane Martins.; MENDES, Estefane de Paula Pontes. Abordagem qualitativa e geografia: pesquisa documental, entrevista e observação. In: **Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões teóricos-conceituais e aplicadas**. Rio de Janeiro: EDUERJ, p. 207-221, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788575114438.0013>. Acesso em: 27 de jul. de 2024.

STOCKING JR., George. The ethnographer's magic: fieldwork in british anthrpology from Tylor to Malinowski, in George Stocking Jr., **The Ethnographer's magic and other essays**, Madison, The University of Wisconsin Press, 1992.
Tapajós de Fato. **Impactos da gentrificação em Alter do Chão**. Santarém: 2021. Disponível em: <https://www.tapajosdefato.com.br/noticia/208/impactos-da-gentrificacao-em-alter-do-chao->. Acesso em: 6 de ago. de 2024.

VAZ FILHO, Florêncio Almeida. **A emergência étnica de povos indígenas no Baixo Rio Tapajós, Amazônia**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 478f, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/33752>. Acesso em: 07 de jul. de 2024.

VERDUM, Ricardo. Mulheres indígenas, direitos e políticas públicas. In: CASTILHO, Ela Wiecko V. de; PAULA, Luis Roberto de; FREITAS, Maria Inês de; VERDUM, Ricardo; SILVA, Suzy Evelyn de Souza; KAXUANA, Valéria Paye Pereira. (org.). **Mulheres indígenas, direitos e políticas públicas**. Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos, p. 7-19, 2008.

ZARAGOCIN, Sofia.; CARETTA, Martina Angela. Cuerpo-territorio: A decolonial feminist geographical method for the study of embodiment. **Annals of the American Association of Geographers**, v. 111, n. 5, p. 1503-1518, 2021. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/24694452.2020.1812370>. Acesso em: maio de 2024.